

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA APLICADA

CARLINDO JOSÉ DA SILVA NETO

**MAPEAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO COSTA DOS CORAIS/AL: UMA
ANÁLISE SOBRE O SETOR DE ALOJAMENTO – 2010 A 2020**

MACEIÓ-AL

2024

CARLINDO JOSÉ DA SILVA NETO

**MAPEAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO COSTA DOS CORAIS/AL: UMA
ANÁLISE SOBRE O SETOR DE ALOJAMENTO – 2010 A 2020**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a defesa do Mestrado em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Cid Olival Feitosa.

MACEIÓ-AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4 - 661

S586m Silva Neto, Carlindo José da.
Mapeamento turístico na região Costa dos Corais/al: uma análise sobre o
setor de alojamento – 2010 A 2020 / Carlindo José da Silva Neto. – 2024.
105 f. : il.

Orientador: Cid Olival Feitosa.
Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Economia. Administração e Contabilidade. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 97-104.
Anexos: f. 105.

1. Turismo. 2. Costa dos Corais (AL). 3. Desenvolvimento econômico.
4. Desenvolvimento regional. I. Título.

CDU: 338.48(813.5)

AGRADECIMENTOS

Completar e entregar a última etapa deste Mestrado é uma realização notável que transcende o âmbito pessoal, representando um marco significativo para a sociedade. Esta fase marca o início de um diálogo crucial, digno de continuidade por todos aqueles que dependem da atividade turística.

Para atingir o estágio atual, foi essencial contar com uma sólida rede emocional de apoio, que desempenhou um papel fundamental na concretização do processo. Nesse sentido, expresso minha gratidão aos amigos excepcionais do período da residência universitária: Dorgicleiton, Ana Paula e Joelma Sena. Um agradecimento especial é direcionado à Antônia Gusmão e ao Carlos, amigos cujo mestrado pôs na minha vida e que ofereceram um apoio substancial. Reconheço também a importância de Joelma Sena, Aline Pedrosa, Nilta, Jocemara (minha segunda mãe, que sempre confiou em mim desde a infância), Sônia de Oliveira pelo apoio constante, amor e carinho, e Flávia Toledo por suas palavras assertivas. Destaco, ainda, minha amiga Thuany, que, com sua força motivadora, esteve presente em todos os momentos, assim como Joane Bendô, Natália Olivindo e Ana Albano, às quais expresso minha gratidão pela gentileza e delicadeza. A jornada foi desafiadora, mas, sem eles, minha vida e este processo não teriam se concretizado. Devo atribuir também meu agradecimento à Carol Rangel pelo carinho e força de sempre.

A jornada também não teria ocorrido sem o apoio integral do corpo docente do Curso de Pós-graduação em Economia Aplicada da UFAL, ao qual devo minha eterna gratidão. Agradeço ao meu orientador, Dr. Cid Olival Feitosa, que fez parte da banca durante a avaliação da monografia e hoje é meu mentor acadêmico neste momento ímpar da minha vida. Não posso deixar de expressar meu agradecimento pelo tempo dedicado, pela confiança em mim e no projeto. Um agradecimento eterno a ele por ser uma pessoa singular neste mundo. Agradeço fortemente às professoras Milani, Verônica, Camila e ao professor Anderson Aristides pelos valiosos conselhos, como também ao professor Elmer pela sua disponibilidade em participar da banca e pelas contribuições trazidas.

Por fim, quero expressar minha gratidão à Karina, um ser humano iluminado, que contribuiu significativamente para a realização deste processo, bem como à Fabiana e a todos os trabalhadores da Biblioteca Central da UFAL, os quais estiveram prontos para me auxiliar.

RESUMO

A presente dissertação abordará a atividade turística da Região da Costa dos Corais, a partir da qual se explicará brevemente o conceito de turismo, que é abrangente, além de alguns autores que o compreende como uma atividade que passa pela apropriação do espaço através da síntese entre a produção e reprodução social. Para isso, o objetivo geral do trabalho é realizar um mapeamento turístico na região da Costa dos Corais em Alagoas, com foco no setor de alojamento, no período de 2010 a 2020. Nesse sentido, os objetivos específicos consistem em investigar as principais políticas que estimularam o turismo, bem como caracterizar este setor e proceder à sua análise no que corresponde à hospedagem e ao mercado de trabalho na região de análise. O estudo também considerará as ações do Governo Federal e Estadual neste setor produtivo, juntamente com a compreensão de diversos autores que atribuem ao turismo uma atividade econômica capaz de promover desenvolvimento regional e local. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico de base histórico-econômico nas diversas plataformas e/ou bibliotecas digitais, assim como um levantamento de dados secundários em bases de dados, como Alagoas em Dados, CAGED, BNB, Banco Mundial, Dados Abertos do Turismo, IPEA, Ministério do Turismo, Observatório Nacional do Turismo, RAIS. Concluiu-se que o turismo tem avançado em Alagoas, no entanto há de se ter uma preocupação maior com as questões ambientais e com a inclusão produtiva da população residente. Portanto, esperam-se as transformações averiguadas na atividade turística da região estudada, de modo a favorecer outros debates no âmbito alagoano.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento. Costa dos Corais-AL.

ABSTRACT

This dissertation will examine the tourist activity in the Costa dos Corais Region, preceded by a concise elucidation of the comprehensive concept of tourism. Various authors conceptualize tourism as an activity entailing the appropriation of space through the synthesis of production and social reproduction. The principal objective of this research is to conduct a thorough tourist mapping of the Costa dos Corais region in Alagoas, focusing specifically on the accommodation sector spanning the period from 2010 to 2020. The specific objectives encompass an investigation into the primary policies that stimulated tourism, a characterization of the tourism sector, and a detailed analysis of the accommodation sector and the job market within the region under scrutiny. This study will additionally consider the interventions of the Federal and State Governments in this productive sector, aligning with the perspectives of diverse authors who recognize tourism as an economic activity with the potential to foster regional and local development. To accomplish these objectives, a comprehensive bibliographical survey was conducted with a historical-economic foundation across various platforms and digital libraries. Furthermore, secondary data were gathered from databases such as Alagoas em Dados, CAGED, BNB, Banco Mundial, Dados Abertos do Turismo, IPEA, Ministry of Tourism, National Tourism Observatory, and RAIS. It was concluded that tourism has advanced in Alagoas, however there must be greater concern with environmental issues and the productive inclusion of the resident population. Therefore, the transformations investigated in the tourist activity of the studied region are expected, in order to favor other debates in the Alagoas scope.

Keywords: Tourism. Development. Coral Coast-AL.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Simplificação da Cadeia do Turismo	28
Figura 2: Regiões turísticas de Alagoas – 2022	54
Figura 3: Mapa da Região Turística Costa dos Corais – Alagoas	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de turismo e especificidades da atividade turística	24
Quadro 2: Planejadores públicos das atividades voltadas ao turismo	25
Quadro 3: Programa de Regionalização do Turismo – Eixos de atuação – 2013	31
Quadro 4: Organização da gestão compartilhada	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Maceió - Aplicações dos valores do PRODETUR NE I	53
Tabela 2: População total, área e densidade demográfica – RTCC – 2010-2022	64
Tabela 3: População residente por situação do domicílio – RTCC – 2000 – 2010.....	65
Tabela 4: Distribuição da população por gênero na RTCC em 2022	66
Tabela 5: Participação do PIB do Nordeste, Alagoas e RTCC 2010, 2019 e 2020	68
Tabela 6: Participação VAB nos setores econômicos da RTCC 2010 e 2020	70
Tabela 7: Quantidade de estabelecimento e área dos estabelecimentos agropecuários da RTCC - 2017	70
Tabela 8: Área plantada com lavouras temporárias e permanentes Alagoas e RTCC - 2010 – 2020.....	71
Tabela 9: Estabelecimentos fundiários de Alagoas e RTCC por ha – 2017	72
Tabela 10: Alagoas e RTCC - Efetivo dos rebanhos – 2020 e 2010.....	73
Tabela 11: Setor industrial da RTCC – 2010 e 2020.....	73
Tabela 12: Estrutura do setor serviços em Alagoas e RTCC 2017 e 2020.....	74
Tabela 13: Número de trabalhadores formais – BR, AL e RTCC 2010 -2020 (Em milhões).....	75
Tabela 14: Número de empregos formais e remuneração real da RTCC 2015 – 2020	75
Tabela 15: Pessoal ocupado, por sexo – RTCC 2010, 2015 e 2020.....	76
Tabela 16: Vínculos totais do setor de serviço Alagoas e RTCC 2010 e 2020	76
Tabela 17: Ocupações formais nas ACT segundo o número de trabalhadores – 2017-2020	77
Tabela 18: Participação das Atividades Característica do Turismo – ACT – 2020.....	78
Tabela 19: Tempo no emprego formal nas ACT da RTCC, em meses, 2017 - 2020	79
Tabela 20: Faixa etária dos empregados nas ACT da RTCC 2017 e 2020.....	79
Tabela 21: Empregos formais por gênero nas ACT no Brasil, Nordeste, Alagoas e RTCC 2017 - 2020	80
Tabela 22: Salário médio por escolaridade ACT Brasil, Nordeste, Alagoas e RTCC -2017 e 2020	82
Tabela 23: Salário Médio por raça ACT Brasil, Alagoas e RTCC 2017 – 2020.....	82
Tabela 24: Quantidade de Alojamento em Brasil, Nordeste, Alagoas e RTCC 2010 a 2020	83
Tabela 25: Quantidade por tipo de Alojamento em Alagoas e RTCC 2010 – 2020	85
Tabela 26: Quantidade Unidades Habitacionais, Leitos e Alojamento Brasil, Nordeste e Alagoas: 2010, 2015 e 2019	86
Tabela 27: Vínculos Empregatícios por tipo de Alojamento na RTCC – 2010 - 2020.....	87
Tabela 28: Tempo no emprego formal no setor de alojamento, em meses, 2017 – 2020	88
Tabela 29: Faixa etária dos empregados no setor de a Alojamento da RTCC 2017 e 2020.....	89
Tabela 30: Empregados por gênero no setor de a Alojamento da RTCC 2017 e 2020.....	90
Tabela 31: Salário médio por grau de instrução do setor de Alojamento – 2017 e 2020	91
Tabela 32: Salário médio por raça do setor de Alojamento – 2017 e 2020.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Prodetur NE I: Valores Aplicados por Estado e Fonte BNB e Local (US\$ Milhões).....	41
Gráfico 2 - Prodetur II: Valores Aplicados por Estado e Fonte (US\$ Milhões)	48
Gráfico 3 - Fluxo global de visitantes em Maceió (1997 a 2005).....	53
Gráfico 4 - Quantidade de passageiros: embarques desembarques: AL 2010 - 2022	55
Gráfico 5 - RTCC: Distribuição da população (%).....	69
Gráfico 6 - RTCC : Distribuição da população (%)	66
Gráfico 7 – RTCC: População residente por raça ou cor 2000 – 2010 (%)	67
Gráfico 8 - RTCC: Pirâmide Etária – 2000.....	69
Gráfico 9 - RTCC: Pirâmide Etária - 2010	68
Gráfico 10 - Crescimento percentual dos Alojamentos Brasil, Nordeste, Alagoas e RTCC 2011 a 2020	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – Atividade Característica do Turismo

APA – Área de Proteção Ambiental

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CONTUR – Conselho Nacional do Turismo

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTUR – Ministério do Turismo

OMT – Organização do Mundial do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRODETUR – Plano de Desenvolvimento do Turismo

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RTCC – Região Turística Costa dos Corais

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

WBG – World Bank Group

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – A IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	17
1.1 O desenvolvimento regional brasileiro: breves notas.....	17
1.2 Uma tentativa de conceituação do turismo.....	21
1.3 Características e tipos de turismo.....	24
CAPITULO II – O FOMENTO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL, NORDESTE E ALAGOAS.....	31
2.1 Ações e medidas do governo federal para o desenvolvimento do turismo na economia brasileira.....	31
2.2 Medidas para atividade turística no Nordeste brasileiro – O PRODETUR NE.....	41
2.2 A expansão do turismo em Alagoas.....	50
CAPÍTULO III – A REGIÃO TURISTICA COSTA DOS CORAIS.....	58
3.1.1 Aspectos demográficos.....	64
3.1.2 Estrutura produtiva.....	68
3.1.3 Emprego.....	75
3.2 Atividades característica do turismo na região Costa dos Corais.....	77
3.3 Caracterização do setor de alojamento.....	83
3.4 Novas modalidades de alojamento AIRBNB.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	97

INTRODUÇÃO

Compreender a dinâmica do turismo no contexto regional requer uma análise ampla do aspecto socioespacial que transborda o tempo, espaço e conceitos. A atividade turística, como se apresenta atualmente, desenvolveu-se em diversas regiões de forma intensa após a década de 1960. Antes dessa década, os movimentos econômicos e sociais do turismo eram pequenos, o que não configurava compreensões múltiplas. Para tanto, neste trabalho, o turismo se constitui como uma atividade econômica que abrange um conjunto variado de ramos, que se inter-relacionam a todo instante. Alguns autores o descrevem como uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas e que tem como objeto de consumo o espaço, interferindo na dinâmica espaço-territorial dos lugares (Urry, 1990; Rodrigues 1997, 1999; Cruz, 2000, 2001). Para eles, essa ação pode gerar algum nível de desenvolvimento, incorporação da força de trabalho local, expansão da urbanização, mas também uma intensa degradação social e ambiental, com repercussões diversas sobre o território.

Uma definição usualmente utilizada é a da *United Nations World Tourism Organization* (UNWTO), que compreende o turismo como “um fenômeno social, cultural e econômico que implica a deslocação de pessoas para países ou locais fora do seu ambiente habitual para fins pessoais ou empresariais/profissionais”.

A partir dessas bases teóricas, será feita uma investigação da realidade concreta, a partir da expansão do turismo na região turística conhecida como Costa dos Corais, em Alagoas, que será apresentada ao longo de todo o trabalho.

Objetivo Geral

Realizar um mapeamento do turismo na região da Costa dos Corais em Alagoas, com foco no setor de alojamento, no período de 2010 a 2020.

Objetivos Específicos

Investigar as principais políticas de estímulo ao turismo, bem como caracterizar o setor de turismo em Alagoas e proceder à análise do setor de hospedagem e do mercado de trabalho na região da Costa dos Corais alagoana.

Problemática da Pesquisa

Para efeitos deste trabalho, será investigada a dinâmica socioeconômica dos municípios da região turística da Costa dos Corais, especificamente o setor de hospedagem. Para isso, a problemática central da pesquisa é como se caracteriza o turismo na região turística da Costa dos Corais, ao considerar as ações do Governo Federal e Estadual neste setor produtivo, juntamente com a compreensão de diversos autores que atribuem ao turismo uma atividade econômica capaz de promover desenvolvimento regional e local?

Hipótese

A hipótese do trabalho é que, embora o discurso dos agentes econômicos e dos formuladores de políticas públicas propaguem que o setor de turismo será o grande promotor do desenvolvimento econômico, com geração de emprego e de riqueza para as localidades, na prática o que se observa é apenas a geração de algum nível de renda para uma parcela reduzida da população, não modificando a estrutura produtiva da região.

Isso se deve, dentre outros fatores, ao fato de o turismo priorizar uma parcela reduzida dos territórios, aquelas “eleitas” para o recebimento de investimentos e “embelezamento” da região, principalmente nas áreas onde estão localizados os hotéis, pousadas, resorts etc. Ao mesmo tempo, outras porções do território são negligenciadas, e em alguns casos, abandonadas, mantendo os baixos níveis de desenvolvimento e os elevados indicadores de desigualdade e pobreza.

Justificativa

É comum na literatura especializada a afirmação de que o turismo gera um ciclo de desenvolvimento na localidade onde se faz a sua prática social. Dentro dessa perspectiva, o setor do turismo organizado, seja por agentes empresariais ou pelo Estado, apregoam que os investimentos realizados nas localidades possibilitarão um desenvolvimento socioeconômico para a população local, notadamente a mais pobre.

Embora exista uma vasta produção bibliográfica sobre o setor de turismo, poucos são os trabalhos voltados à análise do setor de hospedagem. No mestrado em Economia Aplicada, da UFAL, ao longo dos últimos doze anos, apenas duas dissertações foram defendidas com a temática, e nenhuma delas tratou do segmento de alojamento, o que mostra uma lacuna a ser preenchida, uma vez que este segmento é crucial para o desenvolvimento da prática do turismo.

Em virtude da expansão deste segmento em Alagoas, em especial para o litoral norte do estado, investigar sobre a temática torna-se indispensável para pensar o desenvolvimento socioeconômico da região, o que poderá servir de subsídio para políticas públicas futuras de fortalecimento e de avanço da cadeia produtiva do turismo.

Metodologia

Em consonância com os objetivos geral e específicos, primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico de base histórico-econômico nas diversas plataformas e/ou bibliotecas digitais, como o Portal de Periódicos da CAPES, além de consulta ao acervo físico da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, bem como ao repositório de teses e dissertações da UFAL, Ministério do Turismo – MTUR e World Tourism Organizations – UNWTO. Essa investigação possibilitou montar arcabouço teórico argumentativo ao primeiro capítulo.

Na etapa seguinte, foram levantadas as ações, políticas e programas do Governo Federal e do estado de Alagoas, que condicionaram o fomento nas áreas características do turismo, com foco, neste caso, no setor hoteleiro. Para dar base à análise, é de fundamental importância o levantamento quantitativo dos dados referentes às entidades econômicas, sociais e governamental que fomentam o turismo. Nesse contexto, coletaram-se dados oriundos das Relação Anual de Informações Socais (RAIS), os quais estão relacionados ao emprego e a questões de renda, de gênero, de indústria e de serviços, cujo objetivo foi analisar a dinâmica do setor. Para a população, fizeram-se necessárias as informações provenientes dos Censos Demográficos e das PNAD. Já os levantamentos são igualmente divulgados pelo IBGE, visando aprofundar o entendimento das características da população, especialmente no que diz respeito ao trabalho e ao rendimento da RTCC. Com relação ao setor de turismo, o trabalho está fundamentado em diversas bases de dados provenientes de diversas fontes, como Alagoas em Dados, CAGED, BNB, Banco Mundial, Dados Abertos do Turismo, IPEA, Ministério do Turismo, Observatório Nacional do turismo, RAIS, SEFAZ/AL, revistas *online* e jornais *online*.

De modo organizacional, esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro fala sobre a relevância do turismo no espaço, no tempo, bem como dos elementos que o caracterizam nos ambientes que esse setor está fomentado e alicerçado. O segundo capítulo trata das políticas, do planejamento e da caracterização do turismo na região Nordeste do Brasil, especificamente em Alagoas, destacando-se os elementos propostos e concretizados do campo estatal que engendraram a atividade turística. Em seguida, apresenta-se o terceiro capítulo, cujos elementos como delimitação histórico-geográfico, população,

composição dos setores econômicos, emprego, renda, unidades de alojamento, compõe todo arcabouço do mapeamento do turismo da Costa dos Corais. A última parte deste trabalho é estruturada com as considerações finais das proposições levantadas durante o tema tratado.

CAPÍTULO I – A IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo principal deste capítulo é investigar os elementos que caracterizam o turismo como uma possibilidade de desenvolvimento socioeconômico. Para isso, esta parte está estruturada em três seções principais: a primeira delas foca na análise do desenvolvimento econômico regional brasileiro e a sua vinculação com o setor de turismo. A segunda seção procura conceituar turismo e os seus elementos constitutivos. Por fim, a terceira seção dedica-se a descrever as características e atividades dinamicamente interligadas ao setor turístico.

1.1 O desenvolvimento regional brasileiro: breves notas

O processo de desenvolvimento econômico não acontece de forma homogênea em todas as regiões. Ao contrário, é bastante desigual e tende a fortalecer áreas que já são mais dinâmicas e têm maior potencial de crescimento. Por essa razão, entender a dinâmica econômica regional é um desafio complexo, considerando as interações entre diferentes localidades e sua importância para a economia nacional como um todo.

Um dos autores que procuraram entender as diferenças regionais foi Gunnar Myrdal (1960), a partir do conceito de causação circular e acumulativa, que busca explicar como as disparidades regionais podem ser auto-reforçadas e perpetuadas ao longo do tempo. Para ele, vários fatores, como condições sociais, econômicas e políticas, interagem e se reforçam mutuamente, levando ao acúmulo de vantagens ou desvantagens para diferentes grupos ou regiões.

O resultado desse processo é a formação de núcleos de desenvolvimento econômico em algumas regiões, enquanto outras ficam cada vez mais marginalizadas. As regiões mais desenvolvidas atraem mais investimentos, talentos e oportunidades, reforçando ainda mais seu crescimento. Enquanto isso, as regiões menos desenvolvidas enfrentam dificuldades em romper o ciclo de subdesenvolvimento e superar as desigualdades (Myrdal, 1960).

Para combater esse processo de causação circular e acumulativa, Myrdal (1960) defendeu a importância de políticas públicas direcionadas para reduzir as disparidades regionais. Isso inclui ações para promover a igualdade de oportunidades, investimentos em infraestrutura, educação e saúde nas regiões menos desenvolvidas, bem como políticas de incentivo para atrair investimentos e empresas para essas áreas.

No caso brasileiro, as discussões sobre desenvolvimento regional ganharam destaque a partir da década de 1950, quando ficou evidente o processo de concentração industrial em

São Paulo e as grandes disparidades socioeconômicas nas demais regiões do país, notadamente no Nordeste. Antes desse período, havia sido implementado um conjunto de medidas para mitigar os efeitos devastadores das secas, por parte da intervenção do governo federal, sem que isso se constituísse em políticas de desenvolvimento regional integradas.

Como destacam Portugal e Silva (2022), o marco institucional para o reconhecimento dos problemas regionais foi a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), em 1909, que teria como atribuições a realização de estudos e obras de combate às secas, com a perfuração de poços e a construção de estradas de rodagem, de açudes públicos e de reservatórios.

No entanto, a fragilidade do governo federal diante da força das oligarquias regionais não permitiu a implementação de uma ação estatal estratégica e estruturada em relação à problemática regional no Brasil. Apesar de ter sido criada a IOCS, posteriormente transformada em IFOCS, em 1919, e DNOCS, em 1945, para enfrentar o problema das secas, ou mesmo a delimitação do Polígono das Secas, em 1936, ainda não havia um projeto de desenvolvimento abrangente que considerasse os problemas regionais sob a perspectiva nacional, nem o delineamento de uma região complexa com base em critérios de distintas naturezas, como ocorreu a partir do final dos anos 1950 (Portugal; Silva, 2022).

Cano (1998a) vai na mesma direção ao mostrar que, até 1930, a economia brasileira não era integrada nacionalmente, e cada uma das suas regiões apresentava uma trajetória e uma história econômica específica, que determinava o nível de desenvolvimento e de especialização das suas estruturas produtivas. Isso fez com que algumas regiões experimentassem um crescimento mais rápido do que outras, criando assimetrias significativas e gerando uma ampla desigualdade regional.

A partir dos anos 1930, com a crise da economia primário-exportadora, houve o deslocamento do centro dinâmico da economia nacional para o mercado interno, gerando um novo padrão de acumulação de capital em favor da indústria, com o setor exportador deixando de ser o principal determinante da renda e do emprego (Furtado, 1987).

Nesse contexto, o Estado passou a realizar investimentos estratégicos em prol da industrialização e, simultaneamente, promoveu a integração do mercado nacional. No entanto, esse processo conduziu a uma forte concentração industrial em São Paulo, amplamente discutida por Cano (1998a, 1998b), acentuando consideravelmente as desigualdades econômicas e sociais entre as diferentes regiões do país.

Para Guimaraes Neto (1989), enquanto São Paulo experimentava um acelerado processo de industrialização, concentrando grande parte das atividades econômicas do Brasil, o Nordeste ainda se deparava com formas arcaicas de produção que obstaculizavam o pleno

desenvolvimento de suas forças produtivas ou mesmo tornavam lenta a sua transformação e modernização. Em termos regionais, Cano (2002) ressalta que, em grande parte das regiões onde a indústria não teve maior desenvolvimento, essa “saída para dentro” não alterou o padrão de acumulação, cujas exportações para o exterior continuaram a ser o elemento mais dinâmico. Essa situação seria modificada somente em meados da década de 1950, quando as exportações para o exterior foram superadas pelas exportações para o mercado interno.

Na primeira metade do século XX, o governo brasileiro concentrou seus esforços em desenvolver regiões mais dinâmicas como o Centro-Sul, especialmente São Paulo, estimulando atividades produtivas e acentuando a concentração industrial nessa área (Guimarães Neto, 1989). A partir da década de 1950, no entanto, houve uma mudança na atuação governamental, com um foco maior nas regiões periféricas. Isso incluiu investimentos do setor produtivo estatal e incentivos fiscais e financeiros para atrair empreendimentos privados para essas áreas.

O avanço da industrialização no Sudeste criou um hiato econômico entre esta e a região Nordeste, acirrando as disparidades inter-regionais e fazendo surgir a necessidade de políticas diferenciadas para as regiões periféricas. Além disso, no Nordeste, houve uma significativa mobilização de diversos setores da sociedade civil que começaram a debater e sugerir ações concretas para promover o desenvolvimento regional (Guimarães Neto, 1989).

Nesse período, destacou-se a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, e, posteriormente, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, que tinha como objetivo principal promover a industrialização e a modernização do Nordeste, por meio de incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura, inaugurando as políticas de desenvolvimento regional e o processo de desconcentração produtiva descrito por Cano (1998b).

Durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o Estado brasileiro atuou para promover a desconcentração da produção e a integração do mercado nacional. Investimentos focados na exploração dos recursos naturais permitiram que capitais mercantis regionais se transformassem em empreendimentos industriais, muitas vezes com a participação de investidores estrangeiros. Esse processo contribuiu para diversificar e descentralizar as atividades econômicas, resultando em uma maior integração entre as diferentes regiões do país, promovendo, entre 1970 e 1985, um processo “virtuoso” de desconcentração produtiva (Cano, 2008).

A partir de 1985, com o surgimento da crise da dívida e, mais tarde, com a implementação das políticas neoliberais, o crescimento econômico do Brasil tornou-se pouco significativo, o que também restringiu o desenvolvimento das regiões periféricas do país. Isso

provocou uma mudança no processo de desconcentração econômica, que, em muitos casos, resultou em melhorias mais aparentes nos números do que em resultados efetivos. Cano (2008) denomina esse período como "desconcentração espúria".

A década seguinte foi ainda mais perversa para o desenvolvimento regional. Como destaca Araújo (2000) ao discutir que, nos anos 1990, a economia brasileira ainda sofria com os efeitos da crise fiscal e financeira dos anos anteriores quando avançaram as concepções neoliberais, com concomitante tendência à redução do poder de ação do Estado. Além disso, fatores como a abertura comercial, a concorrência internacional e a instabilidade econômica contribuíram para a redução da atividade industrial, gerando posteriormente um processo de desindustrialização, e para o aumento do peso do setor de serviços na economia.

Com o declínio da atuação do Estado em setores produtivos, sobretudo no Nordeste, e o abandono das políticas nacionais de desenvolvimento, muitos estados buscaram alternativas para impulsionar suas economias, deflagrando uma verdadeira “guerra fiscal ” entre estados e municípios, que buscavam criar alguns focos de dinamismo em suas áreas de atuação. Nesse cenário, o turismo foi percebido como uma atividade com grande potencial de geração de empregos e renda, principalmente em áreas com atrativos naturais, culturais e históricos. Assim, o turismo emerge como importante setor para impulsionar o desenvolvimento de regiões economicamente carentes.

Yázigi (1999) citado por Rangel (2010), no entanto, critica a visão simplista e limitada sobre o desenvolvimento do turismo que é frequentemente adotada. Ele argumenta que, embora alguns países obtenham lucros significativos com o turismo, a estratégia comum de apenas investir em infraestrutura básica é insuficiente para garantir o desenvolvimento de uma região. É fundamental focar não apenas em aspectos físicos e econômicos, mas também considerar profundamente os aspectos socioculturais e ambientais. Isso visa a uma verdadeira integração da população local no processo de expansão do setor turístico, contribuindo para elevar a renda e melhorar o bem-estar das comunidades da região.

Ainda segundo o autor, embora a construção e ampliação de rodovias, a instalação de novos hotéis, o aumento no número de voos e passageiros, bem como a contribuição do turismo para o PIB local sejam frequentemente vistos como sinais de progresso econômico, essa percepção pode ser enganosa. Esses indicadores, focados principalmente na infraestrutura e na capacidade turística, não necessariamente refletem uma melhoria na qualidade de vida da população local ou uma distribuição equitativa dos benefícios econômicos. O verdadeiro desenvolvimento econômico de uma região deve também ser avaliado através do aumento de oportunidades de emprego, melhoria nos serviços públicos, avanços na educação e saúde, e uma distribuição mais equitativa da renda. Além disso, é

importante considerar o impacto ambiental e social desses projetos de infraestrutura, que, muitas vezes, podem levar a consequências negativas para as comunidades locais e para o meio ambiente, contrariando os princípios de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo.

1.2 Uma tentativa de conceituação do turismo

Há um consenso entre os estudiosos de que o turismo é uma atividade de complexa definição, em função de sua capacidade para estabelecer relações múltiplas, abrangendo aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais. Essas interações influenciam diretamente os estilos de vida das comunidades locais, resultam na modificação do ambiente físico e no consumo e usufruto de paisagens, ao mesmo tempo em que podem produzir tanto benefícios quanto impactos negativos nas comunidades receptoras. Essa natureza multifacetada do turismo torna sua definição e conceituação um desafio, assim como complica a mensuração de seu impacto econômico e a avaliação de seus resultados.

O setor de turismo, tal como se apresenta atualmente, desenvolveu-se de forma intensa após a década de 1960. As transformações econômicas do capitalismo¹ ocorridas no século XIX, como o uso do petróleo e da energia elétrica, bem como o desenvolvimento da malha ferroviária pelo continente europeu, foram precursores nesse processo. Juntamente com a redução da jornada de trabalho e os direitos adquiridos pelos trabalhadores na primeira metade do século XX, a criação da Organização Mundial do Turismo em 1946 foi um fator que contribuiu para a modernização do turismo de massa no pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, a Europa e a América do Norte destacam-se como ambientes de grande importância para essa atividade, impulsionando a dinamização e a transformação das respectivas regiões.

Nesse contexto, a autora Ruschmann (2006, p. 15) sintetiza os marcos temporais descritos por Hall, abrangendo algumas fases de notável relevância para o turismo mundial:

- 1950-1970 – Período em que se observou a expansão do turismo de massa e eram comuns as políticas de fomento, visando principalmente ao aumento do fluxo de visitantes;
- 1970-1985 – Fase em que as políticas começaram a focar o turismo como agente de desenvolvimento, com crescente envolvimento governamental no fornecimento de infraestrutura;

¹ No século XIX, os espaços praianos ganham uma função social e é na Europa que a praia assume o papel de vilegiatura balnear, principalmente na Inglaterra, França, Itália e Espanha, por meio dos spas, do iatismo, dos bailes e dos passeios à beira-mar. O processo de industrialização e melhoria dos sistemas de transporte também facilita o acesso às cidades litorâneas e o visitante já não é somente originário de classes abastadas, a praia se populariza. (MTUR, p. 13, 2010)

- 1985-atual – Momento em que se observa, simultaneamente, uma maior preocupação com as questões ambientais e um significativo aumento da competitividade, estimulando um posicionamento responsável e profissional do setor. Nesta fase, o Estado diminui sua interferência, buscando assumir um papel de coordenação e estruturação da atividade.

Para que o turismo conseguisse lograr esses avanços, deve-se considerar os progressos no setor de transportes e comunicação. De acordo com Cruz (2007), a substituição do navio pelo avião impulsionou o setor de turismo de forma significativa. O transporte aéreo ofereceu maior velocidade e eficiência, permitindo acesso mais rápido aos destinos turísticos. Isso resultou em redução da sazonalidade, aumento do fluxo de turistas e impacto positivo no crescimento econômico das regiões turísticas.

A delimitação conceitual do turismo é um processo complexo, abrangendo diversas abordagens, ramos de conhecimento e setores produtivos. No entanto, independentemente da abordagem adotada, o espaço e a necessidade de deslocamento emergem como elementos fundamentais. Para Cruz (2007), esses elementos compreendem tanto os espaços físicos que servem como destinos turísticos, como cidades, fazendas, povoados, áreas naturais, entre outros, quanto as políticas públicas voltadas para o setor. Essas políticas têm como objetivo impulsionar a reprodução econômica dessa atividade, além de ampliar o espaço turístico como um objeto de consumo.

De acordo com a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), das Nações Unidas, o turismo é "um fenômeno social, cultural e econômico que envolve o deslocamento de pessoas para países ou locais fora de seu ambiente habitual, seja por motivos pessoais ou empresariais/profissionais" (OMT, 2022, p. 15). Conforme Cruz (2007), o turismo é definido como a prática de viajar com o objetivo de buscar entretenimento, descanso e experiências culturais. Ao longo do tempo, em decorrência de seu crescimento, essa atividade incorporou elementos essenciais relacionados aos setores de negócios e eventos, ampliando as formas e motivos para se visitar os lugares. De forma complementar, Cruz (2003) argumenta que o turismo tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo, já que também pode ser descrito como um processo que envolve a escolha da viagem, o destino pretendido e os custos incorridos pelo viajante (Beni, 2007).

Na pesquisa de Nicolas et. al (1999, p. 40 *apud* Rodrigues, 1999) o turismo “[...] *es una práctica generadora de actividad económica en la misma forma que la religión, el deporte o la guerra [...]*”. No entendimento de Cara et. al. (1999, p. 86 *apud* Rodrigues, 1999), essa é “[...] *una actividad creadora de imágenes y representaciones que impregnam no*

solo a los agentes y la sociedad de que forman parte los usuarios [...] sino también a las sociedades receptoras”.

A análise de Gomes (2019) percebe o turismo como uma atividade que passa pela apropriação do espaço através da síntese entre a produção e reprodução social. O espaço é essencial para o turismo, pois é nele que se forma a base para o consumo, o destino. Silveira (2005) *apud* Beni *et al.* (2012) salienta que o turismo colabora com a valorização econômica de espaços estruturados cujo fim é acomodar os turistas. Paiva (2010) orienta sua análise de que o turismo é composto por uma complexa e abrangente prática social, econômica, política e cultural-ideológica, o que torna sua compreensão multifacetada.

A valoração dos espaços soma-se às belezas naturais quase intocadas, o que potencializa a atividade turística. Beni *et al.* (2012) afirmam que o turismo é devorador de paisagens. Essas imagens podem ser naturais ou modificadas pelos investimentos dos agentes públicos ou privados. Em contraste à apreciação do ambiente, Gomes (2019) afirma que a apropriação produtiva do turismo se consolida em detrimento da sociedade envolvida. Isso gera uma segregação social e espacial causado pela demanda do turismo.

A defesa de Yázigí (2009) *apud* Gomes (2019) diz que o turismo, mesmo dentro de um processo de desconfiguração e reconfiguração do espaço turístico, pode trazer a este ambiente geográfico o desenvolvimento socioeconômico, que perpassa a esfera de demanda turística.

Continuando a análise, Cruz (2007) afirma que o segmento do turismo simboliza na atualidade um dos meios mais relevantes para reprodução do capital e do mercado de divisas internacional. Mas além dessa condição, o setor de turismo é compreendido como agente potencial de produção de empregos e até mesmo de atividade que gera desenvolvimento socioeconômico para região.

Já para o Mtur (2007) o turismo se constitui numa atividade complexa que se comunica com outros segmentos da economia e demanda um variado conjunto de movimentos setoriais cujo objetivo se caracteriza no fortalecimento do setor turístico. Essa atividade também é definida por Kanitz *et. al* (2009) como uma atividade capitalista que interfere na organização dos espaços, de forma positiva ou negativamente. Para ordenar e minimizar esses impactos, faz-se necessário o controle do governo, da iniciativa privada e da própria comunidade onde a atividade turística está inserida.

O turismo também é delineado como produto que tem como característica a efemeridade, pois o que há dentro dessa atividade deve ser consumido de forma imediata: paisagem, espaço, serviços e tudo aquilo que essa atividade venha a ofertar aos consumidores vira produto ou serviço no espaço receptor.

Conforme apresentado, o turismo precisa do tempo livre, de espaço, do turista, da infraestrutura do destino, do povo receptivo, da produção imaterial, da materialidade e imaterialidade da natureza para poder existir.

1.3 Características e tipos de turismo

O turismo, assim como o sistema de produção capitalista, apresenta diversas características e modalidades. Essa atividade não possui limites para sua reprodução, alastrando-se entre mar e o espaço, confirmando um negócio feito para o lucro e multiplicação deste. A sua mercadoria é a transformação do ambiente em objetivo imaterial transacional.

A classificação geográfica do turismo, que determina se a demanda é interna ou externa, é definida com base na origem dos turistas e no destino visitado. Dias (2008) afirma que o espaço geográfico do turismo, compreendido também como destino turístico, é composto por três formas: i) turismo interno ou doméstico, que se constitui pelos residentes do país no âmbito nacional, que podem ser do seu local de origem: cidade e estado; ii) o turismo receptor, cujo viajante não é de origem do país; e iii) o turismo emissor, que se caracteriza pelos residentes do país que vão ao exterior.

O enquadramento dessas formas de turismo configura para Montejano (2001, p. 2), elementos que se combinam para criar as seguintes categorias: “a) turismo interno, que compreende o turismo interno e receptor, b) turismo nacional, que compreende o turismo interno e o turismo emissor”. O turismo internacional, por sua vez, compreende tanto o turismo receptor quanto o emissor.

Além da definição de formas e categorias do turismo, há também uma infinidade de classificações da atividade turística. Fazendo uso das construções de Beni (2007) e do Sebrae (2017), apresentam-se, a seguir, algumas dessas classificações (Quadro 1).

Quadro 1: Tipos de turismo e especificidades da atividade turística

Classificação	Especificidade
Turismo rural ou campestre	Atividade turística para aqueles que fazem turismo em meio rural.
Turismo de aventura	Atividade turística para aqueles cuja necessidade é ter experiência de desafio físico.
Turismo desportivo	Turismo realizado de acordo com o calendário desportivo do núcleo receptivo.
Turístico étnico-histórico-cultural	A atividade turística centrada no quesito da origem étnica, histórico e cultural local ou regional.
Turismo religioso	Nome dado a atividade turística para aqueles que fazem turismo em centros religiosos ou regiões.
Turismo de negócios ou empresarial	Turismo realizado para realizar atividades profissionais fora do seu local de origem e que no momento livre consuma serviços e produtos turísticos.
Turismo de sol e praia	Turismo de sol e praia é compreendido por atrações recreativas, descanso em praias em conjunto com sol e calor. Esses aspectos estão interrelacionados.

Fonte: BENI (2007), SEBRAE (2017) Elaboração própria.

Na classificação supracitada, destaca-se, para efeitos deste trabalho, a categoria turismo de sol e praia, possui grande demanda por se caracterizar em ambiente receptivo de massa. Esse modo de fazer turismo compreende a oferta de um produto para aqueles consumidores que desejam descansar e relaxar à beira-mar, repleto de serviços acessórios. Para Barretos (1991, p. 81), a ordenação de uma praia para o turismo necessita de:

acessos, estacionamento, água, esgoto, energia elétrica [...], sanitários, equipamentos desportivos, rede de alimentação e, como oferta diferenciada, vestiários aluguel de guarda-sol, cadeiras, barracas, caiaques, windsurfe, escola de esporte náuticos. Como serviços imprescindíveis, temos: vigilância, salvamento (pessoas e barcos) primeiros socorros (pessoal treinado).

A categoria de sol e praia se constitui um dos elementos basilares do turismo, não somente no Brasil, mas em boa parte de países que possuem uma diversa e longa costa, contendo os três elementos: água, sol e mar. No contexto, essa atividade turística alinha recreações não aquáticas e aquáticas, temperaturas quentes ou agradáveis durante todo ano, com a admiração da paisagem e estado de descanso, os fatores descritos contribuem para o interesse das praias. Nesse sentido, várias são as compreensões sobre o segmento, pois,

segundo o Mtur (2010), esse se depreende em Turismo de Sol e Mar, Turismo Litorâneo, Turismo de Praia², Turismo de Balneário, Turismo Costeiro dentre outros.

O desenvolvimento do segmento turístico de Sol e Praia fez crescer o chamado “turismo de massa”, que compreende todo processo da atividade turística que se inicia no agendamento da viagem, na contratação do meio de transporte e, por fim, na hospedagem. Entretanto, compreender a questão da atividade turística de massa não significa dizer que ela seja para as massas sociais, porque tal efetivação não é possível devido à desigualdade da distribuição da renda e/ou financeira.

A discussão sobre as diversas formas de turismo revela a heterogeneidade do setor, refletindo a sua natureza complexa que abrange várias áreas. O turismo inclui atividades como transporte, alojamento, comunicação, bem como bares e restaurantes, com o foco principal em proporcionar uma experiência única ao turista por meio de hospitalidade e serviços de alta qualidade. A eficiente organização dessas atividades contribui para o desenvolvimento econômico, político e social, tornando uma região um destino turístico destacado. Este cenário gera uma competição intensa em níveis local e global para atrair turistas, sendo essencial considerar a capacidade da região de suportar tal aumento na demanda turística.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2019) define o turismo como um sistema integrado, envolvendo três principais agentes: governo, mercado e sociedade. Essa visão é compartilhada por Beni (2008), que também enfatiza a natureza integrada do setor de turismo, destacando a interconexão desses agentes na formação e desenvolvimento do setor.

Nesse contexto, a estruturação da organização das atividades do turismo se dá por nível de poder de decisão, os quais compreendem a) os planejadores públicos das atividades voltadas ao turismo e b) as entidades privadas. O primeiro tem como propósito cumprir sua existência como promotor de desenvolvimento socioeconômico da região-destino, já o segundo reconhece o espaço como ambiente favorável à valorização do capital.

A organização do setor turístico ocorre a partir dos três níveis de governo (federal, estadual, municipal) e sua integração com o setor privado e a sociedade civil. Por envolver diversos atores, esse segmento gera dúvidas sobre o papel desempenhado por cada um, uma vez que há alternância da competência ao longo do tempo (Tomazzoni, 2009). Mesmo com a incompreensão dada pela complexidade do turismo, o planejamento do setor turístico

² Segundo o Mtur (2010), o conceito de praia é caracterizado por um ambiente localizado contornando um corpo de água, formada através de areia, lama e outros tipos sedimentos, como a pedra. Ela também é composta por praia marítima, fluviais e lacustres, como também praia artificial.

compreende os seguintes princípios fundamentais: sujeito, descolamento, retorno, motivação, hospitalidade, experiência, comunicação e tecnologia (Panosso Neto, 2017).

O Quadro 2 compreende a complexidade da estruturação do setor turístico no campo governamental em conjunto com os agentes privados. O planejamento envolve quase todos os órgãos administrativos federais e muitos outros regionais, pois o Governo Federal possui participação efetiva no fomento do turismo ao longo do tempo, que é analisado a seguir.

Quadro 2: Planejadores públicos das atividades voltadas ao turismo

Ação de Planejamento	Esfera responsável
Promoção – organização dos meios necessários para os turistas no espaço geográfico e ação de investimentos.	Ministérios do Turismo; Meio Ambiente; Integração Regional; Secretarias do Turismo
Infraestrutura – saneamento básico, rodovias, portos e aeroportos, serviços públicos de saúde e segurança e equipamentos de convívio social.	Ministérios da Economia, Transportes, Integração Regional, Saúde e Meio Ambiente; Secretarias de Estado de Esporte e Lazer, Infraestrutura, Segurança e de Saúde.
Qualificação – formação e qualificação da mão de obra do setor de turismo.	Ministério da Educação, Sistema S, secretarias estaduais e municipais de educação, universidades públicas e federais.
Agentes setoriais	Comitê turístico, associações de classe e sindicatos de classe dos agentes que atendem o turista.

Fonte: Beni (2007) Elaboração própria

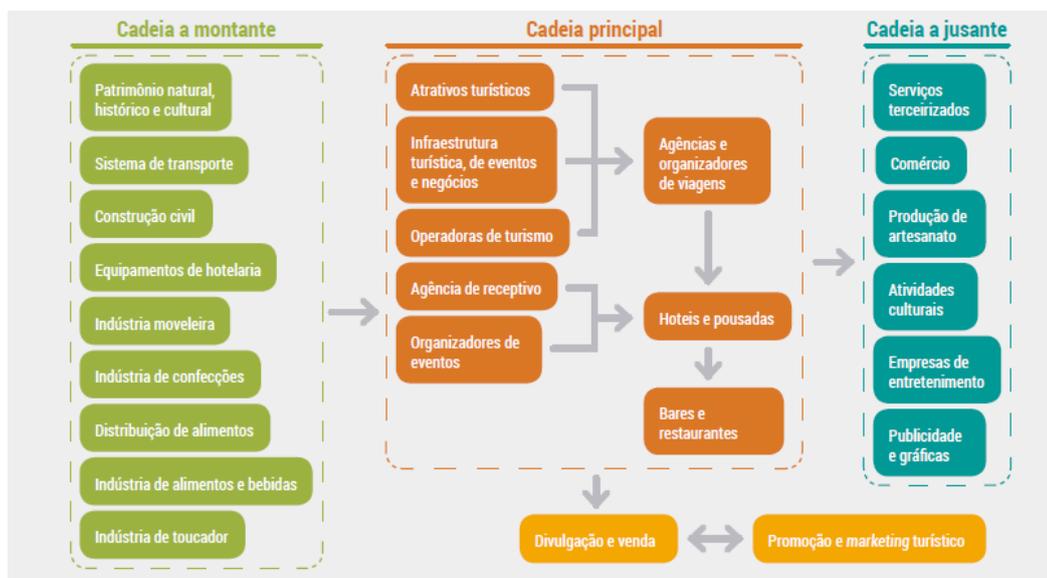
Além das ações mencionadas, realizadas pelo Estado e pelos agentes privados, atualmente, deve-se considerar a participação da sociedade civil (comunidade local, artesãos, bugueiros, guias de turismo e jangadeiros) como parte integrante do *modus operandi* do setor turístico numa região. A população organizada de forma pontual tem contribuído para o diálogo do planejamento nos últimos tempos. A política traçada por esses agentes direciona o ordenamento e os investimentos públicos e privados que darão suporte ao turista.

Salienta-se que a interação mercadológica na atividade turística entre consumidor e serviço pode ocorrer de duas formas: a primeira é a indireta, intermediada por operadoras de turismo e agências de viagem; a segunda é direta, realizada pelo próprio turista, que planeja todo o trajeto da viagem, incluindo os estados e lugares a serem visitados, sem a

intermediação de terceiros. Contudo, para iniciar a inter-relação entre demandantes e ofertantes neste mercado, os agentes responsáveis pela organização do destino turístico precisam descrever as estruturas turísticas do local. Com essa compreensão, os agentes que comercializam espaços turísticos buscam identificar e explorar a potencialidade do turismo. Essa análise envolve compreender as fases principais, a montante e a jusante, da atividade turística.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae/Bahia (2017) afirma que a atividade turística é compreendida por uma rede de produção que oferta bens e serviços. No estudo, considera o turismo como uma cadeia produtiva complexa, que envolve setores a montante e a jusante, além da cadeia principal, inter-relacionando diversos segmentos que justificariam um estímulo ao desenvolvimento socioeconômico de determinada região, conforme Figura 1, abaixo:

Figura 1: Simplificação da Cadeia do Turismo



Fonte: SEBRAE (2017).

A cadeia do turismo a montante estrutura-se em nove elementos que darão suporte à cadeia de valor principal. Esta última oferece ao turista uma gama de serviços composta por uma célula estruturada por cinco núcleos. O primeiro núcleo compreende-se pelo atrativo turístico, infraestrutura e operadoras de turismo que serve de apoio para o polo de agências e organizadores de viagens. O segundo estrutura-se pelas agências de receptivo e organizadores de eventos. O terceiro núcleo traz o polo de agências, o qual contribui para o suporte ao quarto núcleo formado por hotéis e pousadas dentre outros meios de hospedagens, e estes últimos subsidiam o quinto grupo, que é formado por bares e restaurantes.

A Figura 1 mostra que a cadeia principal do turismo produz material para os elementos independentes: divulgação e venda, como também promoção e marketing turístico. Já a cadeia à jusante compreende-se em oito elementos que receberão da esfera principal os turistas para atendimento sem intermediação. Estrutura-se nos componentes de comércio, produção de artesanato.

Como pode ser observado, o turismo envolve uma variedade de serviços que pode ser diretamente relacionada à atividade turística ou estar indiretamente ligada a ela. Isso cria relativa dificuldade para a mensuração do nível de emprego gerado e dos diversos agentes econômicos envolvidos. Buscando superar essas barreiras, a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolveram, a partir de 1993, o sistema *Standard International Classification of Tourism Activities* (SICTA), com o objetivo de identificar, categorizar e mensurar as atividades diretamente ligadas à produção de bens e serviços turísticos.

A categorização do turismo possibilita que a avaliação econômica do setor seja predominantemente realizada através da quantificação dos itens (bens e serviços) adquiridos pelos turistas durante suas viagens, bem como dos efeitos que a disponibilidade desses itens tem sobre as variáveis macroeconômicas e sua interrelação com as demais atividades da economia (IBGE, 2007).

Em 2003, seguindo as diretrizes da OMT, o Brasil deu início ao desenvolvimento de um material teórico e um conjunto de dados estatísticos sobre o trabalho e o emprego no setor de turismo. Essa iniciativa foi marcada pela parceria entre o MTur, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan/DF), que juntos vêm desenvolvendo o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT (Santos, 2018).

Nos trabalhos produzidos por essas instituições, as informações coletadas possibilitam uma avaliação do turismo como atividade econômica sob várias óticas. De forma destacada, analisa-se a geração de empregos, tanto formais quanto informais. Adicionalmente, observa-se o perfil da mão de obra e sua distribuição geográfica pelo país nas diversas atividades e subsetores integrantes do setor turístico. Essas atividades são definidas como Atividades Características do Turismo (ACTs), que podem ser definidas como um conjunto de atividades empresariais que correspondem à maioria dos gastos dos turistas

A abordagem metodológica adotada pelo IPEA, alinhada às recomendações da OMT, estabeleceu para o Brasil as seguintes ACTs: Hospedagem, Serviços de Alimentação, Transporte Aéreo, Transporte Terrestre, Transporte Aquaviário, Agências de Viagens, Locação de Veículos e Atividades Culturais e de Entretenimento.

É importante notar que algumas dessas atividades se sobrepõem ao consumo da população local, o que pode ocasionalmente levar a interpretações menos claras sobre os gastos realizados em determinada localidade. Tal fato é compartilhado por Santos (2018), que afirma que um dos principais desafios na análise do mercado de trabalho do turismo, a partir da classificação de ACTs, é a complexidade em diferenciar a parcela dos serviços prestados que atendem aos residentes daquela voltada exclusivamente aos turistas. No entanto, essa metodologia é a única que realiza uma aproximação do volume de empregos gerados no setor de turismo. Assim, para efeitos deste trabalho, será considerada essa classificação para o mapeamento do setor de alojamento da região turística Costa dos Corais.

CAPITULO II – O FOMENTO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL, NORDESTE E ALAGOAS

O presente capítulo dissertará sobre algumas ações do setor público, no âmbito nacional, regional e estadual para a promoção do turismo. Para isso, o capítulo está dividido em três seções. Na primeira, faz-se um resgate histórico das principais medidas do governo federal para a expansão do setor. Em seguida, discute-se o PRODETUR Nordeste, importante programa voltado ao desenvolvimento do turismo na região. Por fim, na seção três, apresenta-se o panorama da expansão do turismo em Alagoas

2.1 Ações e medidas do governo federal para o desenvolvimento do turismo na economia brasileira

A década de 1950 foi importante para o crescimento da economia brasileira. Com o fim da II Guerra Mundial e inspirado nas ideias da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), a lógica do planejamento e da intervenção do Estado na economia se fez presente. Grandes projetos de energia, transportes e comunicações estavam na pauta dos governos Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1960). Além disso, um amplo processo de industrialização avançava, dinamizando um conjunto de setores produtivo.

Neste ambiente, e diante do crescimento mundial da atividade turística, o governo brasileiro tomou algumas medidas para pensar a política do turismo no país. No entanto, Carvalho (2016) informa que as primeiras iniciativas legais relacionadas ao turismo no Brasil surgiram por volta de 1930, focando em ações específicas. Essas medidas incluíam a cooperação internacional em turismo, a regulamentação de empresas de turismo e transporte, regras para a entrada de estrangeiros no país, apoio a eventos turísticos e licenciamento para operação de instalações de lazer. Essas ações pontuais representam os primeiros passos na formação de uma estrutura legal para o turismo no Brasil.

Os trabalhos de Cruz (2000) e Casimiro Filho (2002) assinalam a existência de três fases que marcam o turismo na economia brasileira, a saber: o período de 1938 a 1966, denominado de pré-história do turismo; entre 1967 e 1991, que marca a estruturação institucional do setor; e entre 1992 até 2002, em que se observa a modernização e expansão do segmento. Acrescentamos, porém, uma quarta fase, que se estende de 2003 até os dias atuais, que denominamos de consolidação do turismo como vetor de crescimento econômico.

A primeira fase, denominada por Cruz (2000) de *Pré-História do Turismo*, vai de 1938 até meados da década de 1960, marcada pelo início da intervenção estatal na atividade turística. Em 1938, o Decreto-Lei Nº 406 regulamentou a venda de passagens aéreas,

marítimas e rodoviárias, representando os primeiros passos do governo na regulação do setor. Além disso, em 1939, foi criado o Decreto-Lei Nº 1.915, que instituiu a Divisão de Turismo como o primeiro organismo oficial de turismo na administração pública federal. Apesar dessas ações, durante esse período não havia uma política nacional de turismo consolidada no Brasil. As ações governamentais eram fragmentadas, caracterizadas principalmente por leis e decretos-lei que tratavam de maneira isolada e restrita aspectos como a regulamentação de agências de viagens e turismo.

De acordo com Sarti e Queiroz (2012), a iniciativa de fomentar o turismo contou com a parceria do Ministério das Relações Exteriores, da Confederação Nacional do Comércio e da *International Corporation and Administration* (ICA), que elaboraram o programa *Tourism Project Brazil* com perspectiva de atrair o turista norte-americano para a capital carioca, especificamente a praia de Ipanema. Como o escopo do projeto ficou circunscrito a região do Sudeste, outras regiões não foram beneficiadas com a atração desse turista-alvo.

Segundo Müller (2011), frente à insuficiência de órgãos dedicados à gestão do turismo no Brasil, o governo federal implementou a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR)³, em 1958, considerada a primeira instituição responsável pela articulação de uma política nacional de turismo. Esta medida visava estabelecer uma estrutura normativa e executiva para impulsionar o setor turístico nacional.

A criação da COMBRATUR, conforme estipulado pelo Decreto nº 44.863, de 21 de novembro de 1958, objetivava instituir um órgão específico para a formulação e implementação de políticas de turismo no Brasil. Esta entidade, sob a égide da Presidência da República, foi designada para liderar o desenvolvimento do turismo interno e atrair turistas internacionais. Suas funções abrangiam a supervisão das atividades turísticas, a padronização de procedimentos para visitantes e a colaboração com outras organizações e representações diplomáticas para a promoção do turismo brasileiro. A instituição da COMBRATUR refletia um esforço do governo brasileiro em organizar e promover o turismo, reconhecendo sua importância para o progresso econômico e cultural do país (Rocha e Almeida, 2008).

Na década de 1960, o Brasil entrou na segunda fase do desenvolvimento do turismo, marcada pela institucionalização do setor. O ano de 1966 foi o ponto da virada no turismo brasileiro, com a promulgação do Decreto-Lei Nº 55, que estabeleceu importantes órgãos oficiais: o Conselho Nacional do Turismo (CNTur), de caráter normativo, e a Empresa

³ Visitar <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasileira de Turismo (Embratur)⁴, órgão executor, delineando a primeira Política Nacional de Turismo (Plantur), que não chegou a ser efetivada em virtude da fraca interação entre os agentes envolvidos. Este período, que se estendeu até 1991, é caracterizado pela estruturação institucional e pelo foco em desenvolver o turismo como um motor de crescimento regional, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, com ênfase em incentivos financeiros e fiscais.

O CNTur⁵ foi estabelecido com o objetivo de oferecer diretrizes e consultoria em políticas de turismo, desempenhando um papel crucial na formulação de estratégias para o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo no Brasil. Paralelamente, a Embratur foi criada para promover o país como destino turístico, com um foco especial na atração de turistas internacionais, além de estruturar os estudos de campo sobre o turismo. Ambas as entidades marcaram um avanço importante na maneira como o Brasil abordava o turismo, refletindo um esforço coordenado para explorar o potencial turístico do país e melhorar sua imagem no exterior.

Com o desenvolvimento de outros agentes governamentais, o Conselho Nacional do Turismo foi perdendo espaço e tolhido nas suas funções. Segundo Beni (1991) *apud* Cruz (1999), ao longo do tempo, as funções do CNTur acabaram sendo absorvidas pela Embratur, resultando frequentemente na diminuição de sua influência e autonomia. Essa situação levou o CNTur a um papel mais secundário, limitando-se majoritariamente à ratificação de decisões e ações implementadas pela Embratur. Com isso, o CNTur, que originalmente tinha um papel mais ativo e normativo na formulação de políticas de turismo, acabou se transformando em um órgão mais administrativo e certificador, exercendo apenas funções cartoriais.

Para Carvalho (2016), durante a década de 1970, o turismo no Brasil experimentou um crescimento importante, impulsionado por várias iniciativas governamentais. Nessa época, foram estabelecidos fundos públicos para estimular o setor, entre eles o Fundo Geral de Turismo (Fungetur)⁶, o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor⁷), o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset/Turismo⁸).

⁴ Em 18 de novembro de 1966, a Embratur foi criada, por meio do decreto-lei nr. 55, do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, o qual também deu origem ao Conselho Nacional de Turismo e definiu a Política Nacional de Turismo (EMBRATUR, 2023). Em 1991, por meio da lei Nº 8.181, a Embratur foi renomeada para Instituto Brasileiro de Turismo, com a responsabilidade de formular, coordenar e executar a Política de Turismo no Brasil. atualmente chama-se Agência Brasileira de Promoção ao Turismo, a partir da Lei nº 14.002/20,

⁵ Esse agente teve sua dissolução efetivada na reforma administrativa entre os anos de 1990-92, pelo então presidente Fernando Collor.

⁶ Criado em 1971, por meio do Decreto-Lei nº 1.191, tinha como objetivo financiar empreendimentos, obras e serviços de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional. Até 2003, a gestão desse fundo estava a cargo da Embratur. Com a criação do Ministério do Turismo naquele ano, a responsabilidade pela administração do Fungetur foi transferida para este novo órgão.

⁷ DECRETO-LEI Nº 1.376, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1974.

⁸ Ver: DECRETO-LEI Nº 1.376, DE 12 DE DE ZEMBRO DE 1974.

Os mecanismos governamentais foram fundamentais para o desenvolvimento do turismo, oferecendo incentivos como isenções e reduções fiscais para atrair investimentos. Essas políticas, conforme sintetizado por Müller (2011), resultaram em investimentos maciços no setor de hospedagem, demonstrando o impacto direto e positivo do apoio fiscal e financeiro na expansão da infraestrutura turística do país.

Müller (2011) entende que a década de 1970 foi um momento de grandes transformações para a história da atividade turística. Essas mudanças se justificavam devido as ações do governo e ao bom desempenho do setor. No período também se realizou a regulamentação de algumas profissões da área. Nesse decênio, houve recursos destinados à criação da Política Nacional do Turismo (PNT) pela primeira vez, em 1972. A aplicação de verbas consistiu numa resposta ao crescimento do segmento turístico, evidenciando-se a necessidade de um ordenamento basilar maior.

Durante a década de 1980, o Brasil enfrentou uma crise econômica que impactou negativamente o setor de turismo. Esse período foi marcado por elevado endividamento do Estado, instabilidade monetária e cambial e limitações para novos investimentos. Como consequência, houve uma redução nas oportunidades de investimento no turismo. O Governo Federal, buscando gerar receitas em moeda estrangeira para mitigar a crise financeira, priorizou o turismo receptivo, ou seja, a atração de turistas estrangeiros, em detrimento do turismo emissivo, que envolve a saída de turistas nacionais para outros países, cuja estratégia visava obter divisas, especialmente em dólares, para ajudar a pagar a dívida externa brasileira acumulada nas décadas anteriores.

No entanto, foi nesse período que surgiram as primeiras discussões sobre ecologia e cultura no turismo, ainda que sem uma política clara de desenvolvimento para o setor. Segundo Becker (2001), a década de 1980 assinalou a ligação do turismo com as questões ambientais. Isso começou em 1981 com a instituição de uma política nacional de meio ambiente, buscando estreitar os laços entre o turismo e o meio ambiente. Em 1987, a Embratur introduziu o turismo ecológico como um novo produto no mercado. Posteriormente, no governo Collor, especialmente durante a Conferência Mundial Rio-92, as pressões ambientalistas se intensificaram, resultando em novas regulamentações para a política de turismo.

Um marco institucional de grande relevância para o avanço do turismo foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que determinou a responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados e o Distrito Federal na preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. Especificamente, o Artigo 180 destacou o turismo como um elemento importante para o desenvolvimento social e econômico, marcando

uma mudança na abordagem política e econômica do turismo no país e estabelecendo as bases para futuros discursos, estratégias de gestão e planejamento (Silva, Costa, Carvalho, 2013).

A Lei Maior trouxe consigo a institucionalização do planejamento nacional por meio do Planejamento Plurianual (PPA). Além disso, houve mudanças na forma de condução das finanças e dos investimentos públicos. Se antes havia uma centralização dos investimentos no setor de turismo no governo federal, a partir desse momento, os estados e municípios passam a ser protagonistas no estímulo à atividade turística. Deixava a escala nacional para o esforço na característica regional e local.

Já na década de 1990 as transformações foram intensas em todos os âmbitos do país: governo, setor privado e sociedade. O modelo neoliberal foi posto em voga e a abertura econômica começou a ser exercida. A nova forma do modelo estatal tinha como missão inserir e incentivar a internacionalização econômica. No que diz respeito ao turismo, esta fase abrange o período de 1991 a 2002 e caracteriza-se pela modernização e expansão das políticas de turismo, com um enfoque mais amplo e integrado no desenvolvimento regional e nacional.

Para Carvalho (2016), no início da década de 1990, foram estabelecidas diretrizes para o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil, embora a execução tenha sido limitada devido a mudanças no governo e à instabilidade econômica. A autora destaca a promulgação da Lei nº 8.181/1991, que transformou a Embratur em autarquia especial e modificou sua denominação para Instituto Brasileiro de Turismo, com a responsabilidade de formular, coordenar e implementar uma até então inédita Política Nacional de Turismo no Brasil.

Em 1992, foi o lançamento do Plano Nacional de Turismo (Plantur), pelo Instituto Brasileiro do Turismo, o qual, programado para ser implementado entre 1992 e 1994, foi considerado um passo inicial importante na implementação de uma Política Nacional de Turismo. Segundo Carvalho (2016), em virtude da instabilidade política, o Plantur não logrou êxito, resumindo-se à execução de um único programa, intitulado Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), que será abordado na próxima seção.

Para Silva, Costa e Carvalho (2013), até a década de 1990, as iniciativas do governo federal em relação ao turismo eram centralizadas principalmente na Embratur e no Ministério da Indústria e Comércio, com limitada participação de outros setores envolvidos no turismo. Contudo, em 1994, começou a surgir uma preocupação do governo federal em mudar essa centralização das políticas públicas. Isso levou à descentralização do turismo, culminando no lançamento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1996.

Segundo Brusadin (2005), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado em 1992 pelo governo federal, tinha como objetivo promover o

desenvolvimento turístico nacional por meio da descentralização das políticas de turismo e do reforço do planejamento turístico nos municípios. Estruturado em torno de cinco princípios fundamentais: descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação, visava o desenvolvimento turístico dos municípios de forma sustentável, abrangendo aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos. Ademais, como não possuía repasse financeiro direto aos municípios, buscava estimular as comunidades locais a reconhecerem e aproveitarem as oportunidades que o desenvolvimento do turismo poderia oferecer a elas. O programa foi oficialmente instituído em 1994 e continuou até o final do mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no final de 2001.

Carvalho (2016), Sarti e Queiroz (2012) dissertam que o PNMT colocou os municípios brasileiros como planejadores, de modo que a prioridade seriam as políticas públicas de sustentabilidade, gestão e parcerias. Nesse momento, cria-se a descentralização de uma política única por parte da União para o âmbito setorial, regional e local.

Pode-se dizer que o PNMT se alinhava às discussões da época de valorização do poder local como forma de promover desenvolvimento econômico e social. Como destacam Trentin e Fratucci (2011), o PNMT representou uma mudança na direção da gestão do turismo brasileiro, passando do modelo federal para o municipal. O programa reconhecia que a participação mais efetiva e ativa ocorre no nível local, devido à proximidade entre cidadãos e governantes locais. Assim, o Programa visava capacitar agentes locais para compreenderem a relevância do turismo no desenvolvimento socioeconômico dos municípios, enfatizando a importância de equilibrar o crescimento econômico com a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural, de modo a incentivar a participação comunitária na gestão dos recursos locais.

A partir dos anos 2000, observa-se a quarta fase. Iniciada em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTur), houve a representação do que consolidaria o turismo como uma atividade econômica de grande relevância para a economia brasileira. A instituição de um ministério dedicado exclusivamente ao turismo evidencia o reconhecimento do setor como um importante motor de crescimento econômico e desenvolvimento social. Esta fase continua até os dias atuais, destacando-se pela implementação de políticas estratégicas, programas de promoção turística e investimentos que visam fortalecer ainda mais o turismo no Brasil.

Para Silva et. al (2010), a criação do Ministério do Turismo, por meio da Medida Provisória nº 103, que mais tarde se tornou Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, marcou uma nova perspectiva do Governo Federal em relação ao turismo. Este setor é visto pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como um dos principais geradores de divisas a nível global. Assim, a criação do MTur reflete o reconhecimento do governo federal de que o

turismo é um dos indutores do desenvolvimento nacional, capaz de promover o crescimento econômico, ao mesmo tempo contribuindo para a distribuição de renda e a diminuição das disparidades sociais e regionais.

Para Lopes e Panoso Netto (2021), o MTur foi criado com o propósito de facilitar o diálogo e a articulação entre diferentes segmentos do turismo. Expandiu o foco das estratégias e ações já existentes, incorporando aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais, espaciais e políticos nas estratégias de desenvolvimento do turismo no país. Priorizou a descentralização e o envolvimento de uma variedade de atores sociais, enfatizando a gestão participativa no setor turístico.

Ainda em 2003, o governo federal elaborou o Plano Nacional de Turismo para o período de 2003-2007, enfatizando o marketing no turismo internacional para atrair divisas. Nesta fase, o turismo foi associado a uma política de crescimento econômico, atuando como um instrumento para a redução das desigualdades regionais. Além disso, o plano desempenhou um papel crucial na indicação dos novos direcionamentos do país no setor turístico.

O PNT 2003/2007 tinha sete macro programas com objetivos que incluíam a gestão das relações institucionais, o fomento da atividade turística, a melhoria da infraestrutura das cidades turísticas, a diversificação da oferta turística, a qualidade do produto turístico, a promoção e o apoio à comercialização e um sistema de informações turísticas. Priorizou a descentralização e envolveu governos estaduais, municipais, parceiros estratégicos, iniciativa privada e representantes locais na gestão do turismo (Lopes e Panoso Netto, 2021).

Em 2004, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT). O PRT manteve a estratégia de descentralização do PNMT, mas mudou o foco territorial, passando de municípios para regiões, reconhecendo o turismo como um elemento fundamental para o desenvolvimento regional (Lopes e Panoso Netto, 2021). Complementando essa mudança, Carvalho (2016) afirma que o programa gerou um mapa regionalizado, o qual contou com 3.319 municípios, com 219 regiões turísticas, para o ano 2004. Em 2013, o PRT foi reformulado, com a definição de oito eixos de atuação, conforme Quadro 3, que orientam ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios.

Quadro 3: Programa de Regionalização do Turismo – Eixos de atuação – 2013

Eixos de Atuação	Descrições
Gestão descentralizada do turismo	Abordagem de gestão que envolve diversos agentes e entidades em níveis local, regional e nacional.
Planejamento e posicionamento de mercado	Desenvolvimento de estratégias para identificar e posicionar efetivamente a oferta de produtos turísticos no mercado.
Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada	Melhorar a qualificação dos profissionais do turismo, bem como a qualidade dos serviços e da produção relacionada ao turismo.
Empreendedorismo, captação e promoção de investimentos	Encorajar o empreendedorismo no setor turístico e atrair e promover investimentos.
Infraestrutura turística	Foca na identificação e no desenvolvimento da infraestrutura necessária para o turismo.
Informação ao turista	Criação e disseminação de informações relevantes para turistas.
Promoção e apoio à comercialização	Estratégias para a promoção e o apoio à comercialização de produtos turísticos.
Monitoramento	Medição da satisfação dos turistas e avaliação dos resultados das atividades turísticas.

Fonte: MTUR (2023). Elaboração própria.

No segundo governo do presidente Lula, foi lançado o PNT 2007/2010, cujas metas e macroprogramas definiram o crescimento econômico e a inclusão social como prioridades a serem alcançadas. A estruturação desse plano teve como agentes o Ministério do Turismo, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo em conjunto com a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e da EMBRATUR, sociedade organizada e o setor privado. Atualmente, essa autarquia é incumbida de formular, coordenar e efetivar a execução da Política Nacional do Turismo.

O Plano era amplamente direcionado ao mercado interno, visando estimular o acesso do maior número de brasileiros ao turismo. As ações seriam implementadas em nível regional ou local, no entanto, as estratégias eram coordenadas a nível nacional, assim como uma parte significativa dos recursos financeiros e técnicos para a realização das atividades também provinha do governo federal. Conforme Buscioli (2022, p. 226),

o Plano Nacional de Turismo (2007–2010) teve como metas: i) promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno; ii) criar 1,7 milhões de novos empregos e ocupações; iii) estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional; e, por fim, iv) gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas.

A terceira meta do PNT (2007-2010) buscou estruturar 65 Destinos Indutores do Turismo. Essa iniciativa visava elevar 65 cidades ao status de polos turísticos, complementando a Política de Regionalização de 2004. Esses destinos, selecionados através do Programa de Regionalização do Turismo, por sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento regional do seu entorno, receberam investimentos específicos para seu desenvolvimento (Buscioli, 2022). Ainda segundo o autor, na definição dos Destinos Indutores, foram estabelecidos critérios específicos: todas as Unidades da Federação, incluindo suas capitais, deveriam ter pelo menos um destino indutor, e cada Unidade da Federação poderia ter no máximo cinco destinos indutores.

Nesse contexto, o plano direcionou-se para a questão social, pois uma das políticas do governo era melhorar a qualidade de renda dos trabalhadores. Houve também a redução dos preços das passagens aéreas, inflação contida, a política do turismo da terceira idade etc. De acordo com Kanitz et. al (2010), o programa abarcou alguns pontos que não tinham sido postos antes, como acessibilidade, novo corpo metodológico, a questão da acessibilidade e uma melhor adequação das metas ao cenário real do país.

Durante os primeiros dois anos do Governo Dilma Rousseff, em 2011 e 2012, não foi lançado um Plano Nacional de Turismo. Este plano só foi apresentado no terceiro ano de seu mandato, com o PNT 2013/2016, intitulado "O turismo fazendo muito pelo Brasil". Com diretrizes similares às dos dois Planos anteriores, o PNT 2013/2016 tinha como principais objetivos o estímulo ao turismo interno, o aumento da entrada de divisas e do número de turistas estrangeiros, melhorar a qualidade e a competitividade do turismo brasileiro e preparar o país para a realização de megaeventos – Copa do Mundo, em 2014; Olimpíadas, em 2016 (Lopes, 2021).

Segundo Carvalho (2016), no primeiro mandato 2011/2014 da ex-presidente Dilma Rousseff, a estratégia para a política do turismo foi semelhante aos dois planos anteriores. Este tinha como meta criação de novas oportunidades de emprego e empreendedorismo,

participação da sociedade civil e estímulo a novas tecnologias. Mesmo assim, a PNT trouxe consigo a gestão descentralizada no seu art.º 3º que define o:

modelo de gestão adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada, descentralizada, coordenada e integrada, proporcionando a participação, a democratização, os consensos e acordos, envolvendo a multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada (Ministério do Turismo, 2013).

Diante disso, a esquematização da gestão compartilhada⁹ do Programa de Regionalização do Turismo se encontra no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4: Organização da gestão compartilhada

Âmbito	Instituição	Colegiado	Executivo
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância De Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Fonte: Dados do MTUR (2023). Elaboração Própria.

Deve-se ressaltar que, em 2013, por meio da Portaria MTur nº 313, de 03 de dezembro de 2013, foi definido o Mapa do Turismo Brasileiro, um instrumento que visa orientar a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento de políticas públicas para o setor. O objetivo do Mapa é identificar as potencialidades e as necessidades de investimentos e ações para promoção do turismo em cada região do país. O Mapa do Turismo classifica os municípios em cinco categorias (A, B, C, D e E), de acordo com cinco variáveis: quantidade de estabelecimentos de hospedagem, quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem, quantidade estimada de visitantes domésticos, quantidade estimada de visitantes internacionais e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem. Em 2023, o Mapa do Turismo Brasileiro registrou 2.477 municípios e 335 regiões turísticas que possuem vocação ou que são impactados pelo setor de viagens no país (MTur, 2023).

⁹ De acordo com a **PORTARIA MTUR Nº 41, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021**, a gestão compartilhada mudou a executiva nacional para “Coordenação-Geral de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento Turístico, do Departamento de Ordenamento, Parecerias e Concessões da Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões” (Ministério do Turismo, 2021).

A presidente Dilma Rousseff foi reeleita em 2014, mas deposta em 2016 por golpe de estado, assumindo a Presidência o seu vice, Michel Temer. Um novo Plano Nacional do Turismo, no entanto, só foi apresentado em 2018 (PNT 2018/2022) e aprovado em 2019, por meio do Decreto nº 9.791, sob a gestão de Jair Bolsonaro.

O PNT 2018/2022 tinha como objetivo a melhoria da qualidade do segmento do turismo, mas sem otimismo construtivo diante das versões anteriores. Deve-se destacar um ponto no Plano sancionado, que foi a inclusão no Mapa do Turismo Nacional de municípios que não tinham uma perspectiva ao turismo, pois estes podem beneficiar-se da renda gerada da atividade turística realizada em outra cidade, através da oferta de serviços e mão de obra para o segmento. Para o novo plano isso geraria ganhos para toda a região (Lopes, 2021).

Além disso, destaca-se a necessidade de os municípios atenderem a determinados parâmetros para integrar efetivamente o programa devem seguir. A dinâmica da proposta de governança regionalizada parece buscar uma abordagem mais ampla, integrada e global para o desenvolvimento do turismo, considera-se não apenas a competição entre regiões, mas também a colaboração entre municípios e a integração com outros setores econômicos locais, as ACTs. Nesse contexto, esse enfoque pode contribuir para um crescimento mais equilibrado e sustentável no âmbito regional.

2.2 Medidas para atividade turística no Nordeste brasileiro – O PRODETUR NE

O Nordeste do Brasil é composto por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, que, juntos, possuem 33% da população brasileira, de acordo com último censo de 2022, e 18% do território nacional, distribuído em 1.794 municípios. O território conta com quase todas as capitais dos estados na costa, excetua-se Teresina, no estado do Piauí. A região possui um litoral de aproximadamente 3.300 km de extensão, representando mais de 38% do litoral brasileiro, com águas calmas, transparentes e com algumas áreas de natureza quase intocadas pela ação humana.

A região Nordeste possui áreas ambientais bem distintas: Mata Atlântica, Agreste e Sertão, sendo este último marcado pela seca e pela pobreza extrema. O Nordeste é frequentemente destacado como uma região subdesenvolvida, devido aos seus preocupantes indicadores sociais. No entanto, esses desafios também são utilizados como elementos de influência na esfera do poder e da política local. Contudo, é importante notar que o Nordeste se caracteriza por sua rica pluralidade social e econômica, um legado construído ao longo do tempo por uma combinação de investimentos governamentais, colaborações com instituições financeiras internacionais e parcerias com o setor privado local, todas voltadas para combater a pobreza em várias áreas da região. Atualmente, a região se destaca como uma das áreas de

turismo de mais rápido crescimento no país, apesar de estar localizada em uma das regiões mais carentes.

Conforme apresentado no capítulo 1, desde a década de 1950, o Nordeste tem sido foco de políticas de desenvolvimento regional. No entanto, a dinâmica produtiva da época voltava-se para a industrialização da região, como forma de superar o atraso econômico e social. Conforme Dantas (2007), as ações de cunho industrial e infraestrutura visaram mitigar as disparidades entre os diferentes “brasis”, cujo Centro-sul normalmente era visto como moderno e industrializado, e o Nordeste como atrasado e agrário.

Durante o período desenvolvimentista mencionado, o principal foco era a integração regional por meio de infraestrutura terrestre, além do incentivo à geração de eletricidade para apoiar o setor industrial e a exploração de recursos minerais, visando combater o subdesenvolvimento. Dentre as ações e medidas de política econômica, podem ser citadas: a construção da rodovia Rio-Bahia, ligando o Nordeste ao Centro-sul; melhorias nas estradas estaduais e a execução de importantes projetos de engenharia; a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952; e a criação de dois órgãos municipais dedicados ao turismo, um em Salvador e outro em Recife, em 1953 (Cavalcanti e Paiva, 1993).

Não havia uma preocupação estrita com o desenvolvimento do turismo, de modo que as cidades litorâneas não eram alvo de políticas especificamente voltadas ao setor. Dentro desse contexto, Dantas (2007, p. 11) compreende que:

nessa época, diferentemente de outras cidades litorâneas dos países em via de desenvolvimento, as cidades litorâneas do Nordeste não se enquadravam na lógica de valorização turística. Os fluxos notados nesta região são reduzidos, de caráter fortemente nacional, e concentrados em certas cidades, sendo Salvador o principal exemplo deste período.

A criação da SUDENE em 1959 marcou o início de diretrizes importantes que buscavam modificar o cenário econômico regional, principalmente através do aumento dos investimentos na indústria. Para implementar as políticas propostas pela SUDENE, foram desenvolvidos quatro Planos Diretores: I PD (1961/1963), II PD (1963/1965), III PD (1966/1968) e IV PD (1969/1973), todos com um enfoque fundamentalmente voltado para a industrialização.

No setor de turismo, de acordo com Cavalcanti e Paiva (1993), entre 1960 e 1966, a rede hoteleira nordestina registrou um crescimento de 4,3%. Além disso, entre julho de 1968 e julho de 1971, o movimento turístico nas capitais nordestinas, de Fortaleza até Salvador, cresceu 48%. Por fim, no período de 1966 a 1977, aproximadamente 37 hotéis foram estabelecidos na região Nordeste, com 14 deles localizados na Bahia, 8 em Pernambuco e o

restante distribuído pelos outros estados, todos com recursos provenientes dos programas de incentivos fiscais, como o Sistema 34/18-FINOR.

Na década de 1970, no âmbito do II PND, o turismo passou a ser visto como uma oportunidade viável para o desenvolvimento regional, especialmente a partir da valorização da faixa litorânea, que é considerada o principal atrativo turístico da região. Nesse contexto, observam-se ações pontuais de estímulo ao turismo na costa nordestina, como a Política de Megaprojetos, de caráter centralizado, que se voltava ao financiamento de projetos de grande porte e com extenso custo financeiro, pois sua implantação requeria vultosas inversões.

De acordo com Endres (2002), a política de megaprojetos, implementada por cinco dos nove estados do Nordeste brasileiro no final da década de 1970, consistia em um conjunto de ações similares com o objetivo de fomentar o turismo na região. Essa estratégia envolvia a criação de grandes empreendimentos turísticos, especialmente megaprojetos hoteleiros, nos territórios desses estados.

Segundo Cruz (2002 *apud* Duda, 2013), a Política de Megaprojetos tinha o propósito de estabelecer uma estrutura para a localização de empreendimentos privados, como hotéis, *resorts* e parques, que seriam atraídos por meio de incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelos governos estaduais das regiões onde os projetos seriam implantados. Essa política abrangia áreas de cinco estados do Nordeste: o Projeto Parque das Dunas - Via Costeira, em Natal, Rio Grande do Norte; o Projeto Cabo Branco, na Paraíba; o Projeto Costa Dourada (PCD), em Pernambuco e Alagoas; e o Projeto Linha Verde, na Bahia. Alguns dos projetos, no entanto, nunca foram concluídos ou sofreram modificações ao longo do tempo.

Apesar dessas medidas, o grande impulso ao desenvolvimento do turismo no Nordeste ocorreu na década de 1990, com a implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). Lima (2000) informa que o PRODETUR foi instituído pela Portaria nº 1, de 29/11/1991, através de uma atitude posta pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e EMBRATUR, com visão no ordenamento e no desenvolvimento turístico no âmbito da região Nordeste. A instituição foi simbolicamente instituída, pois sua execução somente ocorreu em 1995 (Barbosa, 2016). Para Abreu e Costa (2017), o PRODETUR tinha como objetivo integrar o Nordeste à rede internacional de destinos turísticos e reduzir as disparidades regionais. A autora Lima (2000) conclui que os recursos alocados tinham fonte pública e externa, dando assim um caráter de parceria entre os setores público e privado.

Complementando as informações supracitadas, Kiyotani (2019) diz que o PRODETUR visava criar um ambiente propício para o crescimento e aprimoramento do setor turístico na região Nordeste. Deste modo, focava na infraestrutura básica da costa nordestina,

visando desenvolver corredores turísticos para estimular a conexão intrarregional e a expansão do turismo na área. Consistiu em um programa de apoio financeiro público destinado a estados e municípios, sendo financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e administrado pelo Banco do Nordeste (BNB).

Ainda segundo a autora, o programa teve abrangência nos nove estados do Nordeste, bem como nas regiões norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, áreas de atuação da Sudene. Seu escopo de atuação compreendeu o financiamento de uma variedade de projetos, incluindo obras de infraestrutura, como saneamento, transporte e urbanização, além de iniciativas voltadas para a preservação ambiental e do patrimônio histórico e cultural. Adicionalmente, o programa apoiou projetos de capacitação profissional e fortalecimento das estruturas administrativas dos estados e municípios envolvidos.

Segundo Barbosa e Carvalho (2016), o PRODETUR tinha inspiração no turismo externo, visto que essa atividade vinha mudando economicamente diversas regiões. Nesse sentido, os autores pontuam que o programa se constitui o primeiro ato de política pública voltada ao turismo que recai nos territórios do Nordeste. Dessa forma, a incidência sobre os espaços turísticos afeta a dinâmica socioespacial, pois os autores (Barbosa e Carvalho, 2016, p. 256) descrevem que:

A dimensão territorial do turismo é concebida e viabilizada pelo PRODETUR ao implementar em destinos turísticos infraestrutura básica, denominada geograficamente de fixos urbanos, tais como estradas pontes, viadutos, aeroportos, rodovias, construções que alocados em espaços contribuem para o aumento do movimento de pessoas, mercadorias e capitais, ou seja, promovem os fluxos.

O programa aborda o tripé de projetos turísticos, urbanísticos e ambientais, conforme delineado por Barbosa e Carvalho (2016). Além disso, destaca a importância das parcerias entre os atores institucionais do turismo que estão circunscritos no setor e que foi destacado neste trabalho. Diversos autores, dentre eles Dantas (2007), Abreu (2010), Barbosa e Carvalho (2016) informam que o Programa passou por diferentes fases de planejamento e implementação ao longo do tempo, compreendendo em três etapas:

1. PRODETUR NE I: 1995-2005

- Início oficial das atividades em 1995;
- Finalizado em 2005;
- Foi o primeiro programa global de turismo na região Nordeste.

O primeiro PRODETUR teve como princípio elementar o desenvolvimento da infraestrutura (vias, estradas, urbanização, saneamento básico), naquele momento para que a

atividade turística fluísse dentro do espaço delimitado pelo programa, com colaboração de gestores estaduais e municipais. O programa não configurou uma expansão estrutural para o município, o que aconteceu foi o ato de alimentar o recorte socioespacial específico e econômico do que deve acontecer como turismo. Beneficiando, dessa forma, uma parte de comunidade local e os turistas.

Nesse sentido, Abreu (2010) afirma que a abordagem dessa primeira fase foi estruturada pelos estados envolvidos e que tinha ações definidas como prioritárias naquele momento para viabilizar a dinâmica da atividade. Entretanto, algumas áreas elencadas, como os municípios do interior, não foram selecionadas para receberem os recursos, pois os estados teriam que dar uma contrapartida ao empréstimo, já que havia investimento com tal exigência. Dessa forma, as inversões para espaços turísticos ficaram em zonas do litoral. A mudança de prioridades configura-se como um mal planejamento dos estados ou o espectro político nas escolhas das regiões finalísticas, nesse caso. Outro ponto do programa foi a concentração de recursos em determinados estados da região, como Bahia e Ceará, que abarcaram 51% do total de recursos disponíveis (Dantas, 2007).

Esse viés político e de concentração de recursos pode comprometer o desenvolvimento e a saúde financeira do estado e do município, pois não é só de recursos que se faz uma área turística, como se tem mostrado nesse estudo. Por fim, outra explicação para predileção dos municípios litorâneos pode ser pelo fato de essas estarem perto de portões aéreos e portos marítimos. Neste caso, deve ser excetuado Teresina, capital do Piauí, que não está no litoral e não faz parte do turismo Sol e Mar.

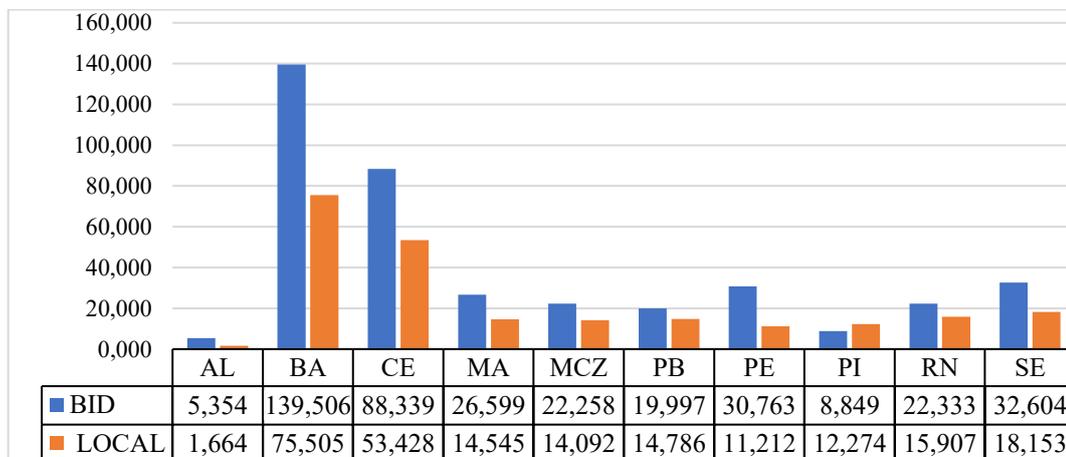
Para Kiyotani (2019), na primeira fase do PRODETUR/NE, buscou-se replicar casos de sucesso de megaempreendimentos turísticos, semelhantes aos de Cancun, no Nordeste brasileiro. Nesse contexto, uma estrutura composta por complexos turísticos abastecidos por *resorts* foi concebida, sem que houvesse uma análise das dinâmicas sociais, econômicas, culturais ou mesmo ambientais específicas de cada localidade. Como resultado, emergiram consequências significativas, como a exclusão da sociedade na formulação desses planos, a ênfase na valorização das regiões litorâneas em detrimento do interior e a criação de espaços segregados, destacando a distinção entre os territórios afetados por esses projetos.

Segundo Abreu e Costa (2017), em todos os projetos, foi alocado um total de US\$ 625.966 mil, com US\$ 396.602 mil provenientes de financiamento e US\$ 229.364 mil como contrapartida local, abrangendo 60 municípios nos nove estados do Nordeste. Desde a primeira fase, o PRODETUR/NE mostrava uma preferência por realizar investimentos nas áreas litorâneas, cuja escolha das localidades beneficiadas com os recursos ficou a critério dos estados participantes.

No que diz respeito aos investimentos, durante muitas décadas, o Nordeste foi beneficiado com a alocação de recursos públicos destinados ao setor de turismo, com o objetivo de estimular essa atividade na região. De acordo com o BNB (2005) apud Kiyotani (2019), o PRODETUR/NE I, cuja conclusão ocorreu em 2005, envolveu um montante total de investimento de US\$ 626 milhões destinados à implementação de 264 projetos.

Complementando essas informações, Guimarães, Rissato e Silva (2012, p. 1150) apresentam dados distintos. Segundo os autores, “a primeira fase, de 1994 a 2004, envolveu investimentos de US\$ 670 milhões, 14,9% bancados pelo governo federal e 85,1% pelos estados – 50% desses financiados pelo BID”. Durante esse período, os recursos foram distribuídos de acordo com as seguintes categorias: aeroportos (34%), saneamento básico (24%), transportes (12%), recuperação do patrimônio histórico (5%), desenvolvimento institucional (4%), preservação ambiental (3%) e outras áreas (18%). Além disso, os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco foram aqueles que mais receberam recursos, tanto nacionais quanto internacionais, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Prodetur NE I: Valores Aplicados por Estado e Fonte BNB e Local (US\$ Milhões)



Fonte: BNB (2016) apud Kiyotani (2019).

Obs.: Somente aplicações nos componentes, compreendendo recursos do BID e da Contrapartida Local – Posição 09/2005.

Vasconcelos (2017) esclarece que o PRODETUR/NE I estava operacionalmente ligado a três níveis de gestão: Embratur no nível nacional, Sudene e CTI-NE (Comissão de Turismo Integrado do Nordeste) junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil) no nível regional, e as unidades federativas do Nordeste e Minas Gerais no nível estadual. Para a execução, cada estado deveria criar uma Unidade Executora Estadual (UEE), com ações envolvendo órgãos municipais e estaduais, para captar os recursos e oferecer as contrapartidas exigidas. Maceió foi uma exceção à regra, devido à incapacidade financeira do Estado de

Alagoas em assumir a contrapartida necessária junto ao BID. Assim, a prefeitura de Maceió assumiu essa responsabilidade e criou uma Unidade Executora Municipal (UEM), visando captar os recursos para viabilizar o Programa.

O PRODETUR/NE I, de acordo com o relatório do Banco do Nordeste do Brasil (2005) citado por Guimarães, Rissato e Silva (2012) teve amplos impactos, incluindo a expansão dos estabelecimentos turísticos, melhorias na infraestrutura de acesso, diversificação dos produtos turísticos, criação de empregos, aumento da arrecadação tributária e melhorias nos serviços públicos. A melhoria da infraestrutura atraiu empreendimentos turísticos nacionais e internacionais, como as redes Accor, Sol Meliá, Pestana e Vila Galé. Com os acertos e erros do programa uma segunda etapa foi lançada pelo Governo Federal chamada de:

2. PRODETUR NE II: 2002-2012

- Há uma ampliação da área de atuação;
- O encerramento dessa fase ocorre em 2012;
- Definição dos polos de turismo;
- A exigência para cada estado elaborar um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS);
- Todos os elementos relacionados ao turismo continuam a ser abordados na região do Nordeste.

No âmbito do segundo estágio do programa, foram planejadas iniciativas tanto na promoção profissional e empresarial quanto na melhoria da infraestrutura básica. As ações inseridas no PRODETUR II tinham como objetivo principal impulsionar o turismo na região. Esse aspecto envolveu o apoio aos governos municipais na gestão do turismo, com especial ênfase no desenvolvimento de estratégias de planejamento. Além disso, o programa incentivou o investimento privado em áreas onde o potencial turístico era evidente, promovendo, assim, o crescimento sustentável desse setor vital para a região (Carvalho, 2014).

Os municípios que foram atendidos no período anterior são aqueles que foram inseridos dentro da regionalização dos espaços do turismo, pois só assim esses teriam acesso às ações de planejamento. A inclusão dessas áreas se fez necessárias para que existisse uma anuência para os aportes dos agentes governamentais envolvidos: Mtur e BNB.

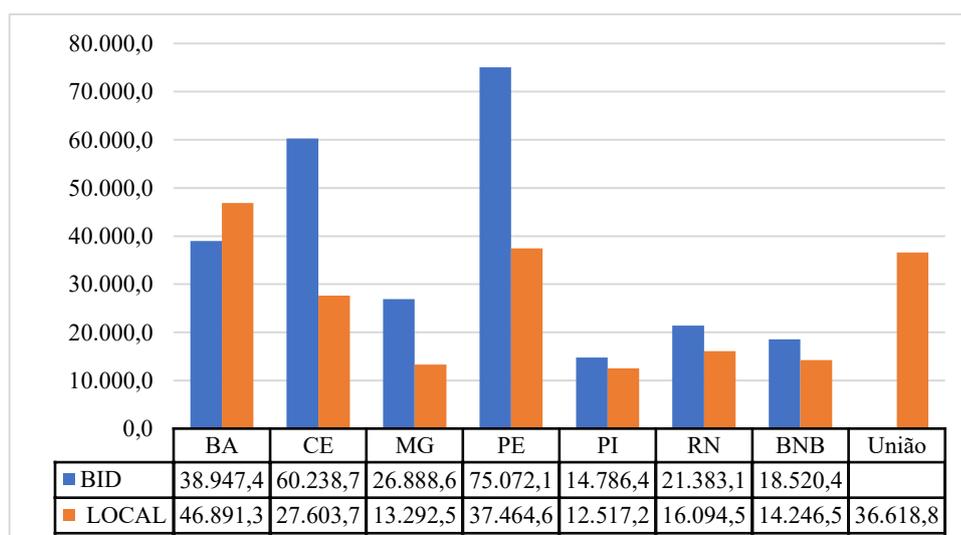
Para Abreu e Costa (2017), no PRODETUR/NE II foram adotadas novas abordagens, como a obrigação de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e a introdução do conceito de Polo Turístico, inspirado na Teoria dos Polos de Crescimento de Perroux (1967). Os Polos Turísticos são áreas geograficamente

definidas, com uma forte inclinação para o turismo, compreendendo atrações turísticas semelhantes e/ou complementares. Foram estabelecidos 16 Polos Turísticos, com investimentos destinados a 14 deles, sendo que 12 estão localizados na Região Nordeste.

Segundo Duda (2013), a Política de Polos Turísticos envolveu a formação de regiões turísticas a partir da aglomeração de municípios com características semelhantes. Tinha como principal objetivo expandir o turismo nas regiões, incluindo municípios menos conhecidos no circuito turístico nacional e internacional. A política baseava-se na premissa de que cidades com infraestrutura turística mais desenvolvida, como as capitais do Nordeste, poderiam impulsionar o turismo nas áreas circunvizinhas. Posteriormente, o projeto dos Destinos Indutores identificou destinos turísticos consolidados que poderiam impulsionar o crescimento turístico nas regiões-polo em que estavam situados.

De acordo com Abreu e Costa (2017), o PRODETUR NE II previu a alocação de aproximadamente US\$ 400 milhões nas áreas de planejamento dos 14 Polos de Turismo criados, abrangendo 115 municípios. Desse montante, US\$ 240 milhões seriam provenientes do BID, enquanto US\$ 160 milhões constituíam a contrapartida. Segundo Kiyotani (2019), o PRODETUR/NE II, finalizado em março de 2012, investiu 240 milhões de dólares em 136 projetos. Desses, 27,5 milhões foram destinados ao Estado de Minas Gerais. Mais uma vez, os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará foram os maiores beneficiados com os recursos do PRODETUR/NE (Gráfico 2). Nas duas fases do Programa, os recursos vieram parcialmente do BID e parcialmente de contrapartidas locais.

Gráfico 2 - Prodetur II: Valores Aplicados por Estado e Fonte (US\$ Milhões)



Fonte: BNB (2016) apud Kiyotani (2019)

Os pontos de evolução apresentados sugerem uma mudança do programa, inicialmente focado no Nordeste e, posteriormente, reconfigurado em um programa nacional,

devido à importância do turismo para o país. As fases indicam uma adaptação e reconfiguração das estratégias e objetivos apresentados ao longo do tempo, cujo progresso acaba por apontar as mudanças das necessidades e respostas das ações realizadas pelas políticas governamentais. Dessa forma, conclui-se que esse é o “primeiro programa de desenvolvimento turístico sistematizado e levado a cabo em escala regional e cujo modelo será replicado e integrado à política nacional de turismo” (Abreu, 2010, p. 18). O aspecto regional sai da órbita da nomenclatura e permeia na nova fase o âmbito nacional, sem deixar as peculiaridades regionais.

3. PRODETUR NACIONAL: 2010 em diante

- Em 2010, deixa de ser regional e passa para denominação PRODETUR Nacional;
- O escopo agora se dá em todo o país.

Nesse contexto, as várias edições do programa reafirmaram a importância do turismo na economia brasileira, especialmente a do Nordeste, pois foi nesse recorte geográfico diverso que o PRODETUR NE concretizou, delimitou e desenvolveu os diversos campos da atividade turística nos finitos recortes socioespaciais, ambientais e econômicos. A sua ação de fomentar se mostrou proeminente, mesmo com os diversos gargalos, e, dessa forma, passou a ser nacional, deixando, assim, só o espectro regional. Como apresentado por Barbosa (2016), a instrução nacional do PRODETUR vai além das esferas estaduais; passa-se agora a abarcar a região municipal cujas ações políticas fomentam e atuam no desenvolvimento do turismo.

Lançado em 2008, o PRODETUR Nacional englobou os PRODETUR regionais para otimizar a captação de recursos junto ao BID, reduzindo custos operacionais. O primeiro convênio com o BID foi assinado em 2010, quando o programa passou a incorporar outros PRODETURs, permitindo que estados, o Distrito Federal, capitais e municípios selecionados solicitassem recursos. Para isso, as unidades da federação, regiões turísticas ou municípios precisam, obrigatoriamente, submeter um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) (Buscioli, 2022).

Por fim, pode-se dizer que, embora as diversas políticas implementadas para desenvolvimento do turismo tenham provocado alterações territoriais significativas na costa nordestina, e em Alagoas, em particular, elas não resultaram em melhorias substanciais na qualidade de vida da população local. Uma possível explicação para essa discrepância está na tendência de instalação de resorts e melhoria de infraestrutura de uma área diminuta das cidades, sem uma preocupação maior com as questões ambientais e sociais, funcionando como enclaves, além de limitar, assim, seu impacto positivo no desenvolvimento das áreas circundantes (Duda e Araújo, 2014).

2.3 A expansão do turismo em Alagoas

O estado de Alagoas faz parte das 27 unidades federativas do Brasil. Encontra-se circunscrito na região Nordeste e ocupa uma área de 27.830,661km², com uma população de 3.127.683, de acordo de com último censo de 2022, que circunscreve 102 municípios em seu território. Conforme descrito no tópico anterior, o turismo na região Nordeste só teve protagonismo a partir da década de 1990, mesmo com ações, estímulos financeiros e territoriais realizados em períodos anteriores. Da mesma forma, evolui a atividade turística no território alagoano, a qual se constitui em ambiente pobre dentro de uma região subdesenvolvida.

Alagoas é reconhecido por seu significativo potencial turístico, pois abriga recursos naturais privilegiados. No entanto, até a década de 1970, seguindo a tendência regional, o turismo não era uma atividade econômica considerada, apesar de algumas iniciativas para estímulo do setor registradas na literatura acadêmica, conforme mencionam Veras Filho (1991) e Rangel (2010).

Conforme Vasconcelos, Araújo e Ramos (2016) e Rangel (2010), alguns elementos contribuíram para a expansão do turismo em Alagoas, especificamente em Maceió, a partir dos anos 1970. Em 1971, foi criada a Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR), a partir da Lei 3148, de 14 de maio de 1971, destinada a fomentar o turismo e atividades correlatas no Estado. No mesmo ano, ocorreu a reforma do aeroporto de Maceió, o qual era conhecido como Campo dos Palmares, e foi inaugurado o Estádio Rei Pelé, impulsionando a atração de visitantes. Além disso, foi pavimentado o primeiro trecho da AL-101 e construídas as pontes sobre as lagoas Mundaú e Manguaba, tornando mais fácil o deslocamento ao longo do litoral. Entre 1973 e 1975, foram realizadas campanhas publicitárias em todo país para promover Maceió como destino turístico.

Além disso, em 1974, o Camping Club do Brasil se estabeleceu em Jacarecica e a revista Quatro Rodas publicou o primeiro mapa turístico de Alagoas. A orla do bairro Pajuçara foi urbanizada (em 1974) e inaugurada a Avenida Álvaro Otacílio, que liga o bairro de Ponta Verde à Lagoa da Anta. Em 1975, o Plano Piloto da EMATUR foi elaborado, planejando várias ações turísticas. Essas mudanças urbanísticas estimularam a inauguração de grandes hotéis e restaurantes nessa região. Como resultado, a área costeira abrangendo os bairros de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca tornou-se o epicentro do desenvolvimento turístico urbano de Maceió.

Ademais, a política de incentivos fiscais do governo federal, juntamente com incentivos estaduais, possibilitou a construção de importantes equipamentos turísticos, como

o Luxor Hotel de Alagoas, na praia da Avenida, em 1976, considerado de alto luxo, à época; o Hotel Beira-Mar, também na praia da Avenida, em 1977; e o Hotel Alteza Jatiúca, no bairro de mesmo nome, em 1979, e o Hotel Ponta Verde, em 1980, em bairro homônimo.

Para autores como Veras Filho (1991), Costa (1998) e Rangel (2010), citados por Vasconcelos, Araújo e Ramos (2016), um fator crucial que contribuiu para o crescimento do turismo em Maceió foi a criação do Hotel Alteza Jatiúca (atualmente, Hotel Jatiúca). O Hotel se destacou não só por sua estrutura física avançada na época, mas também, pelo seu papel ativo na promoção do destino turístico nas regiões mais abastadas do país, chegando a ser palco para a filmagem de capítulos de uma novela da Rede Globo de Televisão¹⁰. A combinação desses dois eventos desempenhou um papel fundamental no impulsionamento do turismo na região.

Na década de 1980, Maceió chegou a ser um dos destinos turísticos mais visitado do Nordeste. Em 1983, a capital alagoana entrou na rota dos cruzeiros marítimos internacionais, atraindo transatlânticos com uma média de 448 turistas estrangeiros (Martins, 2006). Houve novos investimentos na rede hoteleira, com destaque para a inauguração do Matsubara Hotel, em Cruz das Almas, o primeiro hotel cinco estrelas instalado no estado de Alagoas. Como destaca Carvalho (2023, p. 67):

[na década de 19]80, a capital alagoana teve um crescimento expressivo no número de hotéis e quantidade de leitos, e passou a ser conhecida e premiada como um dos principais destinos turísticos do Nordeste. O período entre as décadas de [19]70 a [19]90 significou também uma maior participação do estado de Alagoas, das associações de interesse coletivos e das agências de viagem na promoção do turismo em Maceió (Carvalho, 2023, p. 67).

Rangel (2010) defende que o período de 1979 até 1985 marcou um crescimento acentuado do turismo de sol e praia em Maceió. Entre 1986 e 1988, o destino Alagoas entrou em fase de consolidação, para entrar em processo de estagnação até o final da década de 1990, retomando uma lenta retomada do crescimento a partir de 1997. Para o autor, a fase de estagnação está vinculada aos acontecimentos econômicos e políticos estaduais e nacionais. Em nível nacional, a crise da dívida da década de 1980, o elevado processo inflacionário, a abertura comercial e financeira e a apreciação do real contribuíram para a diminuição do fluxo de turistas para Alagoas. Em âmbito estadual, o “Acordo dos Usineiros”, celebrado pelo governador Fernando Collor, em 1988, que isentou as usinas e destilarias do estado de pagar ICMS sobre a cana-de-açúcar cultivada em suas propriedades, levou ao agravamento das

¹⁰ Segundo Rangel (2010, p. 154), “Em 1984, o Hotel Jatiúca e a capital Maceió são divulgados nacionalmente em 10 capítulos da novela da Rede Globo “Amor com Amor se paga”, o que impulsionou o turismo no Estado.

finanças públicas estaduais, comprometendo a governabilidade e a dinâmica produtiva local, inclusive o turismo.

Araújo e Carvalho (2023, p. 108) sintetizam o cenário do turismo em Alagoas no período, afirmando que o declínio da atividade turística, nesse momento, foi resultado de uma “conjunção de fatores que foram desde a má administração pública, gerando consequências negativas à imagem da cidade – que sofria com problemas como a falta de limpeza –, até a crise que afetava o país e que acabou por arrefecer a demanda pelo turismo”.

No que se refere à hotelaria, Vasconcelos e Araújo (2016) informam que, em 1990, o Hotel Jatiúca lançou o primeiro “Resort Flat” da cidade, mesmo ano em que foi inaugurado o Meliá Maceió Bouble Reverse Flat, ambos localizados na orla de Jatiúca. Contudo, em 1992, quinze hotéis encerraram suas atividades, incluindo o Hotel Atlântico e o Luxor Hotel de Alagoas, marcando um período de declínio na hotelaria da praia da Avenida. Entre 1990 e 1997, nove hotéis fecharam em Maceió, levando a uma estagnação no setor e tornando Maceió a única capital do Nordeste a experimentar uma diminuição no volume total de visitantes.

Com a implantação do PRODETUR NE I, a partir de 1995, Maceió passou a experimentar um lento processo de recuperação do setor de turismo. Segundo Rangel (2010), em junho de 1996, Maceió firmou um contrato de sub-empréstimo no âmbito do Prodetur/NE I, com um financiamento do BID no valor de US\$ 22,399 milhões. O município se comprometeu com uma contrapartida igual, elevando o total de recursos para US\$ 44,798 milhões. No entanto, o investimento real do BID em Maceió foi de US\$ 22,558 milhões, enquanto a contrapartida municipal alcançou US\$ 14,09 milhões, resultando em um total de US\$ 36,35 milhões¹¹.

Ainda de acordo com Rangel (2010), a maior parte do dinheiro arrecadado foi utilizada na revitalização do bairro histórico do Jaraguá, representando aproximadamente 52% do montante total. Esse investimento abrangeu melhorias na infraestrutura viária, com um custo de US\$ 12.424.927, bem como a restauração de edifícios históricos e melhorias na rede elétrica, totalizando US\$ 8.403.994, o que resultou em um total de US\$ 20.828.921 investidos. No entanto, apesar desses esforços, o bairro não conseguiu manter sua relevância como uma área atrativa para o turismo, perdendo sua relevância nesse aspecto poucos anos após a conclusão do projeto (Tabela 1).

¹¹ É importante destacar que, embora o Prodetur/NE I tenha sido adotado por todos os estados do Nordeste, Maceió foi o único município a assinar o contrato de forma individual e independente da esfera estadual (Rangel, 2010).

Tabela 1: Maceió - Aplicações dos valores do PRODETUR NE I

Aplicação	Valores (US\$)	%
Desenvolvimento Institucional	5.706.744	14,10%
Saneamento	-	0,00%
Transportes Rodovias	-	0,00%
Transportes vias urbanas	12.424.927	30,70%
Patrimônio Histórico	8.403.994	20,76%
Proteção Ambiental	12.931.318	31,95%
Aeroportos	-	0,00%
Elaboração de Estudos e Projetos	1.005.007	2,48%
Total	40.471.990	100,00%
BID	24.793.049	61,26%
Contrapartida	15.678.941	38,74%
Total	40.471.990	100,00%

Fonte: BID/BNB apud Rangel (2010, p. 101)

Ainda de acordo com a Tabela 1, pode-se observar que aproximadamente um terço dos fundos do Prodetur/NE (US\$ 12.931.318) foi alocado para mitigar as questões ambientais urbanas, focando especificamente na reabilitação do Vale do Reginaldo/Riacho Salgadinho, principal fonte de poluição da praia da Avenida. No entanto, apesar do investimento, a degradação ambiental não apenas continuou, mas também se intensificou com o tempo (Rangel, 2010).

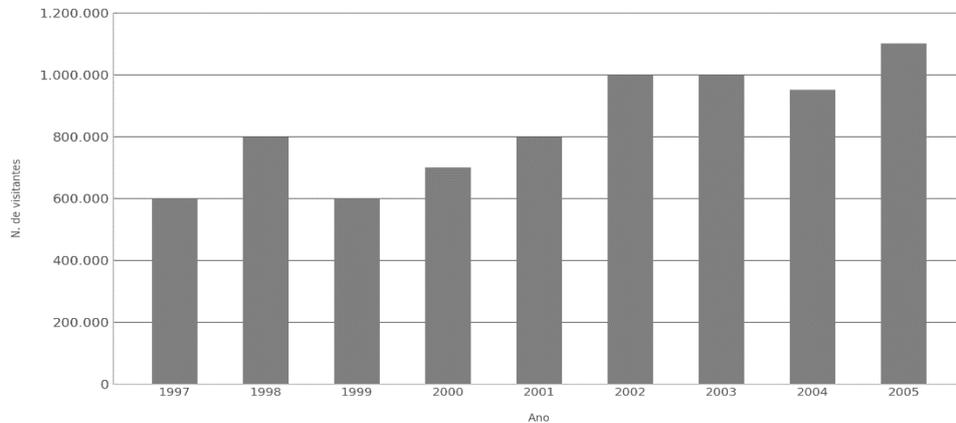
Com a predominância do turismo de "sol e praia", Maceió precisava diversificar sua oferta turística para atrair mais visitantes durante a temporada de chuvas. Uma tentativa de melhorar essa situação foi diversificar as atrações turísticas, incluindo opções histórico-culturais, como aconteceu com a frustrada política de revitalização turística do bairro Jaraguá, no âmbito do Prodetur/NE I (Vasconcelos, Araújo e Ramos, 2016).

Para Vasconcelos (2017), o ano de 1997 representou um ponto de inflexão para a retomada do turismo em Alagoas, com a apresentação do primeiro Plano Estadual de Turismo, elaborado em parceria entre o setor público e o setor privado. Em 2003, foi criada a Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (SETUR), que passou a ser responsável por formular e implementar políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no estado.

Não obstante o insucesso da requalificação de Jaraguá para o turismo de lazer, em 2005, o bairro testemunhou a inauguração do Centro Cultural e de Exposições de Maceió, inserindo a capital alagoana (até então a única capital nordestina sem um Centro de Convenções) no mapa dos grandes eventos culturais e de negócios. No mesmo ano, foi inaugurado o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, com capacidade de receber cerca

de cinco milhões de passageiros por ano, inserindo o estado no roteiro internacional (Martins, 2006). Isso fez com que houvesse um maior número de visitantes, sinalizando o processo de recuperação do turismo estadual, conforme pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Fluxo global de visitantes em Maceió (1997 a 2005)



Fonte: Vasconcelos (2017)

Nesse novo processo de resgate do turismo como atividade econômica importante para o Estado de Alagoas e em consonância com as diretrizes nacionais, o governo do Estado, juntamente com o governo federal, elaborou uma série de Planos e Programas de estímulo ao turismo. Conforme apresenta Sobreira (2019, p. 62), destacam-se:

O Plano Estadual de Turismo (2005-2015); a Cartilha de Regionalização e Critérios de Classificação dos Municípios Turísticos, (2012-2013), confeccionada para traduzir as políticas nacionais para âmbito local e facilitar a classificação das potencialidades turísticas dos municípios alagoanos; o Programa de Regionalização, que resultou na divisão das regiões turísticas, com intuito de acentuar a formalização e competitividade entre os destinos; e em 2013 foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (2013-2023), que traça metas a serem atingidas num período de 10 anos. Com o Programa de Regionalização, Alagoas foi dividido nas seguintes regiões turísticas: Agreste; Caminhos do São Francisco; Costa dos Corais; Lagoas e Mares do Sul; Metropolitana; e Quilombos. No litoral, encontram-se quatro regiões turísticas: Metropolitana, Costa dos Corais, Caminhos do São Francisco e Lagoas e Mares do Sul.

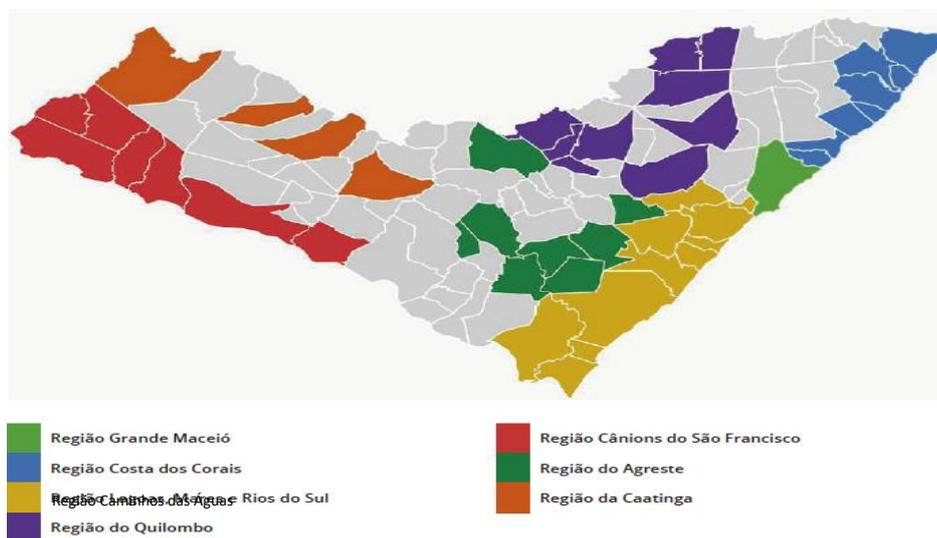
Merece destaque ainda a elaboração do programa de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Turismo, em 2004, incluindo o APL Costa dos Corais, uma iniciativa conjunta do Governo do Estado de Alagoas e do SEBRAE/Al, que tinha como objetivo mobilizar participantes locais e realizar ações coletivas e integradoras para promover o turismo na região.

Desde que foi instituído, em 2013, o Mapa de Regionalização de Alagoas sofreu algumas modificações. Conforme o Ministério do Turismo (2023), em 2016, “o estado reduziu de 50 para 28 o número de municípios participantes de suas seis regiões turísticas”,

mas manteve o número de regiões turísticas. Em 2022, a Região Turística da Caatinga foi incorporada à regionalização estadual.

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT), implementado pelo Ministério do Turismo (MTur) como uma iniciativa de política pública em nível territorial, estabelece a Região Turística (RT) como a escala geográfica principal para o planejamento turístico. Em Alagoas, no ano de 2023, dos 102 municípios que compõem a divisão administrativa do estado, 52 são identificados como locais de interesse turístico. Esses municípios estão organizados em sete regiões turísticas: Grande Maceió, Caminho das Águas, Cânion do São Francisco, Costa dos Corais, Caatinga, Agreste e Quilombo, conforme pode ser observado na Figura 2.

Figura 2: Regiões turísticas de Alagoas – 2022



Fonte: SEFAZ/AL (2023)

De acordo com Lima (2021), com o objetivo de fortalecer o processo de regionalização turística, o governo de Alagoas optou por concentrar seus investimentos em cinco áreas: a Região Costa dos Corais, a Região Metropolitana, a Região Lagoas e Mares do Sul, a Região dos Quilombos e a Região Caminhos do São Francisco. As regiões turísticas da Caatinga e do Caminhos das Águas não atendidas pelo programa de Municipalização do Turismo.

Identificadas as regiões do turismo em Alagoas, que são uns dos motivos das viagens do turista, a atividade de transporte aéreo se constitui um elemento importante para o desenvolvimento do turismo de massa. Esse tráfego aéreo permite ao visitante chegar ao local de estada de maneira mais rápida e eficiente, conectando diversos lugares no âmbito nacional e internacional, ou seja, permitindo que eles, vindo de diferentes partes do Brasil e do mundo, acessem a região. Com isso, há uma redução de custo financeiro para o turista, a comodidade

e a segurança ao viajante, como também a descoberta de novos mercados e a permanência de voos naquele destino, como é o caso do alagoano. Para complementar a análise, Duval D. (2007) citado por Abrantes (2010) compreende que as mudanças no âmbito de inovação e tecnologia ocorridas nos transportes foram primordiais para a evolução turística.

O estado de Alagoas possui somente um aeroporto, que faz o transporte de massa em âmbito nacional e internacional. Esse se encontra no município de Rio Largo, região metropolitana de Maceió. Ao longo do tempo, o seu desenvolvimento e aprimoramento da infraestrutura aeroportuária aconteceu através de parcerias entre os governos e o trade das companhias aéreas. Esses agentes promoveram importante papel na indução do turismo e com o propósito de promover o crescimento socioeconômico e espacial de alguns destinos alagoanos.

Nesse contexto, o Gráfico 4 mostra a evolução da quantidade de passageiros no aeroporto internacional Zumbi dos Palmares. É possível observar uma escalada de crescimento no volume de passageiros ao longo do tempo. Entre 2010 e 2020, nesse contexto, comparativo entre o ano de 2020/2010 evidenciou-se uma queda de -17,0%, todavia esse declínio foi causado pelo momento pandêmico. Ainda avaliando os dados, na confrontação entre 2015/2010, houve um crescimento de 42% e na década 2022/2012, cujo crescimento percentual foi de 36,0%.

Gráfico 4 - Quantidade de passageiros: embarques desembarques: AL 2010 - 2022



Fonte: ANAC (2023).

Os dados identificam também que a grande parte dos turistas no destino Alagoas são provenientes do Brasil, e entre os anos de 2010 a 2016 houve declínios constantes de passageiros externo ao país. Nesse sentido, o contexto do crescimento desse público só avançou a partir de 2017, mas de modo suave, pois esse público não ultrapassa 1% anuais. A

partir disso, fica evidente que o turismo externo precisa percorrer um grande caminho (ações dos agentes do turismo) para ter expressividade econômica diante do turista interno

CAPÍTULO III – A REGIÃO TURÍSTICA COSTA DOS CORAIS

Neste último capítulo da dissertação, será apresentada uma breve caracterização da Região Turística Costa dos Corais, bem como a sua dinâmica produtiva e demográfica. Posteriormente, será feita uma descrição da estrutura do mercado de trabalho, seguida da apresentação dos empregos gerados no setor de turismo, a partir das Atividades Características do Turismo. Por fim, serão abordados aspectos do setor de alojamento, como quantidade de unidades, perfil da mão de obra, remuneração etc.

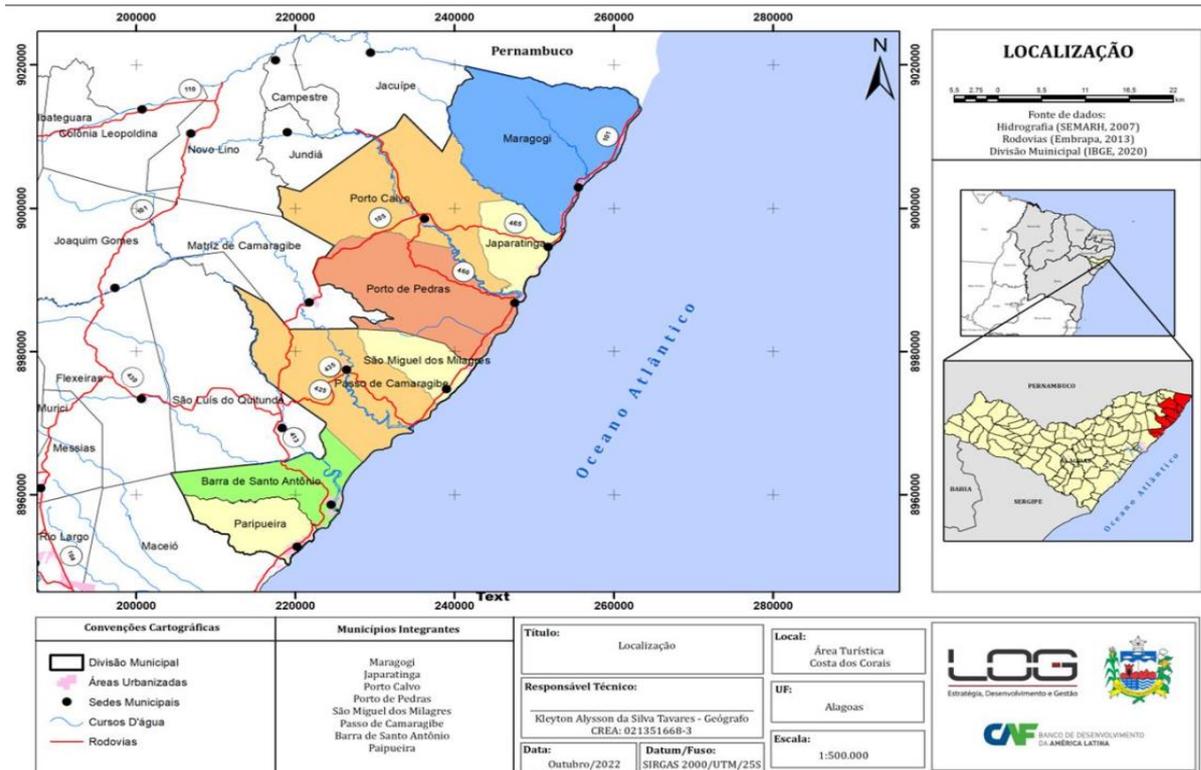
3.1. Mapeamento da Região Turística Costa dos Corais

A Região Turística Costa dos Corais (RTCC), localizada no litoral norte de Alagoas, passou por diversas modificações em relação à sua composição municipal. Essas mudanças refletem a evolução dinâmica e a reestruturação do setor turístico na região, adaptando-se às novas exigências, oportunidades e estratégias de desenvolvimento turístico. Atualmente, a RTCC é formada por oito municípios: Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Japaratinga, Maragogi e Porto Calvo. Destes, apenas Porto Calvo não está localizado na faixa litorânea, conforme pode ser observado na Figura 3.

Na RTCC, está localizada a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, instituída pelo Decreto Federal¹² de 23 de outubro de 1997. Considerada a maior unidade de conservação marinha costeira do Brasil e a segunda maior barreira de corais do mundo, a APA Costa dos Corais abrange mais de 400 mil hectares de área, incluindo aproximadamente 120 km de praias e manguezais e estende-se pelos estados de Alagoas e Pernambuco. No lado alagoano, a APA é composta pelos municípios de Maceió, Paripueira, Barra de Santo Antônio, São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi. Em Pernambuco, a APA abrange os municípios de São José da Coroa Grande, Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso.

¹² O decreto não possui número, pois esse se compreende como Decreto Não Numerado – DNN. Esse DNN 5976 é compreendido pelo uso do Presidente da República à “atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e 6.938, de 31 de agosto de 1981.”

Figura 3: Mapa da Região Turística Costa dos Corais – Alagoas



Fonte: ALAGOAS (2023)

De acordo com Duda (2013), a APA Costa dos Corais tem como objetivo principal a conservação de ambientes ecologicamente significativos na região, incluindo recifes de coral, praias e manguezais. Além disso, a área busca alinhar a preservação destes ecossistemas com o desenvolvimento de atividades humanas, em especial o turismo, buscando um equilíbrio entre conservação ambiental e progresso econômico.

No território alagoano, a RTCC possui uma extensão territorial total de 1.626 km², com a maioria dos municípios localizada ao longo do litoral, enquanto aqueles situados mais no interior fazem parte da rica bacia hidrográfica que abastece as praias da Costa dos Corais. Nela, há mares calmos com praias de areias claras e finas, em alguns trechos. Contudo, as faixas que se conectam aos estuários recebem o despejo sedimentar de característica fina e de aspecto escuro que são trazidos pelos rios Camaragibe, Meirim, Manguaba e Santo Antônio. Os rios Camaragibe e Santo Antônio desempenharam papel importante ao longo do tempo, sendo sua navegação fator crucial para o transporte da cana-de-açúcar, oriunda dos engenhos de açúcar implantados no tempo colonial que perduraram por séculos na região.

Todos os municípios da RTCC apresentam similaridades na sua organização socioespacial, em virtude da mesma origem histórica, de ocupação da área para desenvolvimento da atividade canvieira. Duda (2013) salienta que a região apresenta um rico patrimônio cultural construído em torno da atividade canvieira. O autor menciona, por exemplo, o fato de que a cidade de Porto Calvo, poderia ser associada à figura de Calabar, um

personagem do século XVII conhecido por sua controversa aliança com os holandeses durante a invasão no Brasil. Além disso, esta região foi palco da Cabanada, uma rebelião no século XIX marcada pela luta de pequenos agricultores, índios e negros contra as imposições sociais e econômicas dos grandes proprietários de terra e do governo. Esses elementos, se bem trabalhados, poderiam diversificar o turismo na região, complementando o tradicional turismo de sol e praia.

O estímulo ao desenvolvimento do turismo, fundamentalmente vinculado ao turismo de sol e praia, remonta ao final da década de 1970, com a construção da Rodovia AL-101 Norte (1979), cuja via criou uma conexão direta entre Maragogi, Maceió e Recife, dois centros urbanos importantes, além de facilitar o acesso a outros municípios do entorno. Um novo impulso ocorreu em 1989, com a inauguração do Hotel Salinas de Maragogi, o primeiro grande empreendimento da região (Kaspary, 2012).

Duas políticas federais, no entanto, foram o divisor de águas para a expansão do turismo na RTCC: a Política de Megaprojetos, com a instituição do Projeto Costa Dourada, na década de 1980, e o PRODETUR/NE, nos anos 1990. De acordo com Kaspary (2012), o Projeto Costa Dourada, envolvendo a região costeira que vai da Barra de Santo Antônio em Alagoas até Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco, fazia parte de um grande plano turístico caracterizado por uma significativa intervenção pública. O foco do projeto era a criação de destinos turísticos através da implementação de obras de infraestrutura, que incluíam a melhoria de estradas, a construção de um aeroporto internacional e o desenvolvimento de infraestrutura básica, como água, energia, saneamento etc.

Para Duda (2013), o Projeto Costa Dourada foi a primeira iniciativa de desenvolvimento turístico em escala regional planejada para o litoral norte de Alagoas, abrangendo também municípios do litoral sul de Pernambuco. Na região alagoana, o projeto incluía os municípios que hoje fazem parte do Região Turística Costa dos Corais, com a única exceção de Maceió.

Segundo Cruz (2002 apud Duda, 2013), as ações do Projeto Costa Dourada previam a construção de um complexo turístico entre a Barra de Santo Antônio (AL) e a Barra de Camaragibe (PE), chamado Centro Turístico de Camaragibe, abrangendo 2.657 hectares. O espaço seria dividido em zonas turísticas, áreas de apoio e áreas de preservação ambiental. O projeto incluiu a criação de três "centros de animação turística", com infraestrutura de lazer tipo parque temático, localizados nos municípios de Paripueira, Porto de Pedras e Maragogi, além de melhorias significativas em infraestrutura rodoviária, como a ampliação da rodovia AL-101 Norte e melhorias nas rodovias AL-105, AL-465 e AL-460, urbanizando 120 km da costa.

No entanto, ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990, Alagoas enfrentou dificuldades para participar do Programa devido à sua limitada capacidade de endividamento, dificultando a implantação das ações previstas, mesmo contando com recursos do PRODETUR/NE I, que foram direcionados integralmente para o município de Maceió, conforme apresentado anteriormente.

Não é demais lembrar que, para contornar a incapacidade de endividamento do estado de Alagoas, o BID fez uma exceção, permitindo que os empréstimos fossem feitos diretamente pelo município de Maceió. Essa medida viabilizou a implementação do Projeto Paraíso das Águas em Maceió, focado na revitalização do Bairro Histórico de Jaraguá, uma área portuária importante da cidade.

Durante a segunda fase do PRODETUR/NE II, foi possível realizar investimentos pelo governo estadual, direcionando-os para a região da Costa Dourada, especificamente para o município de Maragogi, único da região que já vinha desenvolvendo atividades vinculadas ao turismo, com a construção de um sistema de esgotamento sanitário, orçado em US\$ 2.043.829,72, e um sistema de abastecimento de água da mesma cidade, no valor de US\$ 796.904,19 (Alagoas, 2010).

De acordo com Duda (2013), em 1998, Alagoas finalmente obteve recursos para iniciar algumas obras do Projeto Costa Dourada. Contudo, devido a atrasos e a dificuldades contínuas na obtenção de crédito, o projeto realizou apenas intervenções pontuais, sem uma integração efetiva com a região como um todo. Assim, apesar de sua natureza inovadora, o Projeto Costa Dourada não conseguiu desenvolver uma região turística articulada e coesa, conforme previsto.

Digno de nota é o fato de que com a instalação do PRODETUR/NE II em Alagoas, os dez municípios do litoral norte, juntamente com a capital, foram integrados à área anteriormente conhecida como Costa Dourada, alterando sua designação para Polo Turístico Costa dos Corais (PTCC), no âmbito das políticas de polos turísticos, do governo federal. Como parte das exigências dos agentes financiadores, em 2002, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para o Polo Costa dos Corais, que não recebeu aprovação de um grupo técnico formado pelo Banco do Nordeste e pelo Ministério do Turismo.

De acordo com Duda (2013), o PDITS 2002 foi aprovado pelo Conselho Estadual do Prodetur em dezembro de 2002, mas foi rejeitado pelo Ministério do Turismo e pelo Banco do Nordeste em fevereiro de 2004 devido a falhas e inconsistências, principalmente no aspecto ambiental. Essas deficiências não atendiam completamente aos requisitos do BID, que financiava os polos turísticos no Brasil.

Não obstante a não aprovação do PDITS 2002, alguns projetos foram implementados, em virtude de recursos disponibilizados pelo PRODETUR/NE II e outras fontes de financiamento (Alagoas, 2010). São eles:

- **Centro Cultural e de Exposições de Maceió:** Concluído com recursos do Prodetur/NE I e II, além de fundos estaduais, visando impulsionar o turismo de negócios e eventos. Investimento de R\$ 1.800.000,00.
- **Base Cartográfica do Polo Costa dos Corais:** Desenvolvida com verbas do Prodetur/NE II, melhorou a fiscalização ambiental e urbana e contribuiu para o planejamento municipal. Valor de R\$ 2.827.000,00, incluindo SIG.
- **SIG – Sistema Geográfico de Informações de Maragogi:** Parte da Base Cartográfica, gerou dados turísticos georreferenciados, atualmente desatualizado.
- **Plano Diretor Participativo de São Miguel dos Milagres:** Financiado com R\$ 105.471,00 do Prodetur/NE II, aprovado em 2010 para orientar o desenvolvimento urbano.

Com o propósito de dinamizar o turismo, em 2004, o governo de Alagoas induziu a formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Estado, com destaque para o APL Costa dos Corais. Essa abordagem, que integrou a Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento, o SEBRAE-AL e instituições públicas e privadas, marcou mais um esforço do governo do Estado para revitalizar o setor turístico.

Segundo Fraga (2013), o APL de Turismo Costa dos Corais foi lançado em abril de 2004, visando transformar a região em um destino turístico robusto e sustentável. A iniciativa reuniu uma variedade de empresários, tanto formais quanto informais, abrangendo desde micro a pequenos empreendedores da região, visando não apenas à promoção do turismo, mas também ao fortalecimento das redes locais. Tinha como propósito expandir e melhorar a infraestrutura turística, promover a formação profissional, sem descuidar da preservação do meio ambiente, criar estratégias de marketing e sensibilizar a comunidade local sobre a relevância do turismo para o desenvolvimento regional.

De acordo com o PDITS Costa dos Corais 2010, as ações do APL possibilitaram um aumento na taxa de ocupação hoteleira, crescimento no número de contratações em hospedagens, bares e restaurantes durante a baixa temporada, e geração de oportunidades para artesãos locais. Para Duda (2013), os resultados alcançados foram modestos, em virtude da escala reduzida das empresas envolvidas e pela fraca interação institucional com os governos municipais. Assim, apesar de alguns avanços proveniente da política do APL, a propagação turística foi limitada, com o crescimento do setor de forma desarticulada e concentrada em

algumas poucas empresas, resultando em um impacto turístico de pequena magnitude, tanto em termos de densidade quanto de abrangência espacial.

Cabe mencionar que, no início do século XXI, a RTCC recebeu novo impulso, a partir de “descoberta” da “Rota Ecológica”, um trecho de aproximadamente 23 km de extensão no litoral norte, situado ao longo da rodovia AL-101 Norte. A Rota, que está afastada das principais vias que ligam Maceió a Maragogi, inclui os municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras.

Segundo Camelo (2016), a Rota Ecológica surgiu de forma espontânea, sem um planejamento prévio como um produto turístico específico. Essa rota se estabeleceu organicamente com a chegada de empreendedores externos à região, que investiram em meios de hospedagem com características distintas dos modelos convencionais, como as pousadas de charme, com processos de territorialização mais inclusiva, associada à noção de desenvolvimento sustentável.

As pousadas de charme são conhecidas por terem acomodações limitadas, como apartamentos, bangalôs ou chalés, com uma decoração elegante e charmosa. Elas oferecem um atendimento exclusivo e personalizado aos clientes, além de se comprometerem com práticas ambientais responsáveis, como reciclagem, uso de energia renovável, produtos orgânicos e cultivo de hortas. Essas pousadas também participam ativamente de projetos ambientais e sociais nas comunidades onde estão localizadas (Camelo, Araújo, 2018).

No entanto, nos últimos anos, a Rota Ecológica passou por transformações significativas, culminando na emergência da Rota dos Milagres. Diferentemente da ideia de turismo alternativo que caracterizava a Rota Ecológica, a Rota dos Milagres caracteriza-se pela expansão do turismo de luxo, mas também de um turismo de massas, culminando no avanço desordenado dos empreendimentos turístico-imobiliários, marcados por grandes investimentos externos, sem grandes preocupações ambientais, os quais não parecem levar em consideração os interesses das comunidades locais afetadas (Mendonça e Araújo, 2021).

Ainda segundo os autores, as transformações na oferta turística da região tiveram início com a realização de um grande *réveillon* na localidade, o *Réveillon* dos Milagres, com investimentos pesados em promoção em marketing, algo que não se aplica às pousadas de charme. Além disso, o governo do estado vem realizando vultosos investimentos para facilitar o acesso à região, com melhoria e duplicação de rodovias, construção de pontes, estradas e viadutos, autorização para construção de um aeroporto em Maragogi, autorização para empreendimentos ambientais, implementação de legislação apropriada e promoção ativa dos atrativos naturais da região.

Esses elementos têm reforçado a importância e o reconhecimento da Costa dos Corais como uma região turística significativa, atraindo mais visitantes e consolidando sua posição como um destino chave no turismo brasileiro. Todavia, não é demais lembrar que essa expansão tem sido bastante seletiva e não tem havido grandes preocupações com a inclusão produtiva e a questão ambiental, comprovada a partir da ausência de saneamento ambiental adequado e elevados indicadores de pobreza, na região.

A seguir, serão apresentadas as características demográficas, produtivas e do mercado de trabalho, bem como a geração de emprego e renda nas atividades vinculadas ao setor de turismo.

3.1.1 Aspectos Demográficos

Ao longo das últimas três décadas (de 1991 a 2010), a dinâmica populacional brasileira tem sido marcada por três elementos principais: a diminuição da taxa de crescimento populacional, o gradual envelhecimento da população e a concentração da população em áreas urbanas e/ou metropolitanas. Essa tendência também é observada no estado de Alagoas.

Na RTCC, também é possível identificar esses fenômenos. No entanto, deve-se considerar que, no caso em análise, a migração do campo para a cidade desencadeou um importante processo de urbanização na região. Esse fenômeno trouxe um conjunto de desafios para a sociedade como, por exemplo, o aumento de áreas de extrema pobreza, que já existiam naquele perímetro urbano-espacial que recebe a população oriunda do campo.

No que diz respeito aos dados do IBGE sobre a dinâmica demográfica, entre 2010 e 2022 houve um leve crescimento de 2,0% na população total de Alagoas. No levantamento de 2022, a RTCC teve um aumento de 7,6%, e três municípios da região concentravam 57,0% do total da população, destacando-se: Maragogi (25,2%), Porto Calvo (18,9%) e Barra de Santo Antônio (12,9%), conforme pode ser verificado na Tabela 2.

Os dados ainda indicam que, em 2022, a RTCC registrou uma baixa densidade demográfica, 82,41 habitantes/km². Os municípios de Passo de Camaragibe e Porto de Pedras apresentaram os menores aglomerados populacionais, com 54,9 hab./km² e 36,2 hab./km², respectivamente. Dentre os maiores aglomerados estão Paripueira (149,1 hab./km²), Barra de Santo Antônio (124,0 hab./km²), ambos os municípios são próximos à capital de Alagoas e também são integrantes da Região Metropolitana de Maceió.

Tabela 2: População total, área e densidade demográfica – RTCC – 2010-2022

Município	População total		Densidade Demográfica	Part. na RTCC (2022)	Part. em Alagoas (2022)
	2010	2022	2022	%	%
Brasil	190.755.799	203.080.756	23,86		
Nordeste	3.120.494	3.127.511	35,21		
Alagoas	3.120.887	3.127.511	112,4		
RTCC	124.847	127.245	78,23	100	4,06
Barra de Santo Antônio	14.230	16.365	124,6	12,9	0,5
Japaratinga	7.754	9.219	108,0	7,2	0,3
Maragogi	28.749	32.134	96,3	25,3	1,0
Paripueira	11.347	13.835	149,1	10,8	0,4
Passo de Camaragibe	14.763	13.804	54,9	10,8	0,4
Porto Calvo	25.718	24.071	76,9	18,9	0,8
Porto de Pedras	8.429	9.295	36,2	7,3	0,3
São Miguel do Milagres	7.163	8.482	110,5	6,6	0,3

Fonte: IBGE (2024). Elaboração própria.

A Tabela 3 ilustra a distribuição da população da Região Costa dos Corais baseado na área de residência. No ano 2000, a maior parcela da população residia em áreas urbanas, representando 57,9% do total, o que equivalia a 62.290 pessoas. Esse percentual teve um leve aumento em 2010, que atinge 62,3%, aproximadamente 86.567 pessoas. No entanto, alguns municípios se destacaram pelo aumento da população urbana durante o período.

Em 2010, Barra de Santo Antônio (93,1%), Paripueira (88,0%), Porto Calvo (78,6%), e Maragogi (58,6%) destacaram-se como os cinco municípios com a maior proporção de sua população residindo em áreas urbanas. Por outro lado, outros municípios ainda mantiveram a maioria da população residindo em áreas rurais, como São Miguel dos Milagres (68,4%), Japaratinga (57,3%) e Passo de Camaragibe (61,0%).

Tabela 3: População residente por situação do domicílio – RTCC – 2000 – 2010

Município	Pessoas				%			
	2000		2010		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Alagoas	1.919.739	902.882	2.297.860	822.634	68,0	32,0	73,6	26,4
RTCC	62.290	45.206	86.567	52.346	57,9	42,1	62,3	37,7
Barra de Santo Antônio	9.574	1.777	13.242	988	84,3	15,7	93,1	6,9
Japaratinga	2.511	4.357	3.308	4.446	36,6	63,4	42,7	57,3
Maragogi	12.902	8.930	25.093	17.722	59,1	40,9	58,6	41,4
Paripueira	7.085	964	10.049	1.298	88,0	12,0	88,6	11,4
Passo de Camaragibe	5.751	8.004	7.228	7.535	41,8	58,2	49,0	51,0
Porto Calvo	14.983	8.968	20.197	5.111	62,6	37,4	78,6	21,4
Porto de Pedras	5.198	5.040	4.798	3.631	50,8	49,2	56,9	43,1
São Miguel do Milagres	1.744	4.116	2.261	4.902	29,8	70,2	31,6	68,4

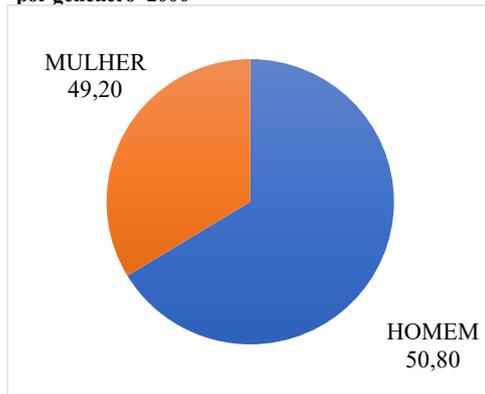
Fonte: SIDRA – IBGE (2023). Elaboração própria.

Ao analisar a composição de gênero na RTCC, observa-se que a presença feminina no conjunto da população dos municípios é levemente inferior em ambos os levantamentos:

em 2000 (49,20%) e 2010 (49,93%). Os dados contrariam a tendência estadual e nacional. Entretanto, isso vem mudando ao longo do tempo, como indicam os Gráficos 5 e 6.

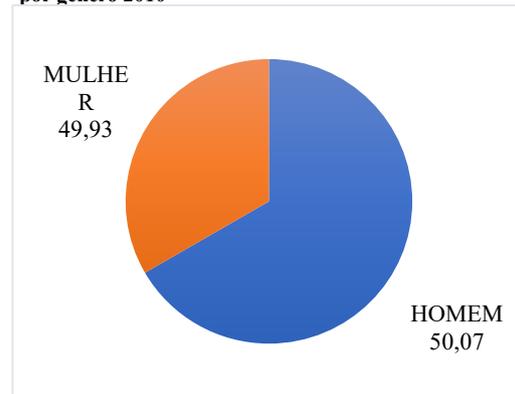
É relevante destacar que, em 2000, apenas Paripueira registrou um número de mulheres (4.103 pessoas) superior ao de homens (3.946 pessoas). Em 2010, outros municípios, além de Paripueira (50,7%), passaram a registrar população feminina superior à masculina. São eles: Barra de Santo Antônio (50,3%), Porto Calvo (50,4%) São Miguel dos Milagres (50,3%) e Japaratinga (50,0%). Nos demais, predomina a população masculina.

Gráfico 5 - RTCC: Distribuição da população (%) por gênero 2000



Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria

Gráfico 6 - RTCC: Distribuição da população (%) por gênero 2010



Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria

O Censo Demográfico de 2022 mostrou mudanças na composição de gênero. Diferentemente dos Censos de 2000 e 2010, o Censo de 2022 revela que 50,7% da população da RTCC é formada por mulheres, ultrapassando a população masculina que é de 49,3%. Em Alagoas, as mulheres representam 52,1%, enquanto os homens são 47,9%. No âmbito nacional, a participação feminina é de 51,5%, sendo ligeiramente inferior à proporção em Alagoas. No que diz respeito aos municípios, apenas Passo de Camaragibe (51,4%) e Porto de Pedras (50,2%) registraram uma representação masculina superior à feminina, em 2022 (Tabela 4).

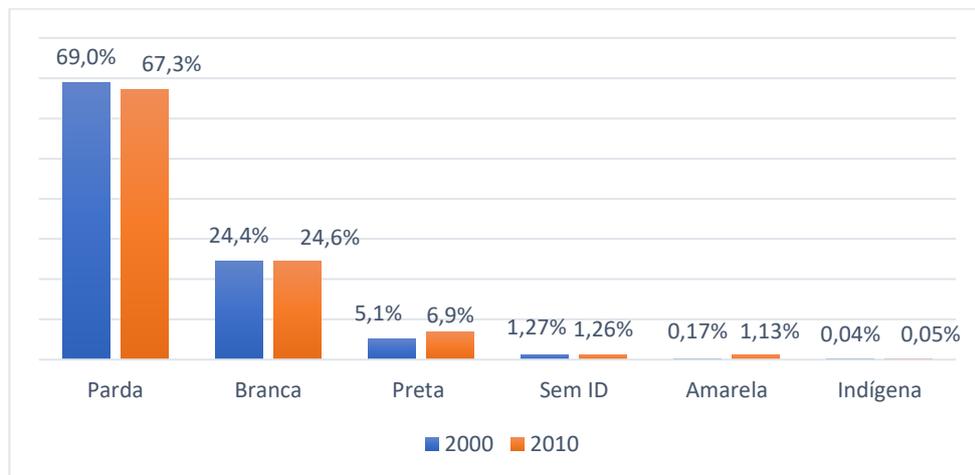
Tabela 4: Distribuição da população por gênero na RTCC em 2022

Município	2022				
	Total	Homem	Mulher	% Mulher	% Homem
Brasil	203.080.756	98.532.431	104.548.325	51,5	48,5
Alagoas	3.127.683	1.497.419	1.630.264	52,1	47,9
RTCC	127.196	62.724	64.472	50,7	49,3
Barra de Santo Antônio	16.365	8.075	8.290	50,7	49,3
Japaratinga	9.219	4.555	4.664	50,6	49,4
Maragogi	32.174	15.816	16.358	50,8	49,2
Paripueira	13.835	6.712	7.123	51,5	48,5
Passo de Camaragibe	13.755	7.071	6.684	48,6	51,4
Porto Calvo	24.071	11.697	12.374	51,4	48,6
Porto de Pedras	9.295	4.666	4.629	49,8	50,2
São Miguel do Milagres	8.482	4.132	4.350	51,3	48,7

Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria.

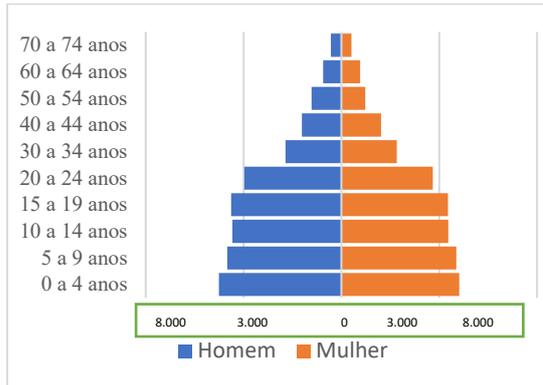
Dada a distribuição da população, no que diz respeito à autodeclaração de cor ou raça, conforme a classificação do IBGE, a população na RTCC apresentou a seguinte distribuição em 2000: 68,9% se autodeclararam pardos, 24,4% brancos, 4,0% pretos e 0,05% amarelos. Em 2010, havia a seguinte distribuição: população branca 24,6%; preta 6,9%; amarela 1,1% e indígena 0,05%. Houve crescimento absoluto e relativo em quase todas as categorias. No entanto, a exceção foi a população parda, que registrou uma leve queda de participação, em 2010, de -4,8%, conforme demonstrado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – RTCC: População residente por raça ou cor 2000 – 2010 (%)

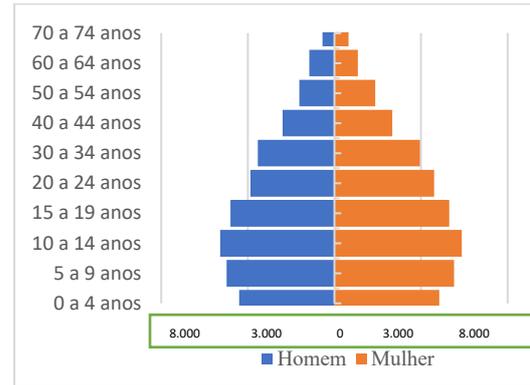


Fonte: SIDRA-IBGE (2023) Elaboração própria.

No que tange à faixa etária, foi identificado um processo de envelhecimento da população na Região Costa dos Corais entre 2000 e 2010, em consonância com a tendência estadual e nacional, como pode ser visualizado nos Gráficos 8 e 9. Durante esse período, a RTCC registrou um aumento total de 13,2% na sua população. No entanto, as transformações na distribuição etária são relevantes: a população de 0 a 14 anos experimentou um crescimento de 2,5%, enquanto a população jovem e adulta, composta por indivíduos de 15 a 64 anos, cresceu bastante, com um aumento de 23,5%. Além disso, a população idosa, formada por pessoas com 65 anos ou mais, apresentou um notável crescimento de 30,7% ao longo desse período.

Gráfico 8 - RTCC: Pirâmide Etária – 2000

Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria.

Gráfico 9 - RTCC: Pirâmide Etária - 2010

Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria.

3.1.2 Estrutura produtiva

Os dados acerca da estrutura produtiva dos municípios que compõem a RTCC mostram que, em 2010, três dos municípios da região concentraram 61,7% do PIB, destacando-se Maragogi (26,6%), Porto Calvo (22,8%) e Passo de Camaragibe (12,3%). É contundente destacar que Maragogi é o único município onde o turismo figura como atividade proeminente. Os outros sete municípios, em conjunto, representam 38,3%, do total, apresentados entre Barra de Santo Antônio (10,0%), Paripueira (9,7%), Porto de Pedras (6,4%), São Miguel dos Milagres (6,2%) e Japaratinga (6,1%).

Em 2020, percebe-se a manutenção da concentração da produção de riqueza nos três municípios que se destacaram em 2010, totalizando 57,5% do PIB total. Houve uma leve recuperação econômica em Passo de Camaragibe, mas um declínio em Porto Calvo, devido à queda nos serviços e na indústria, em comparação a 2019, e em Maragogi. O motivo dessa queda se dá pela COVID-19, que impactou expressivamente atividade turística. O município de Porto de Pedras teve grande participação na região ao longo do tempo, só em 2020 apresentou 10,0%, como é apresentado na Tabela 5:

Tabela 5: Participação do PIB do Nordeste, Alagoas e RTCC 2010, 2019 e 2020

Região	2010	2019	2020
	Região Macro/Região Micro	Região Macro/Região Micro	Região Macro/Região Micro
Brasil	100	100	100
Nordeste	13,9	14,4	14,4
Alagoas	5,3	5,8	6,0
Região Costa dos Corais	3,1	4,1	4,0
Barra de Santo Antônio	10,0	8,4	9,0
Japaratinga	6,1	8,0	7,9
Maragogi	26,6	31,8	30,8
Paripueira	9,7	7,8	7,9
Passo de Camaragibe	12,3	10,5	11,8
Porto Calvo	22,8	16,1	14,9
Porto de Pedras	6,4	9,8	10,0
São Miguel do Milagres	6,2	7,5	7,6

Fonte: IBGE (2024). Elaboração própria.

A Tabela 6 mostra a distribuição do Valor Agregado Bruto – VAB setorial de cada município. O panorama econômico da RTCC revela mudanças importantes ao longo da última década. Em 2010, o setor agropecuário representava 28,4% PIB regional, um número que aumentou para 39,6% em 2020. Paralelamente, o setor industrial, que em 2010 contribuía com 9,4% do PIB, registrou uma queda para 5,3% em 2020, refletindo um decréscimo de 43,6% durante esse período. O setor de serviços representava 60,2% em 2010, mas, ao longo da década, esse percentual diminuiu para 57,8% em 2020, dos quais 27,9% são formados por Administração Pública.

A observação da estrutura produtiva, a partir do VAB, indica dois elementos: primeiro, a atividade agropecuária ainda é predominante na região, com a produção canavieira ocupando a maior parte das terras e sendo responsável pela maior parte da riqueza regional; segundo, a maior parte do VAB do setor de serviços está vinculada à administração pública, indicando a baixa densidade produtiva da região. O turismo, apesar de importante para alguns municípios, não representa força econômica capaz de impulsionar o desenvolvimento da região. Isso se torna ainda mais grave quando se observa que esse turismo é seletivo e predatório, na maioria das vezes.

Na mesma Tabela 6, também é demonstrada a participação do VAB de cada município da Região Costa dos Corais, destacando-se, em 2010, o setor de serviços de Maragogi (71,1%), Japaratinga (65,5%) e São Miguel dos Milagres (60,0%). Um ponto que deve ser salientado é a proeminência do setor industrial de Paripueira (21,9%), em grande parte vinculado à indústria de construção civil, ultrapassando a participação estadual e equiparando-se à nordestina. Por fim, deve-se mencionar o município de Porto Calvo com

19,0% de atividades industriais, vinculadas à indústria sucroalcooleira, em virtude da existência de uma usina de açúcar e álcool, a Usina Santa Maria.

O setor de serviços, que vem apresentando crescimento ao longo dos anos, apresentou comportamento atípico em 2020. Ao longo desse ano, o setor de serviços, assim como outros setores caracterizados como não essenciais na economia, sofreu com o *lockdown*, uma medida adotada em resposta à pandemia de SARS-COV-2. Nesse contexto turbulento, o turismo, categorizado como um serviço não essencial, enfrentou significativos impactos nocivos economicamente, o que resultou numa queda generalizada das atividades turísticas em diversos municípios da RTCC.

No entanto, a queda do setor de serviços não foi mais expressiva devido à significativa participação econômica da administração pública. O município de Porto de Pedras experimentou uma queda de 32,5%, Maragogi registrou um declínio de 22,3%, enquanto Japaratinga de 20,3%, conforme pode ser analisado na Tabela 6, que detalha a participação do Valor Adicional Bruto, a seguir:

Tabela 6: Participação VAB nos setores econômicos da RTCC 2010 e 2020

Municípios	Valor Adicionado Bruto 2010			Valor Adicionado Bruto 2020		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Nordeste	6,7	22,9	70,4	8,9	19,1	72,0
Alagoas	12,0	19,3	68,7	22,1	12,9	65,0
RTCC	28,4	9,4	62,2	39,4	5,3	55,1
Barra de Santo Antônio	31,9	3,9	64,2	39,4	2,8	57,8
Japaratinga	30,5	4,0	65,5	44,8	2,9	52,2
Maragogi	23,4	5,5	71,1	41,1	3,8	55,2
Paripueira	20,7	21,9	57,4	16,5	15,7	67,8
Passo de Camaragibe	44,9	3,8	51,3	50,6	2,8	46,6
Porto Calvo	21,4	19,0	59,6	24,5	10,4	65,1
Porto de Pedras	36,8	3,5	59,7	56,2	3,5	40,3
São Miguel do Milagres	36,7	3,3	60,0	41,5	3,1	55,4

Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria.

Nesse momento de análise produtiva, a Tabela 7 mostra os dados derivados do Censo Agropecuário e fornecem informações sobre a estrutura fundiária na Região Costa dos Corais. Segundo o último Censo Agropecuário (2017), a RTCC possuía 2.795 estabelecimentos, com Maragogi apresentando a maior quantidade de estabelecimentos (1.180) e quarta maior área (15.114 ha), representando 42% e 13% do total da região, respectivamente.

Os dados revelam que Barra de Santo Antônio apresenta apenas 1% dos estabelecimentos agrícolas, mas concentra 19% da área cultivada, indicando uma alta concentração agrária. Em Maragogi, Porto Calvo e Passo de Camaragibe, a cultura canavieira predomina, representando 20%, 15% e 15% das áreas de plantio. Por outro lado, Paripueira e São Miguel dos Milagres possuem áreas menores para plantio, com apenas 4% e 3%, respectivamente.

Tabela 7: Quantidade de estabelecimento e área dos estabelecimentos agropecuários da RTCC - 2017

Município	Estabelecimentos		Área (ha)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Alagoas	98.542		1.636.712	
RTCC	2.328	100	113.790	100
Barra de Santo Antônio	15	1%	19.471	19%
Japaratinga	158	7%	4.856	5%
Maragogi	1.180	51%	15.144	15%
Paripueira	84	4%	3.053	3%
Passo de Camaragibe	241	10%	15.756	15%
Porto Calvo	416	18%	20.717	20%
Porto de Pedras	123	5%	18.480	18%
São Miguel dos Milagres	111	5%	4.987	4%

Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria.

A identificação da composição da produção agrária faz-se necessária para compreender melhor a RTCC alagoana. Desta forma, a cana-de-açúcar constitui-se como a principal lavoura de Alagoas e da Região Costa dos Corais, com mais de 434 mil hectares no estado e 39 mil de área plantada nos municípios da região, em 2010, respectivamente. Ao longo da década, a lavoura de cana de açúcar continua dominando as culturas plantadas nos 270 mil hectares no estado alagoano e 30 mil, na Região Costa dos Corais.

Na Região Turística da Costa dos Corais (RTCC), a cana-de-açúcar, uma cultura tradicional, ocupa uma parte significativa das terras de lavoura temporária. Em 2010, essa cultura representava 85,8% da área total de lavouras, cuja proporção diminuiu para 69,3% em 2020. Essa redução na monocultura da cana-de-açúcar pode ser atribuída a uma combinação de fatores, incluindo mudanças nas práticas de produção, dinâmicas de mercado, falta de incentivos e questões ambientais.

A cultura de coco-da-baía possui o segundo lugar na lavoura temporária, aumentando sua participação de 10% no início da década para 15,7%, em 2020. A mandioca constitui-se como o terceiro produto com maior crescimento e sua participação era de 1,6% em 2010, elevando-se para 8,2%, em 2020. Apesar de uma diminuição na produção de cana-de-açúcar, ainda existe uma forte predominância na região, mas o crescimento gradual de outras culturas podem evoluir para uma menor dependência dela na RTCC, como pode ser averiguado na Tabela 8, a seguir:

Tabela 8: Área plantada com lavouras temporárias e permanentes Alagoas e RTCC - 2010 – 2020

Produto	2010				2020			
	Alagoas	%	RTCC	%	Alagoas	%	RTCC	%
Total	612.287	100	46.316	100	464.077	100	44.133	100
Cana-de-açúcar	434.370	70,6	39.759	85,8	270.530	58,5	30.600	69,3
Coco-da-baía	12.576	2,0	4.623	10,0	20.737	4,5	6.915	15,7
Mandioca	20.397	3,3	735	1,6	38.053	8,2	3.582	8,1
Banana (cacho)	4.127	0,7	528	01,1	8.814	1,9	987	2,2
Abacaxi	457	0,1	23	-	3.591	0,8	743	1,7
Feijão (em grão)	62.525	10,2	125	0,3	35.284	7,6	245	0,6
Laranja	4.377	0,7	126	0,3	11.504	2,5	145	0,3
Outros	76.107	12,4	397	0,9	67.272	15,9	916	2,1

Fonte IBGE. Elaboração própria.

A Tabela 9 mostra a estrutura dos estabelecimentos fundiários na RTCC. De acordo com os dados, estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares representam 80,6% do total, enquanto aqueles com 10 hectares correspondem a 11,9%. Juntos, esses estabelecimentos abrangem uma área total de 412.225 hectares. A análise da distribuição de terras agrícolas na RTCC mostra uma disparidade: pequenos estabelecimentos agropecuários (com menos de 10 hectares) são maioria em quantidade, mas ocupam uma proporção menor do território. Em contraste, estabelecimentos maiores (entre 1.000 e 10.000 hectares), apesar de serem apenas 0,4% do total, controlam 8,7% da área agrícola. Isso indica uma concentração significativa de terra nas mãos de poucos proprietários maiores.

Tabela 9: Estabelecimentos fundiários de Alagoas e RTCC por ha – 2017

Grupos de área total	Proporção do número de estabelecimentos		Proporção da área dos estabelecimentos	
	Alagoas	RTCC	Alagoas	RTCC
Total	100	100	100	100
Menos de 10 ha	80,2	80,6	16,1	16,8
De 10 a menos de 100 ha	15,0	11,9	31,9	16,9
De 100 a menos de 1.000 ha	2,1	4,8	39,6	57,9
De 1.000 a menos de 10.000 ha	0,2	0,4	12,4	8,7
De 10.000 ha e mais	0,0	0,0	0	0
Produtor sem área	0,8	1,9	0	0

Fonte: IBGE (2024). Elaboração própria.

A atividade econômica formada pela pecuária possui carácter tradicional no estado alagoano. Os senhores de engenho utilizavam-se do rebanho bovino local para tração dos inúmeros engenhos de açúcar que estavam dentro da atual RTCC. Com a mecanização e com a extensão do acesso à eletricidade ao longo do tempo, transformações técnicas e de maquinários, essa pecuária deu espaço para outros tipos de criação animal. Em 2020, a criação de bovinos, com um total de 59.960 cabeças, foi a segunda maior atividade pecuária,

ficando atrás apenas da criação de galináceos, que contabilizou 168.950. Ovinos vieram em terceiro, com um total de 10.650 animais.

Ao comparar a Região Costa dos Coroais ao estado de Alagoas, a Tabela 10 mostra que as maiores participações são de bubalinos (13,0%) em 2010, no entanto, codornas e galináceos não chegaram a 0,5%, diferente de 2020, o que parece uma nova perspectiva de um novo rebanho, visto que, em 2010, os bovinos corresponderam a 4,0% e os equinos a 3,0%, criação considerável comparada com as demais. Nota-se também que, passada uma década, a região teve uma queda na participação na criação de equinos (5,4%), bovinos (4,6%) e de codornas (2,1%). Nos demais rebanhos, houve leve crescimento em 2020, e os bubalinos caíram para 2,6% em sua participação nos dados.

Tabela 10: Alagoas e RTCC - Efetivo dos rebanhos – 2020 e 2010

UNIDADE TERRITORIAL	REBANHO POR CABEÇA 2020							
	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
Alagoas	1.290.414	1.368	92.562	152.679	76.627	322.847	8.823.684	215.763
RTCC	59.960	36	4.997	3.660	3.110	10.650	168.950	5.040
RTCC/Alagoas	4,6	2,6	5,4	2,4	4,1	3,3	1,9	2,3
Barra de Santo Antônio	547	-	200	200	-	200	2.900	-
Japaratinga	4.180	20	200	550	200	100	20.000	2.000
Maragogi	10.800	-	1.000	400	1.600	2.000	65.000	1.050
Paripueira	163	5	277	200	200	250	3.000	-
Passo de Camaragibe	8.909	-	500	600	200	800	20.000	-
Porto Calvo	24.800	-	1500	1.250	500	600	42.000	1.800
Porto de Pedras	7.250	11	420	210	210	500	8.050	190
São Miguel dos Milagres	3.311	-	500	250	200	800	8.000	-
Continuação	REBANHO POR CABEÇA 2010							
Alagoas	1.219.578	1.729	56.310	154.808	65.655	202.773	5.333.838	126.220
RTCC	43.438	233	1.967	1.437	1.046	2.505	26.866	55.500
RTCC/Alagoas	4%	13%	3%	1%	2%	1%	0,4%	0,4%
Barra de Santo Antônio	250	-	55	113	14	105	2.900	-
Japaratinga	1.190	6	120	200	60	141	5.096	-
Maragogi	4.988	64	600	353	400	400	6.270	500
Paripueira	360	3	140	108	60	400	2.100	-
Passo de Camaragibe	6.500	90	180	160	130	455	2.530	-
Porto Calvo	19.901	70	432	280	200	322	2.080	-
Porto de Pedras	8.049	-	330	102	150	472	980	-
São Miguel dos Milagres	2.200	-	110	121	32	210	1.020	-

Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria.

A análise da Tabela 11 sugere que, embora a Região Costa dos Corais não seja predominantemente industrial, ela possui alguma contribuição para a geração de empregos industriais em Alagoas, representando 10% do total estadual em 2020. A atividade industrial está concentrada principalmente em Maragogi (30,8%), Porto Calvo (17,3%) e Barra de Santo Antônio (18,5%). Tal fato se deve à produção açucareira presente nesses municípios.

Tabela 11: Setor industrial¹³ da RTCC – 2010 e 2020

Região	Estabelecimento 2010		Estabelecimentos 2015		Estabelecimentos 2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Alagoas	1.529	100	1.784	100	1.722	100
RTCC	36	100,0	46	100,0	52	0,0
Barra de Santo Antônio	5	13,9	3	9,1	9	18,5
Japaratinga	1	2,8	2	5,5	5	9,6
Maragogi	13	36,1	21	40,0	16	30,8
Paripueira	1	2,8	3	9,1	3	5,8
Passo de Camaragibe	2	5,6	3	3,6	3	7,7
Porto Calvo	13	36,1	10	23,6	9	17,3
Porto de Pedras		-	2	5,5	3	5,8
São Miguel dos Milagres	1	2,8	2	3,6	3	5,8

Fonte: RAIS MTE (2023). Elaboração própria.

O setor de serviços atualmente representa uma das maiores demandas por mão de obra e desempenha um papel significativo na composição do PIB. Nesse contexto, a Tabela 12 analisa a dinâmica quantitativa e a participação percentual dos estabelecimentos no total de empresas do ramo de serviços em Alagoas. Na Região Costa dos Corais, o setor de serviços privados cresceu expressivamente (87,0%), enquanto a administração pública não teve aumento na década. No entanto, esse aumento do setor não se reflete proporcionalmente na participação regional, pois, em 2010, a RTCC teve participação de 3,1% no total dos serviços privados, e, em 2020, obteve modestos 4,0%.

A análise dos dados de 2010 e 2020 sobre o setor de serviços na Região Costa dos Corais mostra uma mudança na distribuição. Em 2010, Maragogi, Porto Calvo e Paripueira concentravam 71% do setor, mas, em 2020, houve uma diversificação maior, com Maragogi (37,5%), São Miguel dos Milagres (12,4%), Paripueira (11,4%) e Porto Calvo (10,5%), juntos somando 71,9%. Além disso, Barra de Santo Antônio e Japaratinga também mostraram participação relevante com 4,7% e 9,6%, respectivamente, conforme se apresenta a Tabela 12 a seguir:

Tabela 12: Estrutura do setor serviços em Alagoas e RTCC 2017 e 2020

Município	Estabelecimentos 2010			Estabelecimentos 2020		
	Serviços	ADM. Pública	% Serviços	Serviços	ADM. Pública	% Serviços
Alagoas	8.575	274		12.294	315	
RTCC	219	14		502	13	
Barra de Santo Antônio	9	2	3,4	23	2	4,7
Japaratinga	23	2	8,7	47	2	9,6
Maragogi	102	2	38,8	184	2	37,5
Paripueira	41	2	15,5	56	1	11,4
Passo de Camaragibe	8	2	3,0	30	3	6,1
Porto Calvo	44	1	16,7	52	3	10,5
Porto de Pedras	15	1	5,7	38	1	7,7
São Miguel dos Milagres	21	2	8,0	61	2	12,4

Fonte: RAIS (2024). Elaboração própria.

¹³ Ver Anexo I

3.1.3 Emprego

O mercado de trabalho em Alagoas, na década de 2010, refletiu tendências nacionais, ajustando-se às especificidades locais. Apesar disso, a economia alagoana enfrentou uma contração de 1,4% em vínculos empregatícios ativos em 2019, contrastando com um tênue crescimento de 0,2% no Brasil, o que evidenciou uma recuperação econômica mais lenta no estado. Em 2020, a pandemia agravou as perdas de empregos tanto a nível nacional quanto estadual, com a RTCC, de modo a destacar um declínio acentuado, apesar de políticas de proteção ao emprego (Tabela 13).

Tabela 13: Número de trabalhadores formais – BR, AL e RTCC 2010 -2020 (Em milhões)

Área	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RTCC/Alagoas	2,9%	2,6%	2,3%	2,4%	2,5%	2,5%	2,8	3,1%	3,0%	3,0%	3,0%
Brasil	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.236.176
Alagoas	470.992	497.898	505.132	509.125	514.391	509.275	490.272	486.763	493.858	486.716	481.543
RTCC	13.746	13.135	11.687	12.147	12.861	12.511	13.932	14.972	14.808	14.797	14.327

Fonte: RAIS. MTE (2024). Elaboração própria.

A análise do mercado de trabalho na RTCC mostra uma estagnação na criação de empregos formais. Em 2015, a região empregava 12.511 pessoas, representando 2,5% do total de Alagoas, uma leve queda em relação aos 2,9% de 2010. Em 2020, houve um pequeno aumento para 3,0%, indicando um crescimento modesto ao longo da década.

Toda essa estatística pode ser mais bem analisada e completada pela Tabela 14 que mostra a distribuição municipal da RTCC. Nesse contexto, duas cidades sobrepõem-se na quantidade de trabalhadores: Maragogi com 31,9%, seguido de Porto Calvo, que detinha 19,9%, totalizando 51,8%. O restante da região apresentou 48,2% distribuído quase que igualmente entre os seis municípios restantes. Em 2020, a concentração dos vínculos continua com Maragogi (32,1%) e Porto Calvo (22,0%), respectivamente, mostrando que esses municípios possuem capacidade na manutenção do emprego. Os demais municípios tinham 45,9%, uma diminuição de 2,7% – um pequeno decréscimo quando diluído esse percentual ao longo do tempo estudado.

Tabela 14: Número de empregos formais e remuneração real da RTCC 2015 – 2020

Municípios	2015				2020			
	Pessoal Ocupado	Part. % RTCC	Remuneração SM Real	Part. % RTCC	Pessoal Ocupado	Part. % RTCC	Remuneração SM Real	Part. % RTCC
RTCC	12.511	100	29.724,03	100	14.327	100	30.286,26	100
Barra de Santo Antônio	1.086	8,7	1.856,51	9,1	1.086	7,5	1.894,09	7,9
Japaratinga	960	7,7	1.409,58	6,9	1.065	7,4	1.572,81	6,5
Maragogi	3.990	31,9	6.713,18	33,0	4.610	32,1	8.209,05	34,4
Paripueira	1.007	8,0	1.502,99	7,4	1.075	27,5	1647,75	5,4
Porto Calvo	2.494	19,9	4.523,31	19,3	3.159	22,0	5.191,76	21,7
Porto de Pedras	720	5,8	934,17	4,6	979	6,8	1.542,50	6,4
Passo de Camaragibe	1.330	10,6	1.936,24	9,5	1.213	8,4	2.117,96	8,8
São Miguel dos Milagres	924	7,4	1.484,98	7,3	1.140	7,9	1.684,33	7,0

Fonte: RAIS-MTE (2024). Elaboração própria.

No mercado de trabalho formal da Região Turística Costa dos Corais (RTCC), a participação feminina era de 34,8% em 2010, aumentando para 45,4% em 2015 e reduzindo levemente para 41,3% em 2020. Embora a presença feminina no mercado esteja aumentando, ainda é menor do que a masculina, que representava 65,2% em 2010 e reduziu para 58,7% no final da década. A dinâmica de crescimento de empregos mostra variações por município, com Porto Calvo e Maragogi liderando em contribuição masculina em 2010 (Tabela 15).

Tabela 15: Pessoal ocupado, por sexo – RTCC 2010, 2015 e 2020

Municípios	2010		2015		2020	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
RTCC	65,2	34,8	54,6	41,5	58,7	41,1
Barra de Santo Antônio	4,1	2,4	4,7	,38	4,2	3,7
Japaratinga	1,9	2,4	4,4	3,2	3,7	3,7
Maragogi	11,5	10,0	16,7	14,5	17,8	14,4
Paripueira	5,3	2,9	4,9	5,6	5,0	2,5
Porto Calvo	33,2	7,9	12,0	7,5	15,7	6,4
Porto de Pedras	2,8	1,9	2,9	2,7	3,8	3,0
Passo de Camaragibe	3,9	3,0	5,4	4,6	4,1	4,4
São Miguel dos Milagres	2,5	2,9	3,7	3,5	4,4	3,5

Fonte: RAIS-MTE (2024) Elaboração própria.

A análise dos vínculos empregatícios ativos nos setores de serviços privados e administração pública na Região Costa dos Corais mostra um aumento modesto na participação do emprego formal de 2,3% em 2010 para 3,4% em 2020.

Em 2010, Maragogi e Paripueira concentraram 73,8% do emprego, com 54,9% e 19,4%, respectivamente. Em 2020, Maragogi diminuiu para 51,1% e Paripueira para 9,0%, indicando uma redistribuição do emprego para Japaratinga (13,3%), Porto de Pedras (6,9%) e Passo de Camaragibe (3,5%), que viram um aumento na participação de empregos formais (Tabela 16):

Tabela 16: Vínculos totais do setor de serviço Alagoas e RTCC 2010 e 2020

Município	Vínculos 2010			Vínculos 2020		
	Serviços	Adm Pública	% Serviços	Serviços	Adm Pública	% Serviços
Alagoas	101.442	147.926		141.394	149.306	
RTCC	2.357	4.745		4.855	5.524	
RTCC/Alagoas	2,3	3,2%		3,4%	3,6%	
Barra de Santo Antônio	45	558	1,9	115	694	2,4
Japaratinga	119	390	5,0	648	339	13,3
Maragogi	1.293	1.039	54,9	2.479	1.393	51,1
Paripueira	461	155	19,6	440	264	9,1
Porto Calvo	99	1.079	4,2	168	931	3,5
Porto de Pedras	71	556	3,0	337	492	6,9
Passo de Camaragibe	55	506	2,3	172	879	3,5
São Miguel dos Milagres	214	462	9,1	496	432	10,2

Fonte: RAIS/MTE (2024). Elaboração própria.

3.2 Atividades Característica do Turismo na Região Costa dos Corais

Este tópico tratará de Atividades Características do Turismo. Nesse sentido, vale destacar que a ACT contempla oito atividades: alojamento; alimentação; transporte aéreo; transporte terrestre; transporte aquaviário; agências de viagem; aluguel de transporte, e, por fim, cultura e lazer, que se encontram conforme as diversas análises dissertadas a seguir.

De acordo com a Tabela 17, a maior parte das ocupações formais vinculadas ao turismo estava em Maragogi, Japaratinga e São Miguel dos Milagres. Em 2017, cujos municípios somavam 82,0% do total de empregos formais, indicando uma concentração de oportunidades de trabalho nessas localidades. O ano de 2020 foi marcado por um decréscimo de 1,5% na quantidade de pessoas ocupadas nas ACT nas cidades inicialmente citadas, concentrando, assim, 80,9%.

Tabela 17: Ocupações formais nas ACT segundo o número de trabalhadores – 2017-2020

Unidade Territorial	Ano			
	2017	2018	2019	2020
ACT RTCC	3.113	3.586	3.850	3.750
Total de Empregos na RTCC	25.513	22.177	31.962	25.513
ACT RTCC/TOTAL RTCC (%)	12,2	16,2	12,0	14,7
Barra de Santo Antônio	1,8	0,6	1,9	1,1
Japaratinga	10,3	11,8	16,1	16,3
Maragogi	63,2	60,0	55,3	52,9
Paripueira	6,3	5,9	5,5	5,2
Passo de Camaragibe	2,0	1,9	2,4	2,5
Porto Calvo	2,3	2,1	1,5	1,9
Porto de Pedras	5,6	6,7	6,6	8,5
São Miguel dos Milagres	8,5	11,7	10,7	11,6

Fonte: Observatório Nacional do Turismo (2024). Elaboração própria.

A Tabela 18 demonstra a participação de cada categoria econômica no emprego no Brasil, Nordeste, Alagoas e Região Turística Costa dos Corais. Nessa última, destacam-se, em 2020, as atividades de Alimentação (13,3%) e Alojamento (79,8%), que são as que mais empregam, representando juntas 97,1% do total de empregos nas ACTs da região. Isso sublinha a importância desses setores para a economia turística local.

As atividades de suporte ao turismo como Agência de Viagens (1,7%), Transporte Terrestre (0,6%), Transporte Aéreo (0,2%) e Cultura e Lazer (0,3%) apresentam uma participação menor em comparação com as atividades de Alimentação e Alojamento. Essa situação reflete uma concentração do turismo nas atividades de hospedagem e alimentação. Segmentos como transporte aéreo, aquaviário e aluguel de transporte são limitados ou inexistentes em algumas cidades da região, indicando que o foco econômico do turismo na RTCC é predominantemente no setor de alojamento.

Tabela 18: Participação das Atividades Característica do Turismo – ACT – 2020

	Agências Viagem	Alimentação	Alojamento	Transporte Terrestre	Transporte aéreo	Transporte Aquaviário	Aluguel de Transporte	Cultura e Lazer	Total
Brasil	2,8	62,1	16,1	9,8	2,7	0,4	3,2	2,9	100,0
Nordeste	2,5	55,0	24,3	8,7	1,5	0,5	4,9	2,6	100,0
Alagoas	2,6	53,3	31,4	6,4	1,0	0,2	3,7	1,4	100,0
RTCC	1,7	17,3	79,8	0,6	0,2	-	-	0,3	100,0
Barra Sto Antônio	-	26,2	73,8	18,2	-	-	-	-	100,0
Japaratinga	-	6,6	93,1	-	-	-	-	0,3	100,0
Maragogi	3,1	16,2	80,4	2,5	-	-	-	0,1	100,0
Paripueira	-	62,8	31,6	2,0	-	-	0,5	3,1	100,0
Passo de Camaragibe	-	4,3	92,6	31,6	-	-	-	-	100,0
Porto Calvo	-	43,5	28,2	25,6	-	-	-	-	100,0
Porto de Pedras	0,3	2,8	93,7	0,3	2,8	-	-	-	100,0
São Miguel dos Milagres	0,2	27,0	72,3	0,5	-	-	-	-	100,0

Fonte: RAIS-MTE (2024). Elaboração própria.

A Tabela 19 compila um conjunto de dados sobre o tempo que um trabalhador fica em uma Atividade Característica do Turismo. No Brasil, em 2017, o empregado passa em média 37,5 meses. Entretanto, a Região Costa dos Corais ficou com uma média de 31,7 meses, mostrando uma rotatividade maior entre as estatísticas nesse período. Dentro da RTCC, Passo de Camaragibe apresentou 15,3 meses e Barra de Santo Antônio 23,3 meses, que foram os municípios com baixas retenções de mão de obra, em 2017. Os municípios com menor rotatividade do trabalhador no segmento são: Maragogi, com 42,9 meses, São Miguel dos Milagres, com 37 meses e Japaratinga, com 36,5 meses.

No ano de 2020, o Brasil diminuiu a rotatividade de empregados nas ACT. A RTCC apresentou o aumento da rotatividade para 30,9 meses; número bem abaixo do apresentado pelo estado alagoano. Os municípios que mantiveram uma menor rotatividade nas ACT foram Maragogi (44,5 meses) e São Miguel dos Milagres (35,3 meses). Mesmo como o período delicado da pandemia, esses municípios mantiveram o quadro de trabalhadores. Merece

destaque Barra de Santo Antônio, pois, em 2017, a mão de obra empregada na ACT não completava dois anos, e, em 2020, não ultrapassou os vinte quatro meses como pode ser visto na Tabela 19:

Tabela 19: Tempo no emprego formal nas ACT da RTCC, em meses, 2017 - 2020

Unidade Territorial	2017	2018	2019	2020
	ACT	ACT	ACT	ACT
Brasil	37,6	37,8	40,4	45,1
Nordeste	37,8	38,4	40,3	44,2
Alagoas	37,0	37,0	38,2	41,7
RTCC	39,1	38,2	38,3	37,5
Barra de Santo Antônio	23,3	39,6	26,0	28,6
Japaratinga	36,5	31,4	25,3	26,9
Maragogi	42,9	42,8	45,3	44,5
Paripueira	28,8	30,7	35,1	24,4
Porto Calvo	36,5	39,4	24,7	43,6
Porto de Pedras	29,8	27,6	27,1	28,6
Passo de Camaragibe	15,3	18,4	21,9	23,5
São Miguel dos Milagres	37,0	33,2	36,7	35,3

Fonte: Observatório do Turismo (2024). Elaboração própria.

Os dados sobre a faixa etária dos trabalhadores demandada pelo conjunto de ACT da Região Costa dos Corais é visualizado no Tabela 20. Em 2020, pode ser analisado que a maior absorção de mão de obra está na faixa dos 30 a 39 (33,6%), seguido de 18 a 24 anos (21,1%), entre 24 a 29 anos (20,4%). Pontua-se que houve na faixa que compreende menor aprendiz e estagiário uma queda de 67%, na variação de 2020/2021, cuja baixa ocorre em virtude do período sanitário que ficou vulnerável, pois não havia aparato legal para sua manutenção laboral nesse momento.

Ainda no contexto de 2020, as faixas etárias de 40 a 49 tiveram uma participação de 18,9%, a de 50 a 64 de 5,7% e a categoria 64+ de 0,2%, o que induz a preferência etária das Atividades Características do Turismo da RTCC pela faixa entre 18 a 39 anos idade. Portanto, o setor pode estar praticando etarismo de acordo com os dados apresentados, a seguir. De acordo com o último censo, Alagoas e a própria RTCC estão envelhecendo, podendo gerar um gargalo ou modificação do olhar empresarial à procura de mão de obra de ponto etário.

Tabela 20: Faixa etária dos empregados nas ACT da RTCC 2017 e 2020

Faixa Etária	2017	2018	2019	2020
Total	3.088	3.553	3.828	3.719
15 a 17	6	2	3	1
18 a 24	601	704	839	786
25 a 29	601	706	752	759
30 a 39	1.103	1.236	1.306	1.251
40 a 49	542	673	697	701
50 a 64	202	224	223	212
65 +	5	8	8	9

Fonte: Observatório do Turismo (2024). Elaboração própria.

O cômputo dos dados a seguir mostra a composição da força de trabalho por gênero nas ACT. Em 2017, a quantidade de homens é superior no Brasil (58,6%), cujo Nordeste representa 56,4%, Alagoas 55,5% e a RTCC 59,7% em comparação ao contingente de mão de obra feminina. Dentro da Região Costa dos Corais, em 2017, apenas o município de Porto Calvo (51,1%) empregava mais gênero feminino do que masculino. Observa-se, também, nesse período, que três municípios da região detinham mais 60% de homens como sua força laboral. No ano de 2020, o desequilíbrio entre homens e mulheres permanece, mas essa discrepância é mais evidente na RTCC, pois o quantitativo feminino ficou em 39,2%, uma queda de 1,1% em relação a 2017.

Os dados de 2020 revelam que todos os municípios integrantes da Região Costas dos Corais ficaram com a participação masculina superior a 50%, cuja maior presença no mercado de trabalho pode ser atribuída a dois fatores distintos: uma maior presença numérica de homens na região, conforme evidenciado pelos Censos 2000, 2010 e 2022, como também a vulnerabilidade da mão de obra feminina diante de um momento sanitário, iniciado em 2020. Diante da estatística da RTCC, merecem destaques Barra de Santo Antônio (63,3%) e São Miguel dos Milagres, com 61,8% de homens no seu quadro laboral de acordo com a Tabela 21 a seguir. Nota-se que o município de Porto Calvo, de 2017 a 2018, contava mais com mão de obra feminina, contudo, nos anos seguintes, a situação se inverte.

Tabela 21: Empregos formais por gênero nas ACT no Brasil, Nordeste, Alagoas e RTCC 2017 - 2020

Unidade Territorial	Áreas Características do Turismo							
	2017%		2018%		2019%		2020%	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Brasil	41,4	58,6	47,1	52,9	47,2	52,8	46,5	53,5
Nordeste	43,6	56,4	43,8	56,2	42,4	57,6	41,8	58,2
Alagoas	44,5	55,5	42,6	57,4	44,6	55,4	44,1	55,9
RTCC	40,3	59,7	41,0	59,0	38,2	61,8	39,2	60,8
Barra de Santo Antônio	42,9	57,1	39,1	60,9	46,3	53,7	36,4	63,6
Japaratinga	33,9	66,1	34,5	65,5	44,4	55,6	43,4	56,6
Maragogi	42,7	57,3	43,5	56,5	40,7	59,3	40,8	59,2
Paripueira	48,0	52,0	46,2	53,8	48,4	51,6	41,3	58,7
Porto Calvo	51,1	48,9	64,3	35,7	48,6	46,6	42,5	57,5
Porto de Pedras	43,1	56,9	41,5	58,5	38,9	61,1	42,5	57,5
Passo de Camaragibe	39,3	60,7	47,8	52,2	47,8	52,2	48,9	51,1
São Miguel dos Milagres	33,7	66,3	37,4	62,6	37,4	62,6	38,2	61,8

Fonte: Observatório do Turismo (2024). Elaboração própria.

Outro ponto importante da análise das estatísticas das ACT é a composição salarial por escolaridade daqueles que exercem alguma atividade laboral formal nela. O cômputo apresentado na Tabela 22 analisa, em 2017, as etapas escolares do 5º, 6º e 9º anos tinham na RTCC proventos médios de 1,3 SM acima de média alagoana, que é de 1,2 SM, igual ao Nordeste, mas abaixo da média brasileira. Ainda em 2017, o 4º ano do ensino médio e aqueles trabalhadores que possuem ensino superior incompleto recebem 1,2 SM, cujo valor é abaixo das outras três grandes regiões computadas. Com período pandêmico de 2020, o trabalhador com ensino superior não sofreu uma redução salarial tão expressiva como os demais trabalhadores que possuíam escolaridade inferior, pois os trabalhadores com maior nível escolar conseguiram, ao longo do período, ganhos maiores em seus proventos. Isso pode mostrar que as distorções salariais também se fazem presentes no turismo.

Dentro da RTCC o município de Porto Calvo, ao longo do tempo, não registrou trabalhadores com ensino médio ou superior incompleto, ou apenas com ensino superior, o que pode indicar um nível básico de qualificação na força de trabalho do setor turístico. Os municípios de Maragogi e Japaratinga destacam-se por oferecer os maiores salários médios em todos os níveis de escolaridade, tanto em 2017 quanto em 2020, conforme evidenciado na Tabela 22.

Tabela 22: Salário médio por escolaridade ACT Brasil, Nordeste, Alagoas e RTCC -2017 e 2020

Unidade Territorial	2017 ACT - SM				2020 ACT - SM			
	5º ANO	6º e 9º ANO	ENSINO M. e SUPERIOR INC.	SUPERIOR COMPLETO	5º ANO	6º e 9º ANO	ENSINO M. e SUPERIOR INC.	SUPERIOR COMPLETO
Brasil	1,5	1,5	1,4	3,5	1,3	1,3	1,4	3,8
Nordeste	1,3	1,3	1,4	3,2	1,1	1,1	1,1	2,4
Alagoas	1,2	1,2	1,3	2,9	1,0	1,0	1,1	2,4
RTCC	1,3	1,3	1,2	2,0	1,2	1,1	1,1	2,2
Barra de Santo Antônio	1,3	1,1	1,0	1,0	0	0,8	0,7	0
Japaratinga	1,4	1,5	1,2	2,2	0,9	0,9	1,1	3,5
Maragogi	1,4	1,3	1,3	3,6	1,1	1,6	1,1	3,2
Paripueira	1,3	1,3	1,3	1,9	1,1	1,2	1,1	1,6
Passo de Camaragibe	1,5	1,3	1,0	-	1,0	1,0	0,9	1,4
Porto Calvo	1,0	1,0	1,1	-	-	1,0	1,06	-
Porto de Pedras	1,1	1,0	1,1	1,4	1,1	1,11	1,1	1,6
São Miguel dos Milagres	1,3	1,2	1,3	1,6	1,5	1,2	1,1	1,7

Fonte: Observatório do Turismo (2024). Elaboração própria.

A estatística da Tabela 23 prossegue nesse momento com um prisma diferente ao apresentar os salários médios de acordo com a raça do trabalhador nas Atividades Características do Turismo da Região Costa dos Corais alagoana. Nesse sentido, o trabalhador de raça branca no Brasil recebia 1,85 salário médio seguida da amarela, que é de 1,69 SM, e, por último, está a não identificada com 1,43 SM. No mesmo ano, no Nordeste, a raça branca detinha os maiores rendimentos médios, embora, em 2020, os maiores proventos médios foram da raça amarela. Vale ressaltar que, em 2017, no estado de Alagoas, verificou-se que os trabalhadores de raça amarela recebiam os maiores salários médios (1,75 SM), seguida da branca (1,65 SM), da parda (1,37 SM) e, por fim, da preta (1,38 SM). Essas últimas quase não auferiram a mesma remuneração. Nota-se também, nos dados, que a raça amarela alagoana recebia mais do que a média do país e do Nordeste, em 2017. Todavia, as demais raças ficam bem abaixo das demais médias, como também todas as raças ficam, em 2020, bem abaixo da média nacional e nordestina, mostrando, dessa forma, sua fragilidade econômica,

Os dados referentes aos salários médios da RTCC são inferiores aos níveis nacional, ao nordestino e ao alagoano, tanto em 2017, 2018 e 2019 quanto em 2020, acentuando-se devido à COVID-19. Dentro da região, a maioria dos municípios não possui todas as raças empregadas formalmente nas ACT. Nesse contexto, Maragogi, seguido por Japaratinga, destaca-se com os maiores salários médios da região em todas as raças, em 2017 quanto 2020. Ocupando o terceiro lugar está São Miguel dos Milagres.

Tabela 23: Salário Médio por raça ACT Brasil, Alagoas e RTCC 2017 – 2020

Unidade Territorial	2017						2020					
	ACT %						ACT %					
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não Identificado	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não Identificado
Brasil	1,69	1,85	1,64	1,54	1,51	1,43	1,82	1,79	1,58	1,43	1,41	1,35
Nordeste	1,54	1,66	1,56	1,46	1,46	1,37	1,26	1,38	1,37	1,22	1,22	1,17
Alagoas	1,75	1,64	1,22	1,37	1,38	1,33	1,34	1,30	1,08	1,17	1,09	1,16
RTCC	1,38	1,40	-	1,27	1,19	1,20	1,22	1,33	1,00	1,16	1,14	1,05
Barra de STO Antônio	-	1,20	-	1,14	0,00	1,08	-	0,61	-	0,97	1,00	0,7
Japaratinga	1,24	1,79	-	1,26	1,57	1,23	1,10	1,94	1,00	1,24	1,84	1,37
Maragogi	2,12	1,55	-	1,40	1,81	1,36	1,71	1,32	-	1,23	1,24	1,25
Paripueira	-	1,43	-	1,56	1,39	1,26	1,03	1,35	-	1,21	0,59	1,04
Porto Calvo	1,00	1,07	-	1,06	1,04	1,11	-	1,30	-	1,08	1,15	1,01
Porto de Pedras	-	1,36	-	1,1	1,23	1,18	-	1,17	-	1,11	1,18	1,31
Passo de Camaragibe	-	-	-	1,14	1,00	1,07	-	1,10	-	1,12	0,98	0,91
São Miguel dos Milagres	1,16	1,34	-	1,34	1,50	1,27	1,02	1,70	-	1,24	1,21	1,12

Fonte: Observatório do Turismo (2024) Elaboração própria.

3.3 Caracterização do setor de alojamento

O segmento de meios de hospedagem está intrinsecamente associado à demanda turística, cujo progresso também está relacionado às demais infraestruturas que apoiam à atividade turística, como localização, terreno, transportes, atrações de lazer e acesso fácil. Nessa perspectiva, Mello e Goldenstein (2011) afirmam que o setor se caracteriza por diversas unidades de hospedagem que prestam serviços aos turistas, em sua grande maioria. Ainda segundo os autores supracitados esse tipo de empreendimento necessita de quase um quinquênio para que seja colocado em operação em um cenário que requer um grande montante de capital. Portanto, este tópico abordará aspectos como quantidade, vínculos empregatícios, gêneros, salários, tipos, unidades habitacionais e leitos.

Os dados da Tabela 24, a seguir, obtidos pela Relação Anual de Informações Sociais – RAIS analisa a quantidade de alojamento no Brasil, Nordeste, Alagoas e Região Costas dos Corais. Em 2010, o estado de Alagoas contava com 364 empresas de alojamento, das quais 66 (18%) estavam na Região Costa dos Corais (RTCC). A participação do estado no setor de alojamento no NE era de 6,1% em 2010, aumentando para 6,6% em 2014 (ano da Copa do Mundo no BR) e alcançando 7,2% em 2020. Alagoas ocupava a sexta posição em termos de quantidade de estabelecimentos de alojamento em 2010, subindo para a quinta posição em 2020. Esses dados indicam um crescimento lento do setor de alojamento no estado em comparação com o restante do país.

Nesse sentido, a Região de Costa dos Corais teve participação no desenvolvimento do setor hoteleiro alagoano. Em 2010, a região representava 18,1% do setor no estado, aumentando para 22,5% em meados da década e alcançando 30,5% em 2020. Esse

crescimento é reflexo das políticas de promoção do turismo na região, resultando na expansão da rede hoteleira. Comparativamente, enquanto Alagoas teve um crescimento de 43% na quantidade de alojamentos entre 2010 e 2020, a RTCC registrou um salto de 138%, evidenciando um avanço expressivo no setor.

Em 2010, os municípios de Maragogi, Japaratinga e São Miguel dos Milagres foram os principais contribuintes para o setor de hospedagem, representando juntos 80,3% dos estabelecimentos de alojamento da região. Maragogi liderou com 40,9%, seguido por Japaratinga com 21,2% e São Miguel dos Milagres com 18,3%. Paripueira foi o único município da região que não possuía nenhum meio de hospedagem registrado naquele ano.

Em 2015, Maragogi, Japaratinga e São Miguel dos Milagres continuaram sendo os principais municípios na oferta de alojamento na Região Costa dos Corais, mas houve uma redução de 6% em sua participação total. Esse declínio pode ser atribuído à conclusão de investimentos e ao redirecionamento do capital turístico para outros municípios, como Porto de Pedras, Barra de Santo Antônio e Paripueira. Em 2020, apesar da manutenção da concentração por esses três municípios (74,3%), Porto de Pedras destacou-se com um crescimento significativo de 475% em relação a 2010. Esses dados indicam um desenvolvimento crescente do turismo na região, conforme a Tabela.

Tabela 24: Quantidade de Alojamento em Brasil, Nordeste, Alagoas e RTCC 2010 a 2020

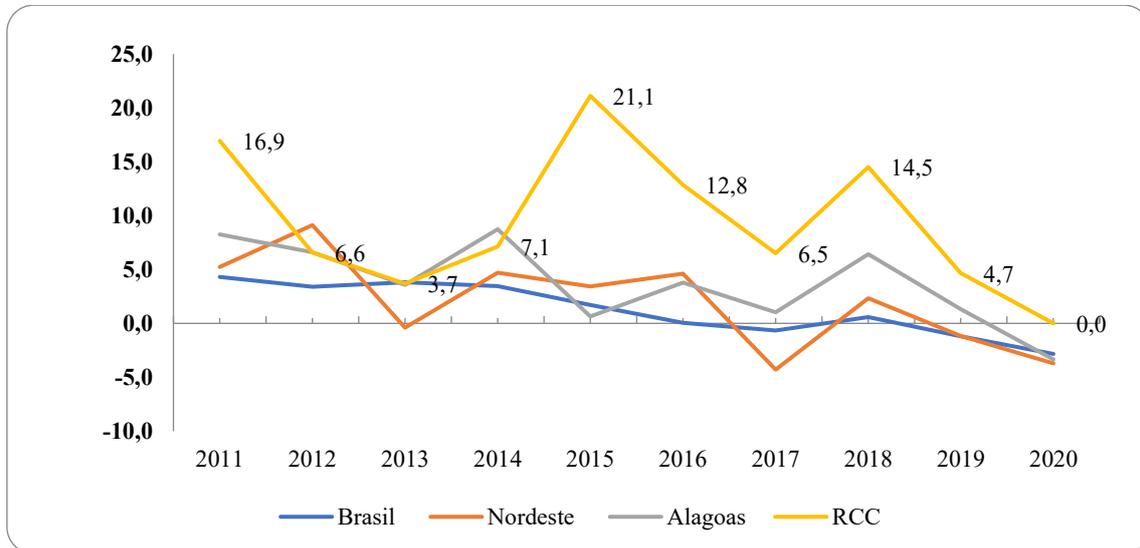
Unidade Territorial	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	27.184	28.355	29.317	30.433	31.483	32.017	32.031	31.820	32.005	31.168	30.721
Nordeste	5.974	6.286	6.859	6.831	7.151	7.395	7.735	7.403	7.576	7.487	7.208
Alagoas	364	394	420	435	473	476	494	499	531	538	520
RTCC	66	76	80	83	90	107	122	129	150	157	157
RTCC/Alagoas	18%	19%	19%	19%	19%	22%	25%	26%	28%	29%	30%
Barra de Santo Antônio	4	6	4	3	3	7	8	7	6	8	6
Japaratinga	14	15	17	18	18	19	21	25	28	28	26
Maragogi	27	32	38	39	35	43	49	51	63	65	62
Paripueira	-	1	2	2	2	3	4	4	4	4	3
Porto Calvo	1	2	3	2	2	4	3	3	1	1	1
Porto de Pedras	4	3	5	6	10	10	11	15	19	19	23
Passo de Camaragibe	3	5	2	4	3	4	6	6	6	8	8
São Miguel dos Milagres	12	12	10	10	17	19	21	20	23	24	28

Fonte: RAIS-MTE (2024). Elaboração própria.

Ao longo da década de 2010 a 2020, o setor de alojamento na Região Costa dos Corais exibiu um crescimento médio de 9,4%, superando as médias do Brasil (1,3%), Nordeste (2,0%) e Alagoas (3,7%). Após um aumento expressivo em 2011, houve crescimento mais moderado em 2012 e 2013, seguido por um salto em 2014 (7,1%) e um pico em 2015 (21,1%), provavelmente impulsionado pela Copa do Mundo de 2014. Em seguida, a região registrou aumentos significativos de 12,8%, em 2016 e 14,5% em 2018, enquanto 2020 foi marcado por estabilidade no setor, contrastando com quedas no Brasil, Nordeste e Alagoas.

Este padrão indica que a Região Costa dos Corais tem atraído investimentos contínuos para o turismo (Gráfico 10).

Gráfico 10: Crescimento percentual dos Alojamentos Brasil, Nordeste, Alagoas e RTCC 2011 a 2020



Fonte: RAIS-MTE (2024). Elaboração própria.

A Tabela 25 mostra o quantitativo de meio de hospedagem de acordo com o tipo e presença na RTCC. A ACT de alojamento tem mais seis de tipos, mas as que estão presentes na região são hotéis, apart-hotéis, motéis, albergues (exceto os assistenciais), pensões (alojamento) e outros alojamentos. Dentro desse conjunto, a categoria de hotéis possui o maior destaque, pois, nos primeiros cinco anos, o setor hoteleiro experimentou um crescimento de 94%. Entre 2015 e 2020, o crescimento foi de 53%, totalizando um aumento de 197% ao longo de toda a década. Essa expansão superou o crescimento do setor hoteleiro em todo o estado de Alagoas, que registrou um aumento positivo de 59% no mesmo período.

Como sendo um elemento dentro do setor de alojamento, os hotéis são os que mais predominam na região e alguns municípios se destacam na RTCC. Em 2010, Maragogi possuía 36,6% dos hotéis na Região Costa dos Corais e 6,6% de participação no setor hoteleiro de Alagoas. Até 2015, a contribuição de Maragogi na região manteve-se estável em 35,1%. Em 2020, apesar de uma ligeira queda para 33,6% na região, devido aos impactos da pandemia, a contribuição do município para o setor hoteleiro em Alagoas aumentou significativamente para 10,9%.

O cenário interno da região possui município que não tinha expressividade em nenhuma categoria de alojamento, em 2010, como Paripueira. O fato mostra que são espaços jovens em termos de investimentos voltados à hospedagem, mas estão dentro do destino turístico. Uma conjuntura que se destaca na região é o município de Porto de Pedras, que

possuía 7,8%, em 2010, e foi para 14%, em 2020. Sem nenhuma queda no decorrer na década e com crescimento de 567%, na categoria de hotéis.

Os municípios de Barra de Santo Antônio e Passo de Camaragibe possuíam a mesma participação na quantidade de hotéis (7,8%), em 2010, mas que, ao longo do tempo estudado, não obteve atenção dos investimentos na área. Com essa perspectiva, os dois territórios terminaram, em 2020, com declínio na participação de Barra de Santo Antônio (3,8%) e Passo de Camaragibe (5,1%). Contudo, os meios de hospedagem podem concentrar uma grande quantidade de leitos, ou mesmo construindo algum de grande porte.

Tabela 25: Quantidade por tipo de Alojamento em Alagoas e RTCC 2010 – 2020

Região	2010						2020					
	Hotéis	Apart-hotéis	Albergues	Pensões (Aloj.)	Outros Aloj.	Total	Hotéis	Apart-hotéis	Albergues	Pensões (Aloj.)	Outros Aloj.	Total
Alagoas	220	8	3	12	64	307	349	14	7	8	73	451
RTCC	38	5	-	2	19	64	112	7	2	2	32	155
Barra de Santo Antônio	3	-	-	1	-	4	6	-	-	-	-	6
Japaratinga	7	2	-	-	5	14	20	2	-	1	3	26
Maragogi	14	-	-	1	11	26	38	5	1	1	16	61
Paripueira	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Porto Calvo	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1
Porto de Pedras	3	-	-	-	1	4	20	-	-	-	3	23
Passo de Camaragibe	3	-	-	-	-	3	5	-	-	-	3	8
São Miguel dos Milagres	8	2	-	-	2	12	20	-	1	-	7	28

Fonte: RAIS-MTE (2024). Elaboração própria.

Além da quantidade e tipo de meio de hospedagem para um destino, mencionados anteriormente, as unidades habitacionais (UHs) e os leitos também se fazem importantes para o impulsionamento e atração de turísticas, como também uma maior circulação econômica com oportunidade de emprego e renda diretos e indiretos. Conforme os dados (Tabela 26), a Região Costa dos Corais tinha uma participação de 19% de UHs e 20% de leitos, em 2010, evidenciando um grande potencial da região na acomodação dos turistas. Contudo, em 2015, houve um leve declínio, visto que a abertura de alguns empreendimentos hoteleiros não foi suficiente para impulsionar esses números, ocorrendo só em 2020, mas com contribuição igual ao início da década, o que indica uma estabilidade ao longo de dez anos quanto à evolução estadual.

No ambiente interno da Região Costa dos Corais, a dinâmica vem se modificando ao longo dos anos. Nessa perspectiva, Barra de Santo Antônio não tinha, nos primeiros cinco anos, nenhum tipo de alojamento registrado no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur, que faz parte do MTUR e, por este motivo, há ausência de dados. Somente a partir de 2015 existe a indicação de 74 unidades habitacionais e 175 leitos, terminando a década com crescimento de 16% nas UHs e 14% em leitos.

Maragogi e Japaratinga concentravam 87% das unidades habitacionais (UHs) e leitos, sendo Maragogi com 69% e Japaratinga com 18%, tanto de UHs quanto de leitos. Até 2020, Maragogi manteve sua relevância, embora com uma redução de 15% em sua participação, enquanto Japaratinga aumentou sua participação para 20% em UHs e 21% em leitos. O crescimento mais expressivo ocorreu na segunda metade da década em Passo de Camaragibe, com aumento de 530% em UHs e 584% em leitos. Porto Calvo não registrou meios de hospedagem no Cadastur.

Tabela 26: Quantidade Unidades Habitacionais, Leitos e Alojamento Brasil, Nordeste e Alagoas: 2010, 2015 e 2019

Região	2010		2015		2020	
	UH	LEITOS	UH	LEITOS	UH	LEITOS
Alagoas	7.042	17.530	8.331	20.413	14.272	34.980
RTCC/AL	19%	20%	18%	19%	19%	20%
Costa dos Corais	1.328	3.515	1.486	3.890	2.659	7.016
Barra de Santo Antônio	-	-	74	175	86	199
Japaratinga	235	622	200	571	542	1.443
Maragogi	921	2419	990	2.589	1.446	3.822
Paripueira	9	30	39	133	78	263
Passo de Camaragibe	33	121	23	68	145	465
Porto de Pedras	27	57	41	90	95	201
São Miguel dos Milagres	103	266	119	264	267	623

Fonte: Dados do Turismo – CADASTUR (2024). Elaboração própria.

Os vínculos apresentados na Tabela 27 estão associados àqueles empregos com carteira assinada. A Região Costa dos Corais apresentou uma progressiva evolução na década analisada. Conforme os dados de 2015/2010, houve um crescimento de 60%, seguida de uma análise 2020/2015, a qual mostra que houve um aumento de 49%, cuja década teve aumento em uma perspectiva de 138%.

Em concordância com os dados de 2020, da RTCC, Maragogi evidencia uma concentração de 54% dos trabalhadores no setor de alojamento, cuja maior parte (93%) encontra-se na atividade de hotéis, seguidos de outros tipos de alojamento (5,6%). Japaratinga contribui com 19%, sendo os hotéis os maiores empregadores (90%). No início, os vínculos eram escassos quando comparados a 2020, o que pode denotar que as grandes transformações ocorreram a partir de 2015, em virtude da conclusão de vários tipos de meios de hospedagens, mesmo estando na categoria de hotéis.

Tabela 27: Vínculos Empregatícios por tipo de Alojamento na RTCC – 2010 - 2020

	2010						2020					
	Hotéis	Apart-hotéis	Albergues	Pensões (Aloj.)	Outros Aloj.	Total	Hotéis	Apart-hotéis	Albergues	Pensões (Aloj.)	Outros Aloj.	Total
RTCC	1.062	35	-	6	149	1.252	2.707	23	10	13	232	2.985
Barra de Santo Antônio	4	-	-	2	-	6	31	-	-	-	-	31
Japaratinga	57	13	-	-	27	97	519	4	-	11	39	573
Maragogi	837	-	-	4	58	26	1.491	19	1	2	90	1.603
Paripueira	-	-	-	-	-	-	62	-	-	-	-	62
Porto Calvo	-	2	-	-	-	2	11	-	-	-	-	11
Porto de Pedras	51	-	-	-	7	57	272	-	-	-	26	298
Passo de Camaragibe	24	-	-	-	-	24	55	-	-	-	32	87
São Miguel dos Milagres	89	20	-	-	57	166	266	-	9	-	41	307

Fonte: RAIS-MTE (2024). Elaboração própria.

A alta rotatividade no mundo do trabalho constitui-se um aspecto negativo, pois esse movimento pode implicar ônus tanto para o trabalhador quanto para os agentes econômicos empresariais. Os dados condicionam que o setor de alojamento se caracterize como um fator de alta empregabilidade, no entanto possui uma alta alternância de mão de obra significativa e influenciada acima de tudo por dois fatores principais: alta temporada e a própria dinâmica interna da hotelaria. Como exemplo, tem-se a natureza do setor de alojamento, que fica aberto vinte horas, como parte da estrutura do negócio.

Nessa perspectiva, a Tabela 28 apresenta a permanência da mão de obra empregada no setor, revelando que, em 2017, no Brasil, o trabalhador permanecia em média cinco anos (43,9 meses) e ultrapassou para 50,6 meses, em 2020. A região Nordeste quase conseguiu acompanhar a trajetória, registrando 42,9 meses e 48,1 meses, em 2020. O estado de Alagoas, no mesmo período, apresentou a mesma média nordestina, em 2017, mas decresce ao longo do tempo, com relação às macrorregiões, configurando, dessa forma, ambiente relativamente instável para o trabalhador e para o trabalho devido à alta rotatividade.

Dentro da Região Costa dos Corais, a análise estatística aponta que a mão de obra empregada no setor de alojamento ficou levemente acima do Nordeste e Alagoas, em 2017. Entretanto, em 2019, a RTCC não conseguiu manter os trabalhadores em tempo superior ao registrado no Brasil, Nordeste e Alagoas. No ano pandêmico de 2020, a RTCC volta a ficar abaixo das médias regionais supracitadas. Na conjuntura interna, a região possui disparidades temporais na manutenção do trabalhador no setor, podendo destacar Porto Calvo, que, mesmo com apenas uma unidade habitacional, registra uma permanência de mais de 75 meses, em 2020.

Os Municípios com as maiores rotatividades, em 2017, são Passo de Camaragibe (15,3 meses), Barra de Santo Antônio (29,0 meses), Porto de Pedras (29,9 meses) e Paripueira (27,7 meses). O cenário pandêmico foi potencial para o aumento da instabilidade temporal do trabalho no setor de turismo e, conseqüentemente, o de alojamento. Mesmo com o momento adverso, alguns municípios apresentaram destaques positivos: Porto de Pedras (28,7 meses), e

Passo de Camaragibe (23,5 meses). Contudo, Paripueira (23,1 meses), São Miguel dos Milagres (35,4 meses) e Maragogi são alguns municípios que diminuíram a permanência, o que pode ter contribuído para a instabilidade da mão de obra no emprego devido ao momento sanitário de 2020.

Tabela 28: Tempo no emprego formal no setor de alojamento, em meses, 2017 – 2020

Unidade Territorial	Alojamento			
	2017	2018	2019	2020
Brasil	43,9	45,13	46,8	50,6
Nordeste	42,9	44,1	46,6	48,1
Alagoas	42,9	42,1	41,7	43,7
RTCC	42,1	40,3	39,6	38,1
Barra de Santo Antônio	29,0	40,9	36,4	33,1
Japaratinga	37,1	32,6	24,8	25,1
Maragogi	47,1	45,9	48,3	45,8
Paripueira	27,7	32,4	35,2	21,3
Porto Calvo	46,8	75,3	46,8	79,54
Porto de Pedras	29,8	27,6	27,1	28,7
Passo de Camaragibe	15,3	18,4	21,9	23,5
São Miguel dos Milagres	37,1	33,3	36,8	35,4

Fonte: Observatório do Turismo (2024). Elaboração própria.

Um aspecto relevante acerca das características da mão de obra de setor de alojamento é a faixa etária, que será detalhada na Tabela 29. Além da segmentação por idade, os dados revelam uma variação positiva na quantidade de empregos de 2018/2017 de 19,2%, de 2019/2018 (13,0%) e em 2020/2019 (0,6%). Esses aumentos consecutivos são reflexos da incorporação de novos tipos de alojamentos no mercado da RTCC. Ao analisar a participação do setor alojamento na geração de empregos, observou-se que, em 2017, correspondeu com 70%, e no ano de 2019 elevou-se para 77%. Já em 2020, alcançou 79,0% do total da absorção da mão de obra nas oito Áreas Características do Turismo daquela região.

Outro fator importante constitui o tipo de faixa etária predominante que o setor de alojamento tem demandado entre 2017 e 2020. De acordo com a Tabela 29, o setor de hospedagem concentra sua demanda de mão de obra que está entre 30 e 39 anos (33,7%) em média anual, seguido de 18 a 34 anos (21,5%), 25 a 29 (19,7%), e 40 a 49 (19,0%). Mesmo dentro de um contexto global que poupa trabalhador, o setor cresce em quantidade de unidades, como também de trabalhador, indicando, dessa forma, ser uma atividade econômica intensiva em trabalho físico. No entanto, os dados mostram que existe uma preferência por trabalhadores entre 30 e 39, seguida, por um declínio nas demais faixas etárias, totalizando conjuntamente o número anual de 6,3%. Essa dinâmica sugere uma régua etária juvenil para o setor, o que pode caracterizar um ambiente laboral que precisa do auge da força física e mental no ambiente de trabalho, seguida por uma possível rotatividade nas faixas etárias.

Tabela 29: Faixa etária dos empregados no setor de a Alojamento da RTCC 2017 e 2020

Faixa Etária	2017	2018	2019	2020
Total	2.301	2.708	2.939	2.965
15 a 17	6	2	3	1
18 a 24	553	504	640	636
25 a 29	428	533	595	597
30 a 39	776	892	1.001	1.008
40 a 49	391	608	526	549
50 a 64	142	163	167	169
65 +	5	6	7	7

Fonte: Observatório do Turismo (2024). Elaboração própria.

A análise da delimitação entre gêneros no mercado de trabalho de alojamento se faz crucial para compreender como esse setor utiliza a mão de obra feminina e masculina. No contexto da hospitalidade, em que o ambiente acolhedor é valorizado, há diferença, e muitos postos de trabalhos são tradicionalmente demandados por mulheres, como camareiras, copeiras, passadeiras e recepcionistas. Em grandes redes, a participação feminina também tem se destacado nos ambientes administrativos. Por outro lado, algumas posições laborais ainda são predominantemente contextualizadas aos homens, como porteiro, recepcionista noturno, manobrista, eletricitista, serviços gerais, animador, salva-vidas, garçom, auxiliar de cozinha, almoxarife e mensageiro.

Nesse contexto, no período de 2017 a 2020, toda RTCC tinha como maior participação da força de trabalho masculina. No tempo analisado, o único município a ter um número maior de mulher é Porto Calvo (67,4%), em 2018, com seu pico na série, enquanto os demais municípios registraram uma participação maior de homem. O setor de alojamento em Japaratinga tinha, em 2017, 33,6% composto pela força feminina e termina a década com 44,0%, o que evidencia um aumento expressivo de 30,9%. Entretanto, nota-se que o município de Barra de Santo Antônio, em 2017, tinha 45,2% de mulheres, que diminuiu para 35,8% em 2020. Da mesma forma, Maragogi, em 2017, contava com 43,6% de representação feminina, mas reduziu para 40,8 em 2020. Uma perda na mudança na participação de gênero no mercado de trabalho desses municípios (Tabela 30).

Tabela 30: Empregados por gênero no setor de Alojamento da RTCC 2017 e 2020

Unidade Territorial	Alojamento							
	2017%		2018%		2019%		2020%	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Brasil	51,3	48,7	42,3	57,7	57,4	42,6	57,9	42,1
Nordeste	51,3	48,7	51,8	48,2	51,5	48,5	51,5	48,5
Alagoas	47,1	52,9	47,5	52,5	47,8	55,2	47,0	57,0
RTCC	41,9	58,1	42,5	57,5	42,4	57,6	41,9	58,1
Barra de Santo Antônio	45,2	54,8	40,9	59,1	30,3	69,7	29,0	71,0
Japaratinga	33,6	66,4	35,3	64,7	45,4	54,6	44,0	56,0
Maragogi	43,6	56,4	44,1	55,9	42,0	58,0	40,9	59,1
Paripueira	38,6	61,4	39,6	60,4	41,9	58,1	41,9	58,1
Passo de Camaragibe	51,2	48,8	49,1	50,9	49,4	50,6	52,9	47,1
Porto Calvo	57,3	48,7	57,7	42,2	67,4	46,6	63,6	36,4
Porto de Pedras	45,1	54,9	44,4	55,6	38,9	61,1	42,5	57,5
São Miguel dos Milagres	36,9	63,1	37,3	62,7	39,5	60,5	38,2	61,8

Fonte: Observatório do Turismo (2024). Elaboração própria.

O panorama estatístico evidenciado anteriormente revelou que o setor de alojamento ainda constitui um ambiente predominantemente demandante de mão de obra masculina. Outro fator que pode ter contribuído para a redução do trabalho feminino pode ter sido o momento sanitário que perdurou intensamente no ano de 2020, mostrando, assim, a vulnerabilidade dessa força de trabalho no setor de hospedagem.

Além da análise da demanda por tipo de gênero pelo segmento de hospedagem, é crucial discutir o rendimento médio de acordo com a qualificação educacional tradicional dos trabalhadores. Nesse contexto, a Tabela 31 revela que há escalada crescente no salário médio de acordo com o nível de instrução no Brasil, Nordeste e Alagoas. Na Região Costa dos Corais, existe escalonamento progressivo dos rendimentos e, além desse crescimento, os empregados com ensino superior recebem mais do que NE e AL. Isso pode indicar uma organização do setor na elaboração dos cargos e salários de acordo com os dados apresentados.

Além disso, o ano de 2017 foi marcado com a flexibilização da lei trabalhista, como o trabalho intermitente, cuja instituição de governos de cunho neoliberal que não deram ganhos reais, somados aos impactos da inflação, puderam ser condicionantes da queda ocorrida em 2019, pois os agentes econômicos empresariais levaram um tempo para implantar tais mudanças que refletiram também no setor de hospedagem, que tem crescido conforme as estatísticas apresentadas. A redução média salarial ocorreu nas quatro regiões analisadas, sendo a variação de 2020/2019 mais acentuada no Nordeste.

No entanto, a RTCC experimentou um momento atípico, pois a mesma comparação mostrou uma queda média de 5,90%, porque os profissionais com ensino superior tiveram

aumento na ordem de (3,8%), em comparação 2020/2019, atenuando a perda. Os municípios que contribuíram para esse crescimento foram Japaratinga (3,8%) e Passo de Camaragibe (4,3%), respectivamente.

Apesar de contribuir para o crescimento, em 2020, Passo de Camaragibe não tinha demandado trabalhadores de nível superior no setor de hospedagem, apenas contratando a partir de 2018, com uma renda média de 2,04, mas caindo na pandemia. Vale ressaltar que o baixo rendimento médio observado da mão de obra da Barra de Santo Antônio não ultrapassou 1,29, com destaque do baixo salário médio do trabalhador. Em 2020, o mesmo município manteve os empregados com escolaridade de 6º e 9º ano, com salário de 0,79, como também ensino médio de 0,65, afirmando-se como pior rendimento da região. Esses dados evidenciam um ambiente muito instável à manutenção do emprego, que pode ser analisado na (Tabela 31).

Tabela 31: Salário médio por grau de instrução do setor de Alojamento – 2017 e 2020

Unidade Territorial	2017 Alojamento				2020 Alojamento			
	5º ANO	6º e 9º ANO	ENS. MED. e SUPERIOR INC.	SUPERIOR COMPLETO	5º ANO	6º e 9º ANO	ENS. MED. e SUPERIOR INC.	SUPERIOR COMPLETO
Brasil	1,38	1,42	1,49	3,58	1,24	1,31	1,40	3,24
Nordeste	1,32	1,33	1,44	3,49	1,13	1,12	1,21	2,66
Alagoas	1,29	1,27	1,41	3,35	1,08	1,12	1,21	2,96
RTCC	1,42	1,36	1,36	3,37	1,20	1,19	1,20	3,14
Barra de Santo Antônio	1,29	1,16	1,15	-	-	0,79	0,65	-
Japaratinga	1,41	1,55	1,25	2,21	0,99	0,97	1,19	3,59
Maragogi	1,51	1,39	1,42	3,85	1,20	1,22	1,23	3,34
Paripueira	1,36	1,54	1,64	3,02	1,29	0,98	1,14	1,79
Passo de Camaragibe	1,43	-	1,02	-	0,91	1,01	0,97	1,53
Porto Calvo	1,02	1,04	1,11	-	-	1,00	1,06	-
Porto de Pedras	1,17	1,06	1,10	1,41	1,13	1,10	1,19	1,66
São Miguel dos Milagres	1,37	1,22	1,35	1,63	1,72	1,33	1,22	1,60

Fonte: Observatório do Turismo (2024). Elaboração própria.

Outro ponto para compreender a estrutura do mercado de trabalho do setor de alojamento é analisar a composição salarial com base na raça da população empregada. No estado de Alagoas, em 2017, a mão de obra indígena e parda registrou os menores salários médios, sendo 1,00 SM e 1,45 SM, respectivamente. Em 2019, essas mesmas categorias continuaram com salários baixos, sendo 1,36 SM para indígenas e 1,40 SM para pardos. Em 2020, durante a pandemia, a raça preta (1,19 SM) apresentou o salário médio mais baixo; já diferente de 2017, a mão de obra indígena acabou excluída de qualquer provento do setor de alojamento, evidenciando uma vulnerabilidade salarial nessa categoria.

Na Região Costa dos Corais, a presença da mão de obra indígena no setor de alojamento não foi registrada em 2017 e 2020, resultando na ausência de renda para essa

população no setor. Em 2017, em Maragogi, a raça amarela registrou o salário médio mais alto, enquanto em 2020, Japaratinga pagou o maior salário médio para a raça preta e branca. Barra de Santo Antônio, por outro lado, registrou em 2020 o menor rendimento médio para todas as raças no setor de hospedagem. Os dados da Tabela 32 mostram que, na maioria dos municípios, não há diversidade de trabalhadores no setor.

Tabela 32: Salário médio por raça do setor de Alojamento – 2017 e 2020

Unidade Territorial	2017						2020					
	Alojamento						Alojamento					
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não Indent.	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não Indent.
Brasil	1,62	1,75	1,63	1,58	1,51	1,45	1,66	1,66	1,51	1,40	1,40	1,33
Nordeste	1,63	1,65	1,59	1,52	1,50	1,44	1,28	1,37	1,43	1,28	1,25	1,19
Alagoas	1,78	1,69	1,00	1,45	1,51	1,47	1,35	1,47	-	1,26	1,19	1,31
RTCC	2,02	1,62	-	1,41	1,68	1,23	1,62	1,45	-	1,26	1,30	1,26
Barra de Santo Antônio	-	1,20	-	1,15	-	1,19	-	0,61	-	1,03	-	0,54
Japaratinga	1,31	1,85	-	1,28	1,87	1,23	1,10	2,04	-	1,26	2,05	1,38
Maragogi	2,19	1,64	-	1,49	1,85	1,37	1,71	1,42	-	1,29	1,29	1,32
Paripueira	-	1,52	-	1,73	1,22	1,20	-	1,38	-	1,20	1,17	0,73
Passo de Camaragibe	-	-	-	1,08	-	1,00	-	1,10	-	1,12	0,98	0,91
Porto Calvo	-	1,04	-	1,03	1,04	1,12	-	1,00	-	1,00	1,20	-
Porto de Pedras	-	1,36	-	1,08	1,23	1,16	-	1,33	-	1,10	1,22	1,33
São Miguel dos Milagres	1,16	1,34	-	1,36	1,50	1,23	-	1,92	-	1,30	1,21	1,12

Fonte: Observatório do Turismo (2024). Elaboração própria.

3.4 Novas modalidades de alojamento AIRBNB

Na primeira década do século XXI, a economia do turismo incorporou um elemento para atender a outras demandas do turista por novos meios hospedagens. Esse novo modelo se caracteriza na oferta de quartos, de casa por pequeno período, antes anunciadas em jornais físicos, quartos compartilhados, como hostels e, na atualidade, hotéis também estão aderindo às plataformas¹⁴ digitais denominadas AirBnb¹⁵, Windu, Homeway e similares. A perspectiva desse é negócio é oferecer um espaço e estada ao turista, geralmente através da população local, sem burocracias que um sistema convencional de alojamento possui. Essa nova dinâmica engendrou novas perspectivas para que os residentes conseguissem participar da cadeia de valor do turismo (World Bank Group, 2018).

O World Bank (2019) diz que as casas por temporadas sempre existiram nas viagens, mas a inovação da tecnologia abriu caminhos desses espaços para indivíduos de qualquer parte do mundo. Nesse contexto, o modelo de negócio agora posto fez com que o setor de turismo fosse impactado, alimentando desafios para toda a cadeia e, assim, estruturado a um modo complexo e tradicional de fazer a engrenagem econômica acontecer.

¹⁴Aplicativos on-line que permitem aos participantes interagir uns com os outros e que podem facilitar transações de ativos, serviços ou ambos. Fonte: World Bank Group (2018).

¹⁵ Fonte: <https://news.airbnb.com/br/about-us/>

A plataforma começou a fazer negócios por meio *online* que arrendava, através de seus anúncios, propriedades por meio da população local (Rosa, 2019). O site e *app* via *smartphone* possuem acessibilidades simples, o que facilita o arrendamento tanto para o consumidor quanto para o anfitrião. Esse fluxo acaba por possuir atributos que o diferenciam do modelo tradicional de alojamento, destacando-se a questão da regulação do setor de turismo e das atividades características do turismo. O Crescimento desse tipo de fazer negócio levou:

A ascensão do Airbnb e outros serviços de arrendamento de curto prazo entre pares, dentro da economia partilhada, representa uma inovação modificadora dentro da indústria da acomodação turística, sendo que disponibiliza na sua plataforma um número considerável de camas. (Domingos Rosa, 2019, p. 22)

Desse modo, esse tipo de economia se constitui uma forma de compartilhar bens e serviços com base na remuneração ou não. De acordo com Word Bank (2018), o modelo econômico colaborativo advém do termo *gig* atividades¹⁶ e que estão concentrados no compartilhamento de recursos subutilizados. Nessa perspectiva, as plataformas de AirBnb, Windu, Homeway, Uber e 99, possuem negócios remunerados, mas há também aqueles para os quais não existe transação e remuneração monetária pelo alojamento, como CouchSurfing. Em ambos os casos, acabam por aumentar as vivências dos turistas que visitam o local, além de circular a renda, sendo essa com pagamento ou não.

Além desses aspectos, as plataformas de alojamento contribuíram para a expansão das unidades habitacionais e leitos, sem realizar nenhum tipo de investimento no local destino do turista, como também não existem tributos, nem modelo convencional da economia do turismo a serem recolhidos e voltados em forma de melhorias na infraestrutura para o turismo, já extensamente discutidas neste trabalho.

¹⁶ A economia *gig* é um mercado de trabalho caracterizado pela prevalência de contratos de curto prazo ou trabalho *freelance*, em oposição a empregos permanentes. Fonte: World Bank Group (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo, frequentemente, é considerado como uma atividade econômica capaz de promover desenvolvimento socioeconômico nas regiões nas quais ele avança, por isso vários estudiosos buscam apresentar a importância do setor para as localidades. Os governos, de modo geral, defendem o estímulo ao setor como elemento gerador de emprego e renda e como atividade capaz de promover o desenvolvimento regional.

No Brasil, as primeiras medidas de estímulo ao turismo ocorreram a partir da década de 1950, impulsionadas pelo avanço do turismo mundial e pela melhoria dos sistemas de comunicação e transporte. Inicialmente restrito à região Sudeste, semelhante ao que aconteceu com o processo de industrialização do país, o estímulo ao turismo nas diferentes regiões aconteceu a partir dos anos 1970, com estímulos fiscais e financeiros para a instalação de uma infraestrutura econômica, principalmente com a construção de hotéis e resorts, na costa nordestina.

Nesse sentido, cabe destacar o apoio governamental, seja com a criação de instituições diretamente voltadas ao estímulo do setor, como a Combratur, a Embratur e mais recentemente o Ministério do Turismo, seja com as medidas de estímulos fiscais, como o Fungetur, o Finor e o Fiset/Turismo. Essas ações possibilitaram um avanço ainda não observado pelo segmento e pela defesa, por parte de governantes e instituições envolvidas na área, de que o turismo é uma atividade econômica transformadora de espaços e regiões.

O PRODUTUR NE firmou-se como um divisor de conjuntura para a atividade turística nordestina, visto que se promoveram investimentos em diversas cidades litorâneas do NE, em parceria com instituição financeira internacional, além da contrapartida financeira do governo local. Com a implantação do PRODETUR NE I, a capital alagoana contraiu empréstimo para recuperar a atividade turística que estava em queda, como foi apresentado.

Os PRODETUR NE I/II constituíram-se pontos cruciais para o desenvolvimento da infraestrutura logística, promovendo a diminuição do espaço e tempo dos turistas para se conhecer um novo destino. Além disso, com o maior fluxo de pessoas, há o interesse dos agentes privados na construção de alojamento, o que demanda um ciclo de planejamento, construção e funcionamento.

Concordando com o fato de que o turismo promove mudanças radicais nos espaços em que ele se insere, deve-se avaliar se essas transformações são responsáveis e inclusivas ou se são predatórias e excludentes. Nesse sentido, tanto no Nordeste quanto em Alagoas, e mais

especificamente na Região Turística Costa dos Corais, onde predominam o turismo na modalidade Sol e Praia, o turismo tem expandido suas ações, sobretudo com a construção de hotéis, pousadas, resorts e diversas outras modalidades de alojamento e lazer, proporcionando ao turista experiências, na maioria das vezes, positivas, que se aproveitam das belezas naturais e das amenidades e produtos turísticos existentes nessas regiões. Em muitos casos, há uma verdadeira “privatização” das praias a partir dos resorts que são construídos à beira-mar.

No que diz respeito aos espaços em que o turismo se instala, o que se observa é uma preocupação em explorar de forma pouco cuidadosa os atrativos dos lugares. Em função disso, há pouca preocupação com as questões ambientais e sociais. Exemplo disso são as constantes degradações ambientais desses equipamentos turísticos que lançam esgotos nos rios e praias, devastam as áreas de restinga e de proteção ambiental, modificam leis para favorecer determinados grupos econômicos e exploram a mão de obra local, com salários muito baixos ou contratação de trabalhadores informais.

Na análise da Região Turística Costa dos Corais, que focou especificamente no emprego gerado no setor de alojamentos, o que se observou foi que a região vem expandindo sua participação no turismo estadual. Em 2010, havia uma participação de 18% do total de Alagoas, alcançado uma proporção de 30%, em 2020.

O trabalho mostrou que existe uma concentração das atividades turísticas em alguns municípios, como Maragogi, que já é um destino consolidado, e os municípios da Rota dos Milagres, que são municípios com turismo em expansão. Isso faz com que a infraestrutura turística busque esses espaços, aumentando o volume de empreendimentos hoteleiros, o que vai impactar todo o turismo local, assim como na dinâmica socioespacial e ambiental dessas áreas. Diante disso, o que se configura atualmente é uma expansão desordenada, sem as preocupações ambientais e sociais supracitadas.

No que diz respeito à mão de obra do setor de alojamento, esta se constitui na grande maioria da mão de obra masculina. Isso vai na contramão das discussões atuais e poderia ser alvo de políticas públicas específicas que promovam a igualdade de gênero. Foi abordado também que havia trabalhador recebendo salário médio abaixo de um salário mínimo, em 2020, como também mão de obra com ensino superior completo recebendo valores muito baixos para a sua qualificação.

Por fim, deve-se mencionar que o setor de alojamento, identificado como um subsetor das Atividades Características do Turismo, é o maior empregador entre tais atividades na região da Costa dos Corais. Isso destaca seu impacto significativo na transformação socioeconômica da região, conforme estudado. No entanto, seu crescimento não se traduziu necessariamente em desenvolvimento socioeconômico para a região.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Jorge Manuel de Oliveira Flor. **Importância do transporte aéreo no turismo: o caso dos voos charters para o Brasil**. 2010. Tese de Doutorado. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

ABREU, Luciano Muniz; COSTA, A. N. C. Turismo e litoral: Transformações espaciais, fragmentação urbana e exclusão social no Nordeste do Brasil. **Revista Thésis**, v. 2, n. 3, p. 334-356, 2017.

_____. **Uma “viagem” de inclusão: turismo, desenvolvimento e território**. 2010. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/759820.pdf>> Acesso em: 02 jan. 2024.

ACERENZA, M. Á. **Conceptualización, origen y evolución del turismo**. Trillas, 2007. Disponível em <<https://www.entornoturistico.com/wpcontent/uploads/2017/11/Conceptualizaci%C3%B3n-origen-y-evoluci%C3%B3n-del-turismo-de-Miguel-Acerenza-PDF.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2022.

ALAGOAS. Balanço Geraldo do Estado 2022. Maceió, AL, c2024. Disponível em: <<https://www.sefaz.al.gov.br/legislacao/40-financas/gestao-financeira-orcamentaria/131-balanco-geral-do-estado>> Acesso em: 22 dez. 2023.

_____. Decreto nº 27141 DE 17/07/2013 - LEGISWEB. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256595>> Acesso em: 30 dez. 2023.

_____. Turismo - Diagnósticos e Estratégias para Alagoas - Relatório, Estratégias Atividade Turística - Alagoas em dados e Informações. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/turismo-diagnosticos-e-estrategias-para-alagoas/resource/836594b3-e5f8-4f94-8146-46e0580227c7>> Acesso em: 30 dez. 2023.

_____. SEPLAG - Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável: PDTIS - Polo Costa dos Corais**. Julho/2010.

AMA - Associação dos Municípios de Alagoas. Emancipação Política do Municípios de Alagoas Disponível em: <<https://ama-al.com.br/lista-de-prefeituras-e-emancipacoes/>> Acesso em 10 out. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Organizador. Riqueza e Miséria no Trabalho no Brasil IV: trabalho digital, e apropriação da vida**. São Paulo, Boitempo. 1º Ed. 2019.

ARAUJO, C. P. de. Da Embratur à política nacional de turismo. **Pós FAUUSP**, [s. l.], v. 19, n. 31, p. 146–163, 2012.

ARAÚJO. Tania B. de (2000). **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase.

ÁRIAS, A. R.; BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A. Uma leitura da evolução recente do mercado de trabalho do setor turismo no Brasil, com base nos dados da Pnad e da Rais. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho do setor turismo**. Brasília, IPEA, 2003. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf> Acesso em: 6 jan. 2024.

_____, Alfonso Rodrigues; BARBOSA, Maria Alice Cunha. **Caracterização da mão-de-obra do mercado formal de trabalho do setor turismo: estimativas baseadas nos dados da Rais de 2004. 2007.** Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1415>> 6 jan 2024.

BAKKER, Martine; TWINING-WARD, Louise. **Tourism and the Sharing Economy.** 2018. Disponível em <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/161471537537641836/pdf/Tourism-and-the-Sharing-Economy-Policy-Potential-of-Sustainable-Peer-to-Peer-Accommodation.pdf>> Acesso em 02 jan. 2024.

BARROS, F. J. L. de. **Política de turismo e desenvolvimento local: avaliação do PRODETUR/NE I no município de Paraipaba-CE.** Fortaleza, 2009. 164; Dissertação (Mestrado). Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5929>> Acesso em: 06 jan. 2024.

BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 1, n. 1, 2001.

BENI, Mario Carlos. (et. al) **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters.** Barueri, Sp. Editora Manole, 2012.

_____, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo, SP. Editora Senac, 2019.

BRASIL, **Atividades Características do Turismo ACT Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE.** Disponível em: <<https://docplayer.com.br/17348113-Atividades-caracteristicas-do-turismo-act-classificacao-nacional-de-atividades-economicas-ctnae-2-0.html>> Acesso em: 30 dez. 2023.

BRASIL. **Sol e Praia: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-sol-e-praia-orientacoes-basicas.pdf>> Acesso em: 26 nov. 2023.

BRUSADIN, Leandro Benedini. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade.** São Paulo. ano 2. n.2. p. 87-111,2. 2005.

CAMÊLO, Ana R.; DE ARAUJO, L. M. O olhar local sobre o turismo na Rota Ecológica (AL). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6583>> Acesso em: 6 jan. 2024.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005.** Editora Unesp, 2008.

CARLA, R. F. F. G. DENISE, R.; JOAQUIM R. S. **Desenvolvimento da atividade turística: o caso do nordeste brasileiro.** *Revista Turismo & Desenvolvimento*, N.º 17/18, 2012.

CARVALHO, G. L. Perspectiva Histórico-Institucional da Política Nacional de Turismo no Brasil (1934-2014). *Mercator (Fortaleza)*, v. 15, p. 87–99, 2016.

CAVALCANTI, Keila Brandão et al. Turismo urbano e intervenção do Estado. *Revista Turismo em Análise*, v. 4, n. 1, p. 46-55, 1993. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63059>> Acesso em: 6 jan. 2024

CERQUEIRA, Arthur Costa; MILANI, Idel Cristiana Bigliardi; PINHEIRO, Angélica Aparecida Liandro. **Mapeamento das estruturas de defesa litorânea e mitigação de processos erosivos em Pernambuco-Brasil.** 2018. Disponível em: <<https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/65/PAP010.pdf>> Acesso em 02/12/2023> Acesso em: 04 jan. 2025.

COELHO, M. H. P.; SAKOWSKI, P. A. M. **Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações.** Texto para Discussão, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/td_1938.pdf> Acesso em: 17 jan. 2023.

COOPER, Chris. [et al]. **Turismo: princípios e práticas.** Tradução Alexandre – Salvaterra – 3ª ed. – Porto Alegre: Bookeman, 2007.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à Geografia do Turismo-Segunda Edição.** Editora Roca, 2003.

_____. R. de C. A. da Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*, v. 20, n. 40, p. 27–43, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/207941/mod_resource/content/1/Artigo%20CRUZ.pdf> Acesso em: 2 nov. 2022.

_____. R. de C. A. da **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** São Paulo: Contexto, 2007.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 11, n. 2, p. 09-30, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento Do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo No Brasil.** São Paulo. SP; Editora Atlas SA, 2008.

DUDA, J I. de M. ARAUJO, L. M. de. Polos de turismo no nordeste do Brasil: crescimento, desenvolvimento e escassez de conhecimento. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 204-218, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1154/115438829001.pdf>> Acesso em: 6 jan. 2024.

_____. et al. **Polos de turismo em regiões subdesenvolvidas: estudo de caso do polo Costa dos Corais, Alagoas.** 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5496> > Acesso em: 6 jan. 2024.

ENDRES, Ana Valéria. Planejamento estatal: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no Nordeste. *Revista Turismo em Análise*, v. 13, (1): p. 66-78,

2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63580>> Acesso em 6 jan. 2024.

FERREIRA, Carla. et al. **Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2012.

FRAGA, F. F. et al. **A expansão do turismo em São Miguel dos Milagres-AL: contribuições e obstáculos ao desenvolvimento local**. 2013. João Pessoa: UFPB/PRODEMA, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4544>> Acesso em: 6 de jan. 2024.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 22 ed. 1987. São Paulo: Editora Nacional.

GALDINO, Letícia Cristina Fernandes; DA COSTA, Michele Leandro. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 6, n. 4, 2011.

GOMES, Celso Cardoso. Os múltiplos usos do território da área de proteção ambiental da Costa dos Corais (Alagoas-Pernambuco): reestruturação produtiva e turismo. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/39307>> Acesso em 03 jan 2024.

GOMES, Wanderson José Francisco et al. **A construção do destino turístico Alagoas: a tradução das políticas contemporâneas de turismo**. 2015. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1261/1/A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20destino%20tur%C3%ADstico%20Alagoas....pdf>> Acesso em: 22 dez 2023.

GUIMARÃES, Carla Regina Ferreira Freire; RISSATO, Denise; SILVA, Joaquim Ramos. Desenvolvimento da atividade turística: o caso do nordeste brasileiro. **Revista turismo & desenvolvimento**, v. 2, n. 17/18, p. 1145-1156, 2012.

HENZ, A. P. Planejamento do Turismo no Brasil entre 2003 e 2007. **VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. Santa Catarina. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília, DF. IBGE, c2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/43/T/Q>> Acesso em: 04 jan. 2024.

_____. Sistema de Contas Nacionais. **Produto Interno dos Municípios**. Brasília DF. IBGE, c2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>> Acesso em: 5 jan. 2024.

KANITZ, H. G.; TRIGUEIRO, R. P. C.; ARAÚJO, M. A. D. de. Perspectivas do plano nacional de turismo 2007/2010: avanços ou utopias? **Revista Turismo em Análise**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 644–667, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v21i3p644-667>> Acesso em: 5 jan. 2024.

KIYOTANI, Ilana B. **Região Problema à Periferia do Prazer: o turismo e a resignificação do Nordeste brasileiro**, Natal, 2019 (tese de doutorado). Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26949>> Acesso em: 5 jan. 2024.

GUIMARAES NETO; Leonardo (1989). **Introdução à Formação Econômica do Nordeste**. Recife: Fundaj. Editora Massangana.

LIMA, D. **A metamorfose socioespacial de Pium**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro; BARRETO, Ricardo Candéa Sá. O comportamento socioeconômico da Região Nordeste: do meio século XX ao século XXI. **XI Encontro de Economia Baiana**, 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Barreto.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2023.

LIMA, Magda. Campos de. Regionalização turística do alto sertão de Alagoas. In: **Anais do XIV ENANPEGE**. 27, 2021. Campina Grande, PB. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77758>> Acesso em 6 jan. 2024.

LIRA. Fernando José de. **Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas**. Alagoas, Edufal, 2007.

LOPES, Mariana Manzano; NETTO, Alexandre Panosso. Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 a 2020). **Ateliê do Turismo**, v. 5, n. 2, p. 200-224, 2021.

MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**. Natal. v. 5, n. 2. p. 238-259. 2017.

MATIAS, K. C. de O. et al. **Políticas públicas para a geração de empregos: considerações sobre o PROGER turismo**. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3786>> Acesso em: 6 jan. 2024.

MEDEIROS BRITO, M. L. et al. Expansão turística em Pernambuco (BR): a persistência do empresariado local. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 3, n. 21/22, p. 263-272, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcilio-Brito-2/publication/262765355_Expansao_turistica_em_Pernambuco_BR_a_persistencia_do_empresariado_local/links/5b146fe7aca2723d99813b1e/Expansao-turistica-em-Pernambuco-BR-a-persistencia-do-empresariado-local.pdf > Acesso em: 6 jan. 2024.

MELLO, Gustavo Affonso Taboas de; GOLDENSTEIN, Marcelo. Perspectivas da hotelaria no Brasil. **BNDES Setorial**, n. 33, mar. 2011, p. 5-42, 2011. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1509>> Acesso em: 25 dez. 2023.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>> Acesso em: 5 jan. 2023.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO: **Mapa do Turismo**. Brasília, DF, c2024. Disponível em: <<https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>> Acesso em: 5 jan. 2024.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, DF, c2024. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=107> Acesso: 5 jan. 2024.

MOLINA, Sergio. O pós-turismo. **São Paulo: Aleph**, v. 27, 2003. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58280828/El_Posturismo_-_De_los_centros_turistico-libre.pdf> Acesso em: 24 jan. 2021.

MONTANER MONTEJANO, Jordi. **Estrutura do Mercado de Turismo**. 2ª edição, São Paulo SP. Ed. Roca 2001.

MORALEJO, I. A; MIGUEL, C. E.; LEGARRETA, J. M. B.. Airbnb: economía colaborativa o nuevo modelo de negocio? Evidencia empírica reciente desde una ciudad de tamaño medio como Bilbao. **Investigaciones Geográficas (España)**, n. 76, p. 97-118, 2021.

MÜLLER, D. *et al.* O despertar do turismo no Brasil: A década de 1970. **Tourism & Management Studies**, n. *Extra 1* (Proceedings Int. Conference Tourism&Management Studies 2011: Full Papers), p. 692–700, 2011.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro. RJ. 1960.

OMT- Organização Mundial do Turismo. **UNWTO Tourism Definitions**. 2022. Disponível em: <<https://www.unwto.org/global/publication/UNWTO-Tourism-definitions>> Acesso em: 10 já. 2023.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes et al. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, v. 44, p. 197-213, 2010.

PANOSSO NETTO, A. **O que é Turismo**. Brasiliense, 2017 Disponível em: <<https://doceru.com/doc/xv85e01>> Acesso em: 1 jan. 2024.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10276> > Acesso em: 6 jan. 2024.

PRADO, Eleutério. **Desmedida de Valor: crítica da pós-grande indústria**. São Paulo, Xamã VMM Editora e Gráfica LTDA, 2005.

PRADO, S.; CAVALCANTI, C. E. G. (2000). **A guerra fiscal no Brasil**. São Paulo: FUNDAP/FAPESP; Brasília: IPEA.

RANGEL, M. G. et al. **Destinação turística Maceió: ciclo de vida e perspectivas de crescimento nos próximos anos**. 2010. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/9147>> Acesso em: 6 jan. 2024.

ROCHA, J. S.; ALMEIDA, N. P. Políticas públicas federais de turismo: uma análise circunstancial do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 (Brasil). **Turismo e Sociedade**. Curitiba. v. 1, n. 2, p. 105-116. 2008.

RODRIGUES, L. A. D. **Alojamento local e turismo no centro histórico das cidades: propostas de desenvolvimento sustentável em Santa Maria Maior**, Lisboa. 2020. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/35788>> Acesso em: 30 dez. 2023.

RODRIGUES, Adyr A.B. et al. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. Hucitec, 1999.

ROSA, R. A. D. **Caracterização do alojamento local num destino de sol e mar: o caso do Algarve**. 2020. Dissertação de Mestrado 2020. Disponível em: <<https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/15091>> Acesso em: 30 dez. 2023.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: proteção do meio ambiente**. Campinas, SP, 2016. Papyrus Editora. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/206180/epub/4?code=uylMTjCj45rfaEDIDAoayEAjN27ZKeDzEbsMPI08RA+xwrb9vf9TVXcxFHGHbjudmyYVXTOM7IRHKUN7TwtaxQ>> Acesso em 06 jan. 2024.

SANTOS, Luiz Eduardo de Freitas. **Trabalho no turismo: faces da precarização de um proletariado contemporâneo e de serviços**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/D.8.2019.tde-16042019-171911>> Acesso em: 6 jan. 2024.

SEFAZ – Secretaria do Estado de Alagoas **Balanco Geral do Estado de Alagoas: 2020**. Maceió. AL. 2023 <<https://www.sefaz.al.gov.br/legislacao/40-financas/gestao-financiera-orcamentaria/131-balanco-geral-do-estado>> Acesso 08/12/2023> Acesso em: 3 jan. 2024.

SILVA, F. dos S. COSTA, S. R. da, CARVALHO, C. de M. B. de. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: estratégias para administração da atividade no país. Gestão e Tecnologia para a Competitividade**. 2013. Disponível em: <<https://maiscursoslivres.com.br/cursos/politicas-pblicas-para-o-turismo-apostila01.pdf>> Acesso em: 6 jan. 2024.

SOARES, A. L. V.; FILHO, L. A. M. M. Turismo e Hospedagem compartilhada: o Uso do AIRBNB por Turistas em Natal/RN. **CULTUR - Revista de Cultura e Turism**, v. 10, n. 2, p. 33–38, 2016.

SOBREIRA, Jucileide da Silva. **Usos e práticas turísticas na orla marítima de Coruripe/AL**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2019. Disponível em: <<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11031>> Acesso em: 6 jan. 2034

SOUSA, C. M. de; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. **Celso Furtado: a esperança militante (Desafios)**: vol. 3: EDUEPB, 2020. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/swr8b>> Acesso em: 30 dez. 2023. Acesso em: 25 jan 2023.

SOUZA, Poema Isis Andrade de. **Setor de turismo, desenvolvimento econômico e desigualdade de renda: um estudo para a Região Nordeste do Brasil, a partir da matriz insumo-produto inter-regional**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12589>> Acesso em: 5 jan. 2024.

TOMAZZONI, Edegar Luís. **Turismo e desenvolvimento regional. Dimensões, Elementos e Indicadores**. Caxias do Sul, RS. Educs, 2009. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2937/pdf/5?code=B3O5MTygWpol7kHAFz5wjaxDX+IDdhHMhiRp3MD23pkfVBcm/Krbm8X0lYfUR/N2PqFgiZkGifLuH6t28p6kGw>> Acesso em: 6 jan. 2024.

TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo César. Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. **Book of Proceedings Vol. I – International Conference On Tourism & Management Studies**. Algarve. v. 1, p. 839-848, 2011.

TRIGO, Luiz G. Godoi. **A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional de Turismo**. Campinas SP. 7ª Ed. Editora Papyrus, 1998.

VALENTE, Flávio José; CURY, Ricardo Martins. Transporte aéreo e a integração logística com as atividades turísticas. **Turismo: visão e ação**, v. 6, n. 1, p. 27-27, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/1054>> Acesso em: 22 jan. 2023.

VASCONCELOS, D. A. L.; DE ARAUJO, L. M. RAMOS, S. P. Turismo de sol e mar ea territorialização do destino Maceió, Brasil. **www. pasosonline. org**, v. 17, n. 4, p. 695, 2019. Disponível em: <<https://www.pasosonline.org/Publicados/17419/PASOS62.pdf#page=61>> Acesso em 6 jan. 2024.

VERA, L. A. R.; GOSLING, M. de S. Economia compartilhada no turismo: um ensaio teórico sobre o consumo colaborativo e o compartilhamento. **Revista Eletrônica de Estratégias & Negócios**, 2017. <Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/47824>> Acesso em: 1 jan. 2024.

ANEXO I

Município-Alagoas	Metalúrgica	Mecânica	Elétrico e Comunic	Material de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráf	Borracha, Fumo, Couros	Indústria Química	Indústria Têxtil	Indústria Calçados	Alimentos e Bebidas	Total
Alagoas	191	102	22	30	161	107	82	150	179	4	574	1722
RTCC/Alagoas	2,6	1,0	4,5	3,3	3,1	3,7	1,2	2,0	0,6	0,0	3,8	3,0
RTCC	5	1	1	1	5	4	1	3	1	0	22	52
Barra de Santo Antônio	3	-	1	-	2	1	-	-	-	-	2	9
Japaratinga	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	1	5
Maragogi	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-	9	16
Paripueira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	3
Passo de Camaragibe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4
Porto Calvo	-	1	-	-	1	1	-	1	-	-	4	9
Porto de Pedras	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
São Miguel dos Milagres	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	3
2015												
Alagoas	221	92	26	33	166	119	65	170	192	6	564	1784
RTCC/Alagoas	0,5	2,2	3,8	3,0	2,4	2,5	0,0	2,4	1,0	0,0	3,7	2,6
RTCC	1	2	1	1	4	3	-	4	2	-	21	46
Barra de Santo Antônio	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	3
Japaratinga	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	0	2
Maragogi	1	1	-	-	1	1	-	-	1	-	14	21
Paripueira	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	3
Passo de Camaragibe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	3
Porto Calvo	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	5	10
Porto de Pedras	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
São Miguel dos Milagres	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	2
Alagoas	163	63	15	24	110	106	41	119	143	9	506	1397
RTCC/Alagoas	-	1,6	6,7	4,2	1,8	1,9	-	0,8	1,4	-	4,0	2,6
RTCC	-	1	1	1	2	2	-	1	2	-	20	36
Barra de Santo Antônio	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	3	5
Japaratinga	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Maragogi	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	9	13
Paripueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Passo de Camaragibe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Porto Calvo	-	1	-	-	1	2	-	-	-	-	6	13
São Miguel dos Milagres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1

Fonte: MTE/RAIS. (2024). Elaboração própria.